



Revista de Estudos Demográficos

nº 44



FICHA TÉCNICA:

Título

Revista de Estudos Demográficos

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

450 exemplares

ISSN 1645-5657

Depósito legal nº: 185856/02

Periodicidade Semestral

Preço

€ 15,00 (IVA incluído)

DIRECÇÃO EDITORIAL:

Editor Chefe:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI), Lisboa

Jorge Arroteia - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa

Leston Bandeira - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Emprego (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria Ioannis Baganha - Universidade de Coimbra

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística.

Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.

Os editores da RED prestam uma justa homenagem a Joaquim José Pais de Morais, falecido no dia 12 de Dezembro de 2008, aos 94 anos e que teve um papel pioneiro na Revista do Centro de Estudos Demográficos, à qual a Revista de Estudos Demográficos dá continuidade.

Joaquim José Pais de Morais, licenciado em matemática, é um nome de referência na demografia portuguesa e internacional, com numerosos trabalhos publicados. Exerceu funções de Vice-Director do Instituto Nacional de Estatística e foi o primeiro Director do Centro de Estudos Demográficos do INE.

Apresentação

A baixa da fecundidade, o aumento da longevidade, os fluxos migratórios, o acelerar do envelhecimento demográfico, provocaram mudanças fortes na dimensão e estrutura das populações e ocupam, na actualidade, um relevo particular na agenda política nacional e internacional face às suas consequências e aos desafios que colocam às sociedades. Os estudos demográficos assumem, deste modo, uma importância e uma procura crescente.

Reeditada em Novembro de 2002, depois de um interregno de quase dez anos, a Revista de Estudos Demográficos (RED) tem, desde então, dois números anuais, sendo um número temático, o do primeiro semestre, e outro generalista.

O presente número da RED aborda um conjunto de temas tais como a participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho, exemplificado para os casos de França e Itália, a polarização demográfica evidenciada pelo município de Ponta Delgada, nas últimas duas décadas do século passado, caracterizando o respectivo processo de urbanização. À semelhança dos anteriores números generalistas analisa-se a situação demográfica do país com base na informação mais recente, destacando as mudanças mais relevantes e os factores que as determinam. Em Notas e Documentos divulgam-se dois artigos: um que expõe o contributo da obra de António Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal e da própria Revista do Centro de Estudos Demográficos; outro sobre o impacte de diferentes cenários migratórios na evolução da estrutura da população em Portugal no horizonte 2009 - 2060.

Os nossos agradecimentos dirigem-se aos autores dos artigos que integram este número da revista, estendem-se aos membros do Conselho Editorial e a outros especialistas que conosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Maria José Carrilho

Editora Chefe

Dezembro 2008

Índice

Artigo 1º

A participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho: os casos de França e Itália
 “Immigrant women’s labour force participation. The cases of Italy and France” 5

Giovanna Tattolo

Artigo 2º

Polarização Demográfica e Densificação Urbana no Município de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001
 Demographic polarization and urban intensification on the municipality of Ponta Delgada between 1981 and 2001 23

Eduardo Costa Duarte Ferreira

Artigo 3º

A Situação Demográfica Recente em Portugal
 The Demographic Changes in Portugal 35

Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Notas e Documentos nº1

O poder da estatística e a estatística do poder. Apontamentos sobre o contributo de António de Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal *
 The power of the statistics and the statistics of the power. Notes on the contribution of António de Almeida Garrett for the population studies in Portugal 81

Rosalina Costa

Notas e Documentos nº2

O impacto de diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal, 2009-2060
 “The impact of different migratory scenarios in the demographic ageing in Portugal, 2009-2060” 95

Maria da Graça Magalhães e João Peixoto



A participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho: os casos de França e Itália

Autora: Giovanna Tattolo

IEP Institut d'Etudes Politiques de Paris

giovanna.tattolo@sciences-po.org

Abstract

The feminisation of migration flows, coinciding with an increase in the proportion of women amongst first-generation migrants, including for work purposes, makes it increasingly important to examine the conditions governing the entry of immigrant women into the labour market.

France and Italy are representative of two very different trends and the aim of this study is to assess detailed indicators of immigrant women's labour force participation by showing the diversity of situations according to country of origin and various dependent factors related to migration processes and socio-demographic characteristics.

Census data will be used (instead of Labour Force Survey), because a significant number of records is needed to focus on specific components of the migrant population.

Preliminary results confirm a large heterogeneity within the migrant population in each country regarding the propensity to be active. Differences in age profiles show the influence of other factors to be checked.

Key words: Female migrations; labour force; participation rates; comparative analysis Italy/France.

“Immigrant women's labour force participation. The cases of Italy and France”

Resumo:

A feminização dos fluxos migratórios, coincidente com o aumento da proporção de mulher na primeira geração de migrantes, incluindo por motivos de trabalho, torna cada vez mais importante a análise das condições que determinam e influenciam a entrada das mulheres imigrantes no mercado de trabalho.

A França e a Itália são países representativos de duas tendências imigratórias bem distintas. O objectivo deste estudo é calcular indicadores detalhados sobre a participação das mulheres imigrantes no mercado de trabalho que evidenciem a diversidade de situações, para cada um dos países de origem, os vários factores relacionados com o processo migratório e as características sócio demográficas das populações migrantes.

Utilizam-se os resultados dos Recenseamentos da População em vez do Inquérito ao Emprego devido ao significativo número de registos necessários para analisar os aspectos específicos da população migrante.

Os resultados preliminares confirmam a grande heterogeneidade da propensão da população migrante, em cada país, para ser activa. As diferenças nos perfis de idade apontam para a influência de outros factores, a aprofundar ainda.

Palavras Chave: Migrações femininas; mercado de trabalho; taxas de actividade; análise comparativa Itália/ França

Introduction

Today about half of the 175 million migrants worldwide are women, and the share of women in the migrant stocks has increased by almost 3 percentage points from 35 million in 1960 to 95 million in 2006 (UNFPA, 2006; UN, 2006). Africa, Europe, Central Asia, Latin America and the Caribbean were the regions with the largest increases in the proportion of women in the migrant stock between 1960 and 2006.

The gender composition of migration flows to the main destination countries in the North differs according to region: flows from Africa, South Asia and the Middle East tend to be male-dominated; while flows from East Asia and the Pacific, Europe, Central Asia, Latin America and Caribbean tend to be female-dominated. The feminisation of migration flows, coinciding with an increase in the share of women amongst first-generation migrants, including for work purposes, makes it all the more important to examine the conditions governing the entry of foreign women into the labour market.

In the 1960s and early 1970s the feminist movement put the emphasis on the situation of women, underlining the quasi-invisibility of women as migrants, their presumed passivity in the migration processes, and their role as being relegated exclusively to the home. Women were viewed as “dependants”, moving as the wives, mothers or daughters of male migrants. Indeed, since “labour migration” has generally involved high proportions of men, women have traditionally been ignored.

Research in the 1970s and the 1980s began to include women. The conceptualisation of a migrant, as a person intent on maximizing economic gains, has contributed to focusing attention on the women who choose to become international migrants.

Inasmuch as it reflects a decision to enter the labour market, the participation rate¹ is a vital indicator and this study will propose to focus on it.

Despite the progress recorded as regards women’s access to employment in the majority of the European countries, which is attributable mainly to the increase in the female participation rate, there is ample evidence that migrant women are generally in a disadvantaged position in the labour market in relation to both male migrants and native women. However, there are also substantial differences between women from various countries of origin and between EU Member States.

France and Italy are representative of two very different trends. They have a different migration history, different departure countries and different dynamics in their participation rates.

France has a longer immigration tradition in Europe and it has a history of colonialism that influences migration. In France, since 1960 female migration has been not only for family reasons, but also for labour demands in the industry and as housekeepers (see Spanish and Portuguese female migration).

On the contrary, Italy does not have a long immigration history. It became an immigration country in 1970 and is currently the biggest destination country in Southern Europe. In 1980 the immigrant women tended to represent a larger proportion of total immigrants, because of a tendency for immigration laws to evolve towards a greater emphasis on family reunification as incomes rose. Most women came following their husband or father from the Maghreb and, especially in the beginning, they were not part of a labour migration. In the last few decades, a significant number of women has started to arrive not only for family reasons, but also because of access to employment opportunities with an increase in the participation rate, for example women coming from Eastern Europe.

The *European Community Labour Force Survey* (OECD, 2007) highlights the progress made in France and in Italy in the participation rates of immigrant women from 1993 to 2005 (table 1).

In 2005, in France it was apparent that immigrant women participated less in the labour market than their male counterparts (57.6% and 76.2%) and less also than female nationals (64.7%). On the contrary, in Italy, and also in other countries of southern Europe (Spain, Greece and Portugal) and Luxembourg, the participation rates of

¹ The labour force participation rate is defined as the ratio of the labour force (the number of people employed and unemployed) to the working age population, expressed in percentages. The labour force participation rate is a measure of the extent of an economy’s working-age population that is economically active (Sources: Resolution Concerning Statistics of the Economically active Population, Employment, Unemployment and Underemployment, adopted by the 13th International Conference of Labour Statisticians, ILO, October 1982).

immigrant women are always higher than those of female nationals (54.7% and 49.9%) and lower than the immigrant male participation rate (86.9%): the latter is also higher than male nationals (73.9%). But, in the Italian case, female immigrants made more progress compare to the French case: from 46.3% in 1993 to 54.7% in 2005 (figure 1).

Research questions and Data availability

Census data are preferred to Labour Force Surveys, because a significant number of records is needed to distinguish the situation of the various sub-components of the migrant population. We must consider that the labour market participation of many communities has a high degree of stability over time. It helps to keep alive the interest of all the information used. Although the size of the phenomenon has greatly increased from the time of the Census to today, most of this analysis still represents the current scenario in Italy and France.

The Census data used are available in an individual format allowing for specific tabulations and statistical analysis. Indeed statistical offices do not publish detailed labour statistics for this foreign-born² population. But, even though the census of the population records almost exclusively the most stable segment of immigration, it should be able to record, at least in part, the informal employment conditions.

Moreover, the variables provided by this data collection represent the main determinants of the employment status although all are not available for both countries. For instance, the reason for migration is only registered in the Italian census, whilst a variable related to the presence of young children in the household is only in the French database (table 2). Consequently a cross-national comparison could be achieved for some dimensions of the topic and an in-depth approach will be followed for other aspects in a specific national context.

First empirical findings

The total number of active immigrants (15-64 years of age) to 2001 in Italy was 845,722, while in France in 1999 it was 2,277,026. In both arrival countries, active immigrant women are a minority compared to men. In Italy, where active immigrant women account for 54.07% of the total migrant population, they constitute only 40.8% of the total (345,216). In France the migrant population has as many women as men, but active immigrant women represent only 40.9% (931,045) of the total active migrant population.

Furthermore, while active immigrant women are more concentrated in Italy in the age group between 25 to 39 years (the highest percentage is 8.6% of active immigrant women) between 30 to 34 years), their counterparts in France are more active between 35 to 44 years of age (with the highest percentage of active immigrant women 6.8%, between 35 to 39 years); immigrant males are more active between 30 to 39 years of age in Italy and between 35 to 54 years in France; they have probably been resident longer and they are already in the labour market (figure 2). That depends in large measure on the structure by sex and by age of the two immigrant populations taken into consideration.

The labour force participation rates have been calculated in that stage of analysis.

The effect of the country of origin on the labour force participation rate

The migratory patterns and the possibilities and conditions of employment for immigrants differ, as well as gender, according to the community of origin. In addition, the country of arrival is very important, because of the different opportunities for employment and the different levels of integration in the host country. Moreover, when we consider all immigrant communities together, the findings that emerge must be reviewed carefully because the situations may be very different if we analyse each different community (table 3).

The first results show the female participation rate according to country of birth in each receiving country.

We have focused on the 25-49 age group because it is more significant for the purposes of work and we have a more detailed picture of the activity trend of immigrant women in France and Italy.

² The foreign-born population of a country is all persons who have that country as the country of usual residence and whose place of birth is located in another country (Sources: Recommendations on Statistics of International Migration, Revision 1, Statistical Papers, Series M, No. 58, United Nations, New York, 1998, Glossary). Foreign born people are often non-citizens, but are also frequently naturalized citizens of a country. The status of foreign borns — particularly their access to citizenship — differs globally by country.

In Italy the total participation rate among women migrants from Morocco is more than two times below the rate for people from the Philippines (figure 4). A similar contrast is found with Turkish migrants in France who have a lower participation rate compared to the rate for Sub-Saharan migrants (figure 3). While the curve for Turkish and North African women remains constant and slowly decreases, the one for sub-Saharan Africa tends to evolve and remain high even in the final age group.

An important migratory movement in Italy is from Eastern Europe, which began in the late '80s and is composed predominantly of women. They come mostly from Albania, Romania and from the various countries of the ex-Yugoslavian republic. The participation rate of Eastern European women in Italy is high, especially that of Croatian women (56%), in particular when you compare it with that of Maghreb women, and Tunisian women (33%). A similar contrast exists in France between Turkish immigrant women (39%), who have the lowest participation rate and sub-Saharan African immigrant women (62%).

Italy and France share certain common origin countries, allowing a comparison of the labour position of a given migratory flow in both countries, particularly for migrants from North Africa. By analysing the participation rate of Tunisian immigrant women (49.7% total), we see that in France they are constantly active in all central age groups, which means that they are quite stable in the labour market. On the contrary, in Italy they have a very low rate (33.26%) which tends to rise gradually as their age increases (figure 5). This means that compared to the initial difficulties their participation in the labour market will increase with age. The possible creation of a family and the arrival of children does not seem to constitute an obstacle to entering the labour market.

Apart from the case of Tunisian females, it appears that the cross-national contrasts are smaller than the internal discrepancies within each country. Checking with other variables will probably not eliminate such discrepancies.

When comparing the community of Moroccan women we see that in Italy the participation rate remains very low (38.6% total) in all age groups, while in France they have a high participation rate at younger ages (65.3% from 25 to 29 years), but they tend to be less active when older (figure 6). This could be explained by the arrival of children, which is not followed, even after a few years, by a return to the labour market.

In contrast to the countries of North Africa, for sub-Saharan Africa the participation rate of immigrants is particularly high in Italy and France, 62.54% and 62.2% respectively (figure 7).

In addition to the distinction by country of birth, the age profile is of significant interest because it illustrates how women combine family and work involvements. The age profile is also determined by the length of stay elapsed in the receiving country positively associated with a higher participation rate. The first results show a diversity in the age profile.

Migrants in Italy are characterised by constant participation rates at different points in their life for all countries of origin.

Other empirical findings are observed in France where the participation rate is dependent on the passage of time. Sub-Saharan women tend to be more active with the passing years. Surprisingly North-African and Turkish women experience a decreasing participation rate even though they have been settled in France for a long period of time, which is expected to give the benefit of being included in the labour market (figure 3). It can be argued that gender roles that shape the social acceptance of female participation contribute to these differences.

Comparison by sector of economic activity

Immigrants are mainly found in the service sector³ (services for people and domestic jobs, hotel and restaurant services). For example in France, compared to the total of active women, immigrant women are more frequently active in services for people; this is the case for one immigrant in five, but only for one in ten of the active population.

In Italy, the largest percentage, 20.26%, is for immigrant women working in the domestic service sector, compared with 9.37% in France. But in France, the financial services sector accounts for the largest share of

³ The service sector includes trade, tourism, consultancy, education and other service activities.

active immigrant women, almost 19%, followed by the health sector with 16%, trade with 12.37% and manufacturing which absorbs 11.75% of active immigrant women. Regardless of the time of arrival in Italy, the service sector always seems to attract a high percentage of immigrant women of all origins. The immigrant women working in Italy are not only in the field of domestic work, but also in manufacturing with 12.7%, in trade with 10.30% and in the restaurant sector with 9.92% (table 4).

In the tertiary sector in France, active immigrant women increased from 61.9% in 1975 to 85.4% in 1999, while participation in agriculture and industry has declined over time. The percentage in the agricultural sector fell from 3.5% to 1.6% and in industry from 34.7% to 13%.

The most recent immigration is characterized by a higher level of education

The immigrants' level of education varies according to country of origin.

In France, in 1999 among immigrants (males and females) in the 30-49 age group from Turkey (70%), Portugal (59%) and also from Morocco (53%) or Tunisia (48%), most of them had no diploma or only a primary school level of education (CEP-Certificat d'Etudes Primaires): seven out of ten immigrants from Turkey fitted this category. Instead, a significant number of immigrants from European countries (Spain, Italy, Portugal, etc), America and Oceania had a high level of education: they are often executives or managers who came to work for a few years in France. This is the case for 51% of them. Just over one quarter of immigrants from sub-Saharan Africa have a high level of education.

Since 1982 the education level of immigrants has progressed significantly.

In 1982, only 6% of immigrants between 30 and 49 years of age had a high level of education; in 1999 this had risen to 21% of cases (table 5).

The increase in the level of education concerns all the population, but it is faster for immigrants. Nevertheless, the immigrants' level of education remains less than that of the native population (Insee, 2005). The possession of a high level of education, while promoting the integration of immigrants in the labour market, is not sufficient to ensure for immigrants equal inclusion conditions in the labour market of native people; this is proved by the fact that the gap in terms of the participation rate among natives and immigrants continues to exist (OECD, 2007).

Table 6 shows the significant differences in the level of education among male and female immigrants in France. Most immigrant women (45%) have a lower secondary education, compared to 40% of male immigrants. Immigrant males have a (upper) secondary education in 44% of cases. Immigrant women have a higher percentage of high levels of education (18% of immigrant women) compared to their male counterparts (16%).

Even among immigrants in Italy, there is a higher number of women with a high level of qualifications in percentage terms than that found among men. This result is because of the higher education of European women (about 16% have a degree (first stage of tertiary education⁴) compared to 12% of men); in the new EU countries one woman in two has the upper secondary level of education, as for example women in the Czech Republic and Poland (Istat, 2006).

31.5% of all immigrant women have an upper secondary education qualification compared to 26.3% of men, and 13.7% have a university degree (first stage of tertiary education) or a university diploma (post-secondary non tertiary education) compared to 11.4% of men.

Men who have a lower secondary and primary education (48.6% against 44.2% of women) are more represented; men have a higher percentage of illiteracy and lack of educational qualifications (13.7% versus 10.5% women) (table 7).

As we have already seen in France, also in Italy the distribution of educational level of immigrant women varies considerably in relation to geographical origin. As regards the immigrants (males and females), the North Americans are the highest percentage of immigrants with a university degree/first stage of tertiary education (40%), followed by Europeans (14%), especially the citizens of a EU15 country (30%). There are now immigrants coming from the new EU countries with a higher average level of education (49%), with maximum values for the Czech Republic (53%) and Slovakia (52%), while

⁴ All the levels of education are with reference to the International Standard Classification of Education ISCED, UNESCO-United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, November 1997.

Asians (especially from Pakistan and China) have the highest percentages of immigrants with a primary or lower secondary education (52%), followed by Africans (50%) mainly from West Africa (51%). The immigrants with the highest percentage of persons without educational qualifications come from Africa, mainly from North (26%) and West Africa (23%).

Among Italians, in contrast, men more frequently have an upper secondary education (26.6% compared to 25.1% of women), a lower secondary education (33.6% compared to 26.8% of women) and the first and second stages of tertiary education (7.5% versus 7.3%); while women more frequently have a primary education (28.2% versus 23% of men) and also the highest percentage of no educational qualifications (10.8% against 8.3% of men) and illiteracy (1.8% compared to 1% of men) (Istat, 2006).

When focusing our attention on the largest community of immigrant women (table 7), we note that the first group of immigrant women in Italy, those from Albania, does not have a high percentage of the first stage of tertiary education/degree (only 8% of Albanian immigrant women). For Moroccans, the second largest community of immigrant women living in Italy, the percentage of the first stage of tertiary education/degree is even lower, 4.26%. It has been noted that Moroccans, Yugoslavs and Tunisians record the highest percentages of persons who have not obtained a qualification (30%, 20% and 18%) and also with a primary and a lower secondary education (50%, 52% and 61%).

Croatian women (34%) and French women (32%) have the highest percentage of upper secondary education, but the Spanish (23%) followed by French (19%) and Croatian women (12%) represent the community with the highest percentage of immigrant women with a first stage of tertiary education/degree.

Unfortunately, however, the increase in the percentage of (upper) secondary education and of first stage of tertiary education/degree among immigrants does not lift them out of unemployment.

Immigrants more affected by unemployment compared to others

In 1999, in France unemployed migrants, approximately 500,000, represented 15% of the unemployed, even though immigrants represented only 8.6% of the workforce. This is due, in part, to the structure of their professional qualification level: lower than average. In other words, the unemployment rate⁵ of immigrants is much higher than the average: it reaches 22% of the immigrant population, about 9 points more than the average unemployment rate (13% of total economically active population at census).

Immigrant women, like other women in general, are more affected by unemployment than men: the unemployment rate for immigrant women is 25%, while for immigrant men it is 20%. Since 1990, the number of unemployed immigrants has increased by 120,000 units, while for the immigrant economically active population this number has increased by less than 8% over the same period, and the total number of unemployed has increased by 18%.

The unemployment rate for immigrants has increased from 18% to 22%.

A large proportion of immigrants who have arrived in the labour market, is the contingent of unemployed staff. Immigrants who have acquired French nationality are less affected by unemployment: 15% of men and 21% of women immigrants become French, compared with 22% of men and 28% of immigrant women of foreign nationality. These rates are above average, regardless of nationality.

Unemployment mainly affects the workers (24%) and employees (22%) among immigrants. The level of education does not protect immigrants from unemployment. The unemployment rate for immigrants who have a higher education is an average of 16%, compared with 8% of the total economically active population with the same level of education.

At an equal level of education, the gap between the average unemployment rate of immigrants and those of the total economically active population is always higher by 8 percentage points.

Active immigrants born in European Union countries are much less vulnerable to unemployment than the others. The unemployment rate of immigrants born in Spain, Italy and Portugal is lower by almost 2 percentage points than the national average. Unemployment hits immigrants from South-East Asia hardest (20% of active immigrants) and especially active immigrants from Africa or Turkey, of whom almost two thirds are unemployed (Insee, 1999).

⁵ The unemployment rate is expressed as a percentage, and is calculated as follows:
$$\text{Unemployment Rate} = \frac{\text{Unemployment Workers}}{\text{Total Labor Force}} * 100$$

In Italy in 2001, young immigrants between 15 and 19 years of age were, among the population examined, more subject to unemployment with a rate equal to 39% for males and 54% for immigrant women (51.2% for Italians of the same age). In general until 29 years, the unemployment rate for immigrants is lower than that of Italians; that of immigrant women is a little bit higher. In the 30-34 age group, the rates of native Italians and immigrants males are equivalent (about 11.5%), while that of immigrant women is even higher. From 35 years of age, the unemployment rate is always higher in the migrant population.

Regarding gender differences, unemployment rates tend to be higher for women. In particular, while the difference between the two rates, for the Italians, is about 5 percentage points (9.5% for males, 14.7% for females); for immigrants, the difference rises to 9 points (11.8% compared to the rate of 20.9% in total).

In Italy, Asian immigrants have the lowest unemployment rate, both among males and among females. Instead, the women from North Africa have the highest unemployment rate. The analysis of the distribution of unemployment rates in the migrant population by sex and by age shows how for the younger age the gender difference is the biggest, and how this decreases as the age increases.

Conclusion

The Italian and French Census data show how the situation of immigrants regarding labour is the result of a complex combination of factors. The activity rates are affected by migration history, the different country of origin and by the evolution over time. The labour participation is often strongly linked to the geographical origin of immigrant women.

Each migration project and each country of origin has its specificity and its integration strategies made by women. Moroccan, Tunisian, Cape Verde, Filipino, Chinese women and women from Eastern Europe and Latin America have different ways of living their immigration.

In our research we have paid particular attention to the Euro-Mediterranean countries and we have shown the differences in Italy and in France. In both arrival countries, women immigrants from Maghreb countries participate less in the labour market than women from sub-Saharan Africa. But it should also be noted that in France, women of Maghreb origin have a higher participation in the labour market than their compatriots in Italy.

Women from North Africa are among the immigrants who have been in Italy the longest. They arrived in the late '70s for family reunification and, having emigrated to follow their families, participate less in the labour market. Moreover, an important role in participation in the labour market is also played by the culture and religion of immigrants. Women coming from sub-Saharan Africa, however, have come in later years, in most cases alone and with a specific business plan.

In France, immigrant women coming from North and sub-Saharan Africa have, step by step, replaced the immigrant women from the countries of Southern Europe (Italian, Portuguese and Spanish).

In Italy, the migration flow from Eastern Europe is the most recent. Their participation rate is high, especially that of Croatian women (56%), especially when you compare it with that of women coming from the Maghreb and, in particular, with Tunisian women (33%). A similar contrast exists in France between Turkish immigrant women (39%), which have the lowest participation rate, and immigrant women coming from sub-Saharan Africa (62%).

But it is also true that every new migratory flow arrives in the two countries with a much stronger propensity to participate in the labour market, and this is what is happening in the intra-European migration flows, because of the profile of women in these countries: high educational levels, a better integration process of the communities in the host country with the possibility to establish some networks used to help entry into the labour market and so on.

The analysis appears to confirm that the most recent immigrant women have a higher educational level and, consequently, more resources for gaining access to the labour market.

The level of education is very important. It promotes access to employment for immigrant women, although less than for native women and the difference between the two groups of women in terms of rates increases with the educational level.

Statistical Annex

Table 1

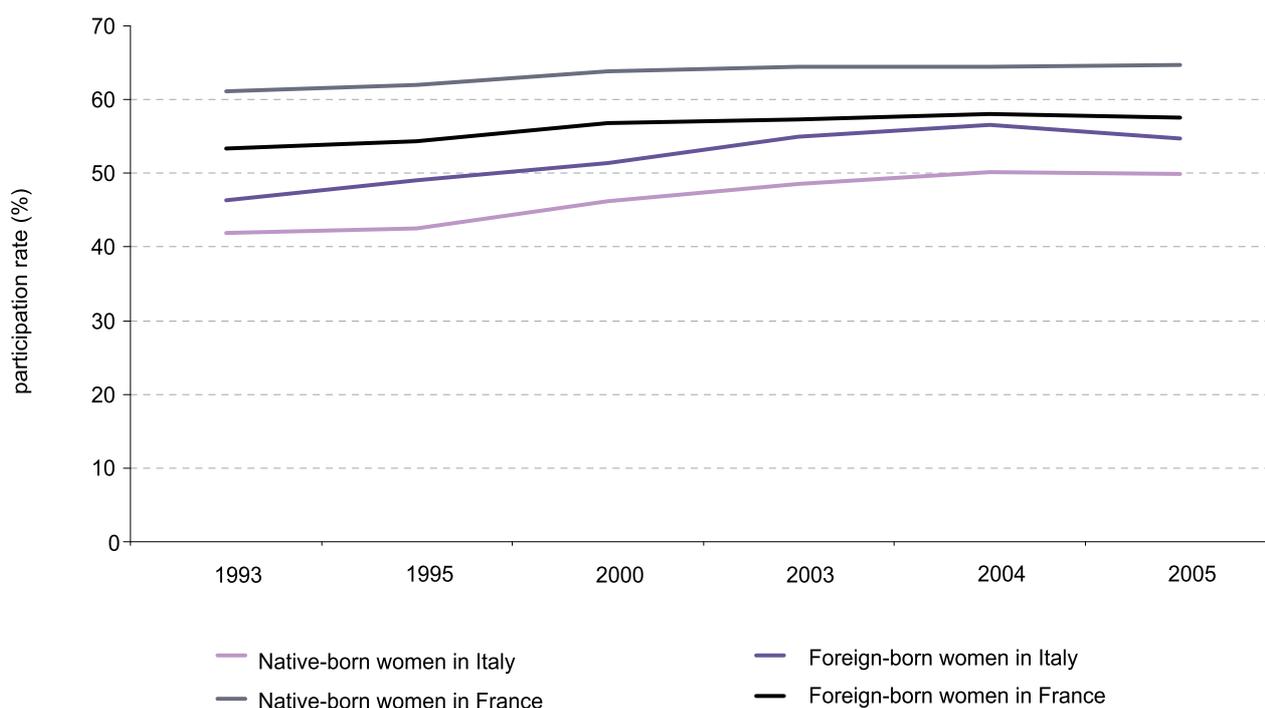
Native-born and foreign-born participation rate (%) in Italy and in France from 1993 to 2005							
Country	Sex	Participation rate					
		Native-born					
		1993	1995	2000	2003	2004	2005
Italy	Male	74	72,4	73,6	74,5	74,6	73,9
	Female	41,9	42,5	46,2	48,6	50,1	49,9
France	Male	75,4	75	75,6	75,3	75,1	74,7
	Female	61,1	62	63,8	64,4	64,5	64,7

Country	Sex	Participation rate					
		Foreign-born					
		1993	1995	2000	2003	2004	2005
Italy	Male	78,6	84,8	88,2	89,8	86	86,9
	Female	46,3	49,1	51,4	55	56,6	54,7
France	Male	79,3	78,8	78	75,8	77,3	76,2
	Female	53,4	54,4	56,8	57,3	58	57,6

Source: European Community Labour Force Survey, population aged 15 to 64 (data provided by Eurostat): OECD, 2007

Graphic 1

Native-born women and foreign-born women's participation rate in Italy and in France from 1993 to 2005



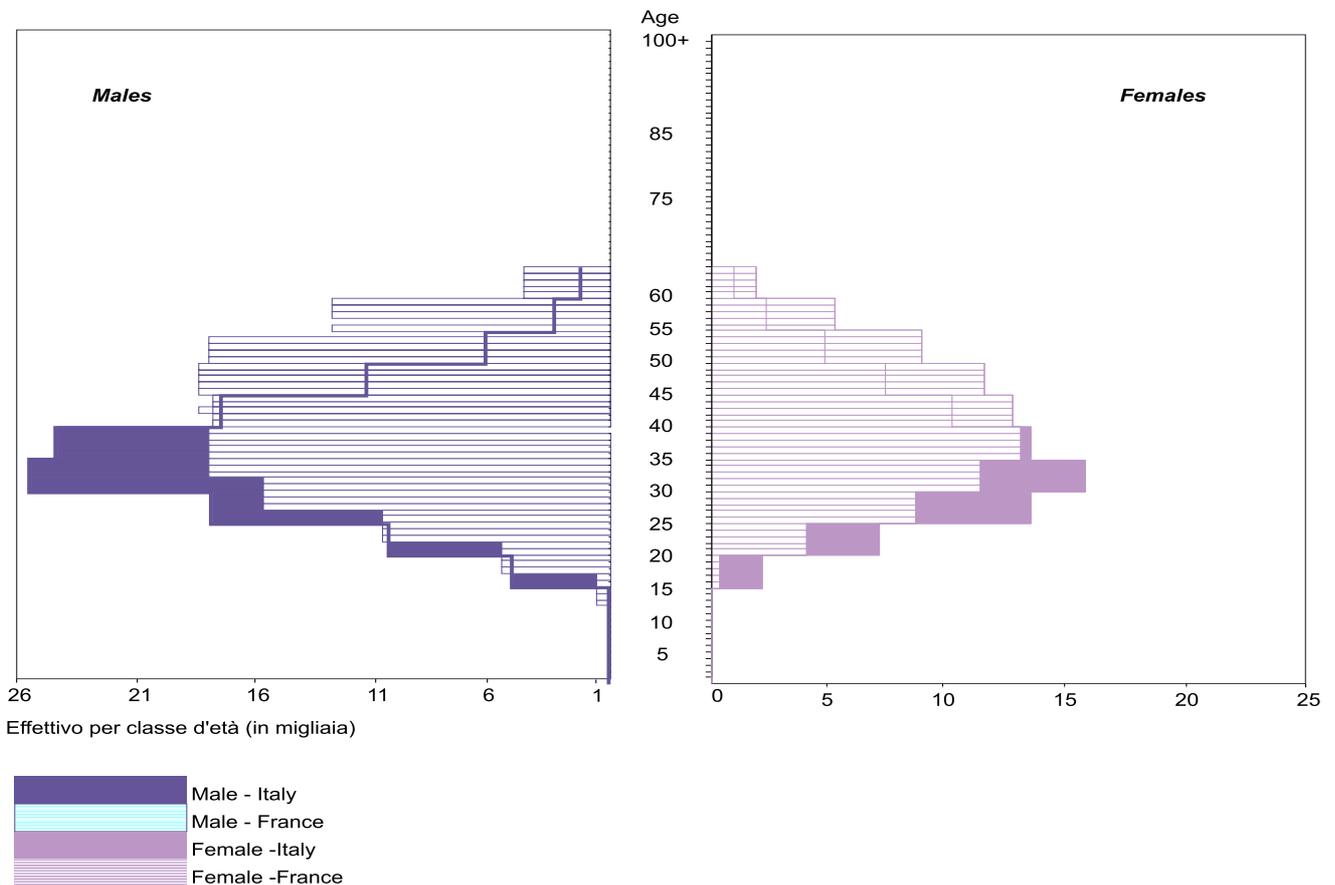
Source: European Community Labour Force Survey, population aged 15 to 64 (data provided by Eurostat): OECD, 2007

Table 2

Individual data available for foreign-born women		
	Italy	France
Age	yes	yes
Country of birth	yes	10 main countries (or group of countries)
Activity status (employed/unemployed)	yes	yes
Education	yes	yes
Number of children within the household	no	yes
Reason for migration	yes	no
Sector of activity	yes	yes
Length of stay in the host country	yes	country of residence at the previous census
Professional status	yes	no
Year of the census	2001	1975, 1982, 1990, 1999
Sample of the total census records	100%	25%

Graphic 2

Active foreign-born population (population aged 15 to 64) in Italy and in France



Sources: Italian (2001) and French (1999) Census, author's calculations

Table 3

Total female participation rate (%) age 15-64		
Country of birth*	Country of residence	
	France	Italy
All migrants	55	57
<i>EU origin</i>		
Spain	61	54
Italy	55	nap
France	nap	54
<i>Third world country origin</i>		
Algeria	50	44
Marocco	46	39
Tunisia	50	33
Subsaharian Africa	62	63
Albania	nav	45
Croatia	nav	56
Former Yugoslavia	nav	51
Romania	nav	63
Philippines	nav	84
Turkey	39	-
National citizen	62,2	47,1

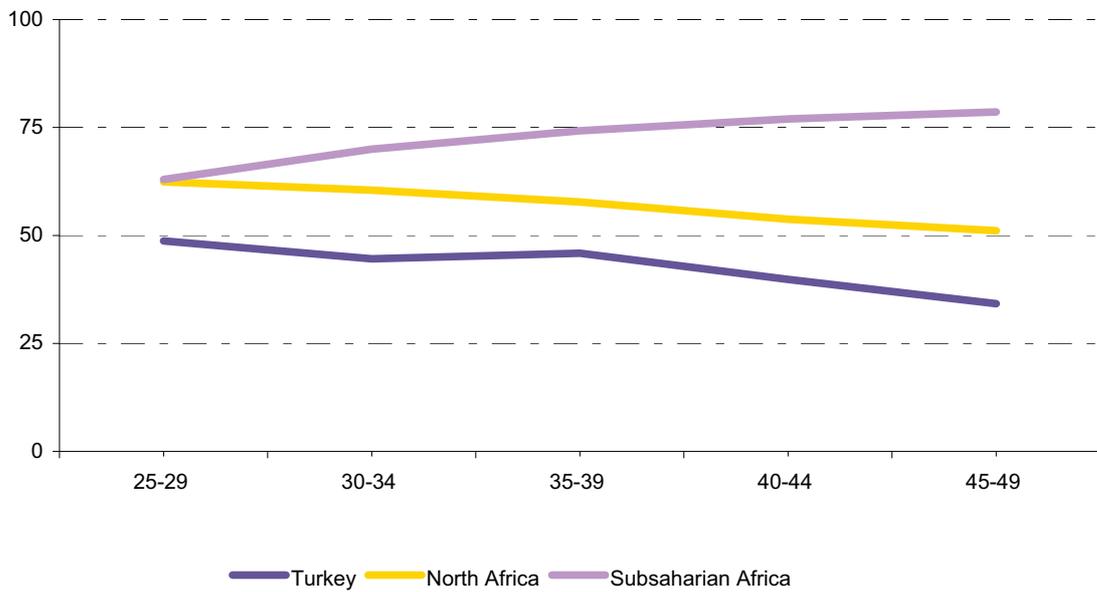
* except for native defined as national citizens

nav : not available ; nap : not applicable

Sources : French (1999) and Italian (2001) Census, calculated by Giovanna Tattolo from Italian Census and by Xavier Thierry from French Census, except the value on nationals found on Internet for the corresponding year of the Census (LFS, source Eurostat)

Graphic 3

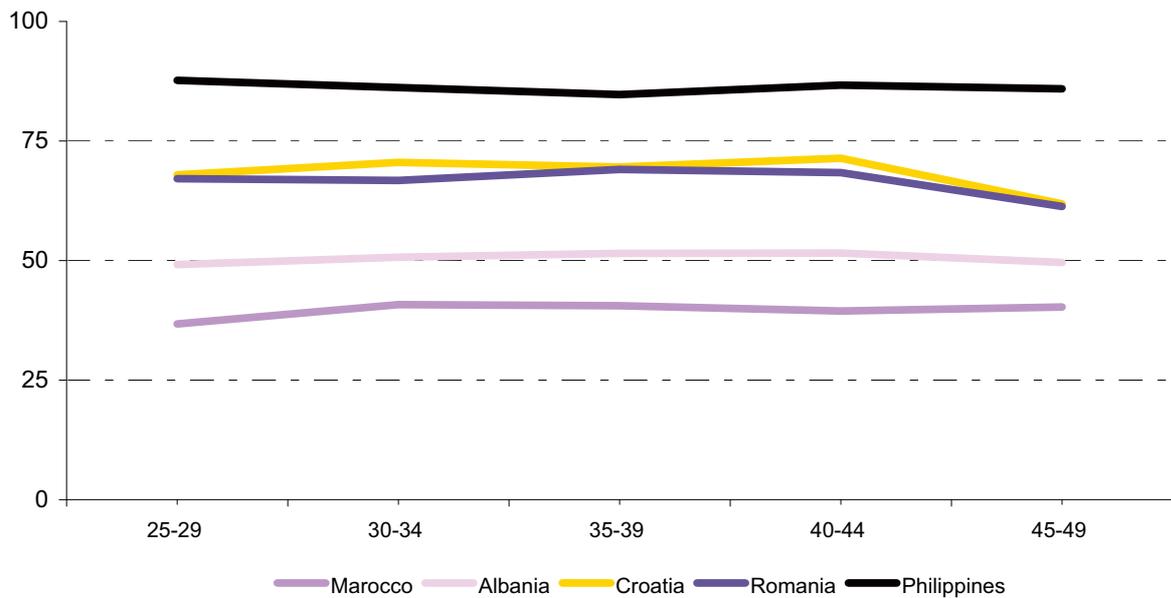
Female participation rate (%) by age for various country of birth – France



Sources: French (1999), calculated by Xavier Thierry

Graphic 4

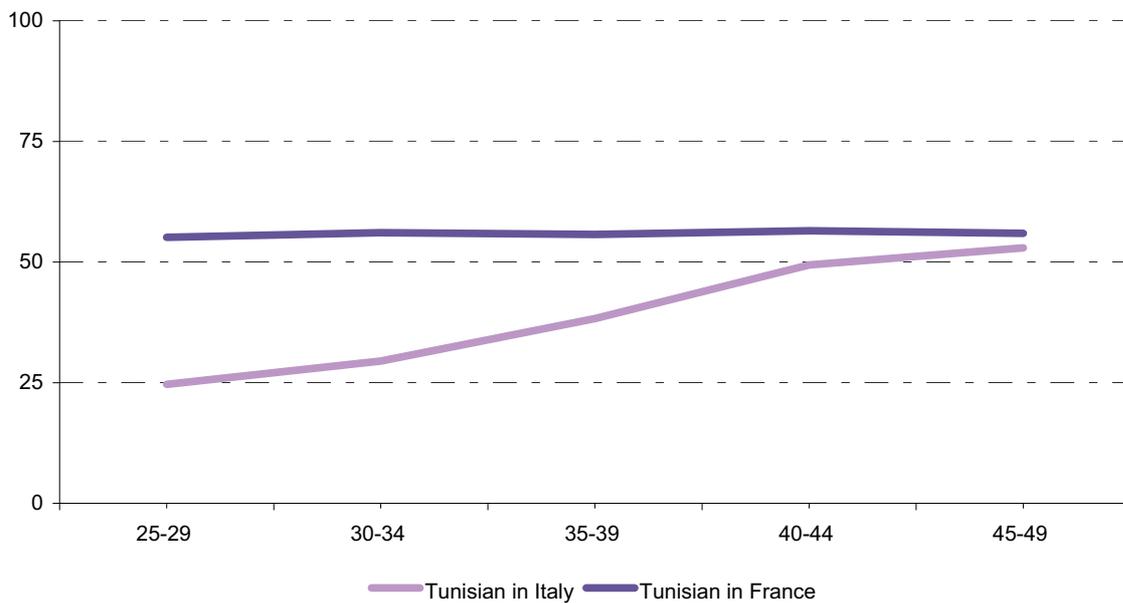
Female participation rate (%) by age for various country of birth - Italy



Sources: Italian (2001) Census, author's calculations

Graphic 5

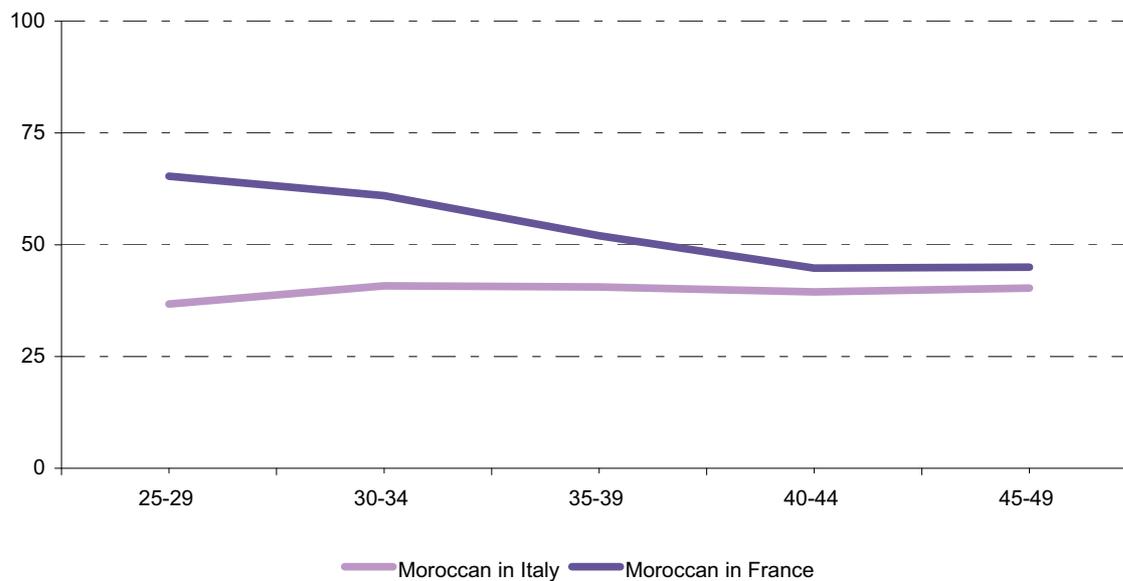
Female participation rate (%) by age for Tunisians – Comparison France/Italy



Sources: French (1999) and Italian (2001) Census, calculated by Giovanna Tattolo from Italian Census and by Xavier Thierry from French Census

Graphic 6

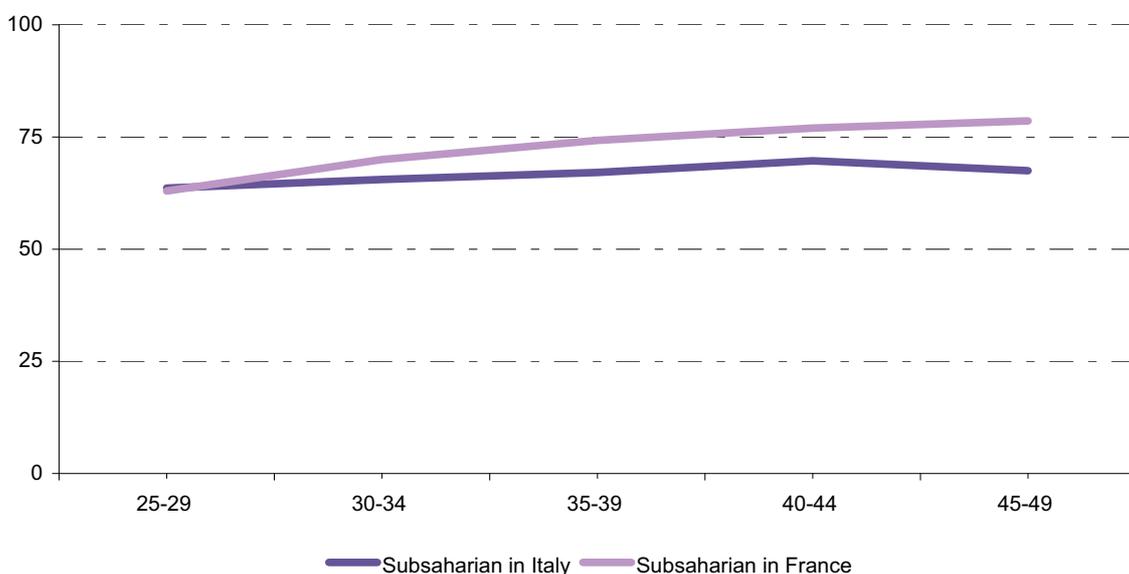
Female participation rate (%) by age for Moroccans – Comparison France/Italy



Sources: French (1999) and Italian (2001) Census, calculated by Giovanna Tattolo from Italian Census and by Xavier Thierry from French Census

Graphic 7

Female participation rate (%) by age for migrants from Sub-Saharan area Comparison France/Italy



Sources: French (1999) and Italian (2001) Census, calculated by Giovanna Tattolo from Italian Census and by Xavier Thierry from French Census

Table 4

Active female foreign-born population (population aged 15 to 64) according to sectors of activity (%)

Sectors of activity	Italy	France
Agriculture	4,12	1,62
Industry	22,12	13
of which Manufacturing industry	12,7	11,75
Service sector	73,76	85,38
of which Commerce	10,3	12,37
Restaurant industry	9,92	6,67
Financial activity	6,57	18,89
Education	7,33	7,07
Health	9,58	16,06
Domestic activity	20,26	9,37
Total	100	100

Sources: French (1999) and Italian (2001) Census, author's calculations

Table 5

Educational level of immigrants and non-immigrants aged 30 to 49 years according to country of origin in France (%)					
Country of origin	No qualification, CEP*	BEPC, CAP, BEP*	BAC*	University Degree	Total
Spain	31	43	11	15	100
Italy	32	40	12	16	100
Portugal	59	31	5	5	100
Other EU15	10	19	20	51	100
Other European countries	19	24	20	37	100
Algeria	45	32	8	15	100
Morocco	53	22	9	16	100
Tunisia	48	28	9	15	100
Other African countries	34	24	15	27	100
Turkey	70	18	6	6	100
Cambodia, Laos, Vietnam	42	25	14	19	100
Other Asian countries	30	14	16	40	100
America, Oceania	19	14	16	51	100
TOTAL IMMIGRANTS	41	27	11	21	100
Non-immigrants	21	42	14	23	100
Total Population	22	41	14	23	100

* C.E.P. Certificat d'Etudes Primaires ; B.E.P.C. Brevet d'Etudes du Premier Cycle (primary education);

C.A.P. Certificat d'Aptitude Professionnelle ; B.E.P. Brevet d'Enseignement Professionnelle (lower secondary education);

BAC Baccalauréat (upper secondary education); University degree (tertiary education)

Level of education compiled according to ISCED 1997.

Note: persons aged 30 to 49 years in 1999, residing in ordinary household and non-students.

Sources: Insee, Recensement de la population, 1999

Table 6

Immigrants' education according to sex in France (%)		
Education	F	M
Lower Secondary	45	40
Upper Secondary	37	44
Tertiary	18	16
TOTAL	100	100

Note : level of education compiled according to ISCED 1997

Sources : Insee, Enquête : Etude de l'histoire familiale, 1999

Table 7

Level of education of immigrants and non-immigrants aged 15 to 64 years according to country of origin, in Italy						
Country of origin	Sex	no qualification	basic	middle	high	Total
Tunisia	F	18,3	61,1	16,6	4,1	100
	M	14	64,1	18,3	3,6	100
Morocco	F	30,4	50,3	15	4,3	100
	M	25,2	53	16,8	5	100
Yugoslavia (Republic Fedederal of)	F	19,8	52,4	21	6,9	100
	M	16,6	53,6	24,4	5,3	100
Croatia	F	5,7	48,4	33,9	12	100
	M	6	46,5	36,9	10,6	100
Albania	F	13,6	49,9	28,8	7,7	100
	M	12	55	27	6	100
Spain	F	4,7	45,1	27,6	22,6	100
	M	5,6	30,4	20,4	43,5	100
France	F	3,8	45,5	32,1	18,7	100
	M	4,9	48,2	26,9	20,1	100
Total Immigrants	F	10,5	44,2	31,5	13,7	100
	M	13,7	48,6	26,3	11,4	100
Italians	F	12,6	55	25,1	7,3	100
	M	9,3	56,6	26,6	7,5	100

* High: includes those who have a university degree: bachelors, master, PhD, "laurea, master, dottorato" (tertiary education)

Middle: includes those who have a high educational level lasting 4-5 years called in Italy "scuola media superiore" (upper secondary education) or professional diploma lasting 2-3 years or "diploma di qualifica professionale" (post-secondary non tertiary education)

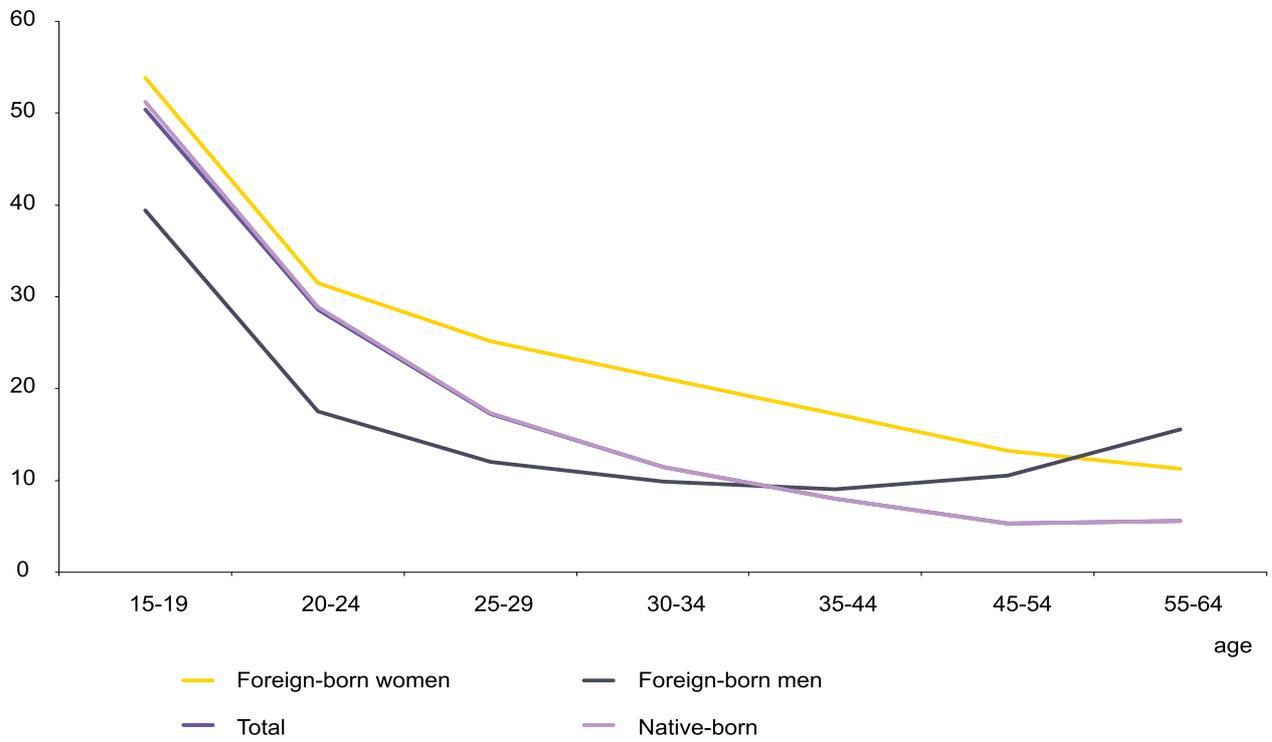
Basic: includes those who have the "scuola elementare" (primary education) and "scuola secondaria inferiore" (lower secondary education)

No qualification: those without qualification and the illiterate

Sources: Italian (2001) Census, author's calculations

Graphic 8

Unemployment rate (%) in Italy



Sources: author's calculations from Italian Census (2001); Istat, 2005: native-born unemployment rate and total unemployment rate

References

Hussmanns R., Mehran F. & Verma V. (1990), Survey of economically active population, employment, unemployment and underemployment, an ILO manual on concepts and methods, International Labour Office, Geneva, pp.341-348

Insee (2005), Les immigrés en France, Fiches thématiques, Paris

Istat (2006), La partecipazione al mercato del lavoro della popolazione straniera. I-IV trimestre 2005, Statistiche in breve, 27 marzo 2006

Istat (2005), Gli stranieri in Italia : analisi dei dati censuari, Roma

Organisation for Economic Co-operation and Development (2007), International migration outlook: annual report, 2007 edition, SOPEMI, Paris

United Nations Educational (1997), Scientific and Cultural Organization, International Standard Classification of Education ISCED, UNESCO, November 1997

United Nations (2006), Trends in total migrant stock: the 2005 revision, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, New York

United Nations Population Fund (2006), State of world population 2006: a passage to hope. Women and international migration, UNFPA, New York



Polarização
Demográfica e
Densificação
Urbana no
Município de
Ponta Delgada,
entre 1981 e 2001

Autor: Eduardo Costa Duarte Ferreira

Universidade dos Açores, Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

E-mail: eferreira@uac.pt

Resumo:

Assumindo um registo descritivo, este artigo pretende, num primeiro momento, dar conta do quadro de polarização demográfica evidenciado pelo município de Ponta Delgada, durante as últimas duas décadas do século XX. Com base nisto, procura-se depois identificar os principais vectores de evolução e de densificação demográficas da unidade territorial em análise, de modo a melhor caracterizar o processo de urbanização que está na base do que, actualmente, se entende ser o tecido urbano de Ponta Delgada.

Palavras Chave: Polarização demográfica, densificação urbana, urbanização, cidade, Ponta Delgada.

Abstract

Assuming a descriptive position, this article intends, in a first approach, to present the demographic polarization trend that the Municipality of Ponta Delgada revealed during the last two decades of the 20th Century. On this basis we try to identify the main courses of evolution and demographic intensification of the territorial unit in study, as to better characterize the urbanization process that is responsible for the existing urban area of Ponta Delgada.

Key words: Demographic polarization, urban intensification, urbanization, city, Ponta Delgada.

**Demographic
polarization and
urban intensification
on the municipality of
Ponta Delgada
between 1981 and
2001**

Introdução

Desde há cerca de quatro décadas a esta parte, que o crescimento dos principais núcleos urbanos portugueses tem vindo a abandonar progressivamente a lógica de “mancha d’óleo”, substituindo-a por um outro figurino que, em termos gerais, se caracteriza pela fragmentação do tecido urbano. Face à descontinuidade espacial e funcional das áreas que daí resultam, este novo paradigma tornou mais complexo o entendimento que se pode ter acerca das cidades no sentido mais convencional do termo, isto é, enquanto entidade física e social detentora de um centro e de uma forma específica (Gaspar et. al., 2005).

Tanto as acessibilidades como os movimentos populacionais são peças-chave para melhor se perceber os contornos destas novas realidades. Relativamente às primeiras, se é verdade que, por um lado, o aparecimento de novas acessibilidades costuma imprimir a este tecido urbano fragmentado alterações significativas – por exemplo, ao nível do preenchimento dos seus interstícios –, por outro, as infraestruturas rodoviárias tendem a estar, muitas vezes, na base da urbanização de pequenos aglomerados rurais, que, deste modo, passam a estar ligados a um núcleo original. As acessibilidades tornam-se, assim, variáveis explicativas fundamentais das relações que, a partir daí e dentro de uma hierarquia de centralidades, se estabelece entre todas estas áreas.

Por sua vez, a análise das dinâmicas populacionais na génese e consolidação dos processos em causa, não ocupa um lugar de somenos importância. Na maior parte dos casos, este esforço conduz-nos às tendências e aos diferentes ritmos com que a urbanização e a concentração urbana se verificam. Além disso, revela-nos, por diversas vezes, o contraponto destas situações, ou seja, a intensidade quer dos processos de despovoamento das áreas rurais quer dos movimentos de centrifugação que, frequentemente, alteram a face dos centros históricos das cidades.

Se se conhece mais profundamente os processos de urbanização e intensificação urbana que estiveram na origem dos dois territórios metropolitanos portugueses – os quais, por sinal, respeitam tipologias distintas (Ferreira, 1987; Domingues, 1992) –, sabe-se um pouco menos em relação à maior parte das cidades de média dimensão. Porém, é ponto assente, por exemplo, que o seu dinamismo demográfico se encontra territorialmente diferenciado, existindo, de um modo geral, uma situação de elevada bipolarização entre o litoral e o interior do país. Também se tem conhecimento de cidades médias cujas áreas urbanas, em termos da sua dinâmica demográfica, constituem verdadeiros casos de sucesso, tendo em conta a inserção geográfica das mesmas no panorama mais negro que caracteriza uma grande parte do interior do país – Bragança, Covilhã, Castelo Branco ou Évora, são apenas exemplos (Marques, 2004). Além disso, sabe-se também que as dinâmicas que se processam ao nível das freguesias que integram tais áreas, nem sempre revelam uma lógica homogénea; a par dos casos em que se verifica o reforço populacional das freguesias urbanas tradicionais, existem outros em que a perda de residentes no núcleo vetusto é compensada por ganhos ao nível das zonas contíguas, ou não, ao mesmo.

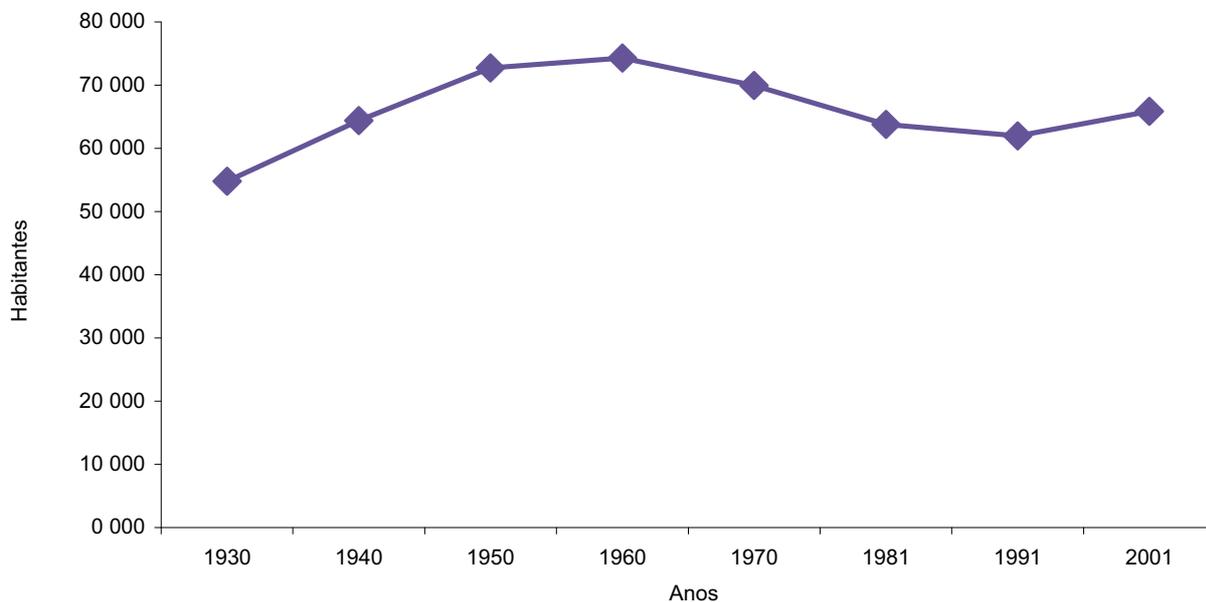
À luz destes breves considerandos e debruçando-se sobre a situação do município e da área urbana de Ponta Delgada, entre 1981 e 2001, o presente artigo procura, sobretudo, centrar-se nesta última linha de análise. Tentaremos, por isso, perceber que tendências e a que ritmos se processou a densificação demográfica desta unidade, ao longo daquele período, de modo a que daí resulte uma imagem mais clara sobre o modelo de urbanização em que o respectivo tecido urbano se revê actualmente.

Tendências de polarização demográfica

Uma rápida panorâmica da evolução da população residente no município de Ponta Delgada, ao longo de grande parte do século XX, revela dinâmicas diferenciadas. Assim, entre 1930 e 1940, assistimos a um aumento significativo do seu volume em cerca de 10 000 habitantes, a um ritmo próximo dos 1,6 % ao ano. Esta taxa veio a sofrer uma certa quebra durante a década seguinte, ainda que o sentido ascendente da evolução dos efectivos se mantivesse. A acentuação desta tendência é visível, ainda, durante a década de cinquenta, ao fim da qual a população concelhia inicia um movimento evolutivo de sinal negativo até ao final dos anos oitenta. A década de noventa marca a inflexão de uma linha evolutiva declinante que durou cerca de trinta anos, apresentando ainda uma Taxa de Crescimento Anual Médio, até 2001, situada entre os valores registados durante as décadas de quarenta e cinquenta do século passado.

Figura 1

Evolução da população residente no Município de Ponta Delgada, 1930 - 2001



Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

Quadro 1

Ritmo de crescimento da população do município de Ponta Delgada, 1930 – 2001

Anos	%
1930-1940	1.6
1940-1950	1.2
1950-1960	0.2
1960-1970	- 0.6
1970-1981	- 0.9
1981-1991	- 0.3
1991-2001	0.6

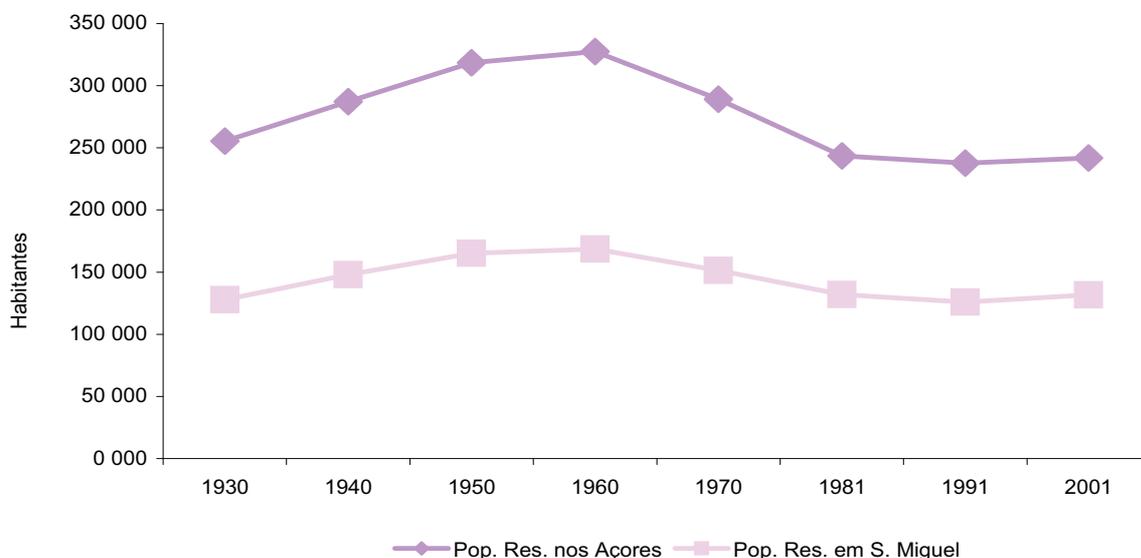
Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

Apesar dos efeitos que possam ter sido transpostos da dinâmica populacional açoriana, em geral, e micaelense, em particular, para a dinâmica populacional do município, por via do comportamento das variáveis natalidade e mortalidade, é sabido que a evolução da população em causa acabou por ser determinada pela forte corrente emigratória que atingiu o arquipélago durante as décadas de sessenta e de setenta, em particular (Figura 2).

Contudo, o município de Ponta Delgada, enquanto unidade administrativa e estatística que comporta a maior cidade quer da ilha quer do arquipélago, representa algo mais do que o simples reflexo do comportamento populacional de uma unidade territorial mais ampla. Os movimentos migratórios internos que convergiram na cidade e nas suas zonas limítrofes, fizeram com que a população que daí havia saído em direcção aos principais destinos emigratórios, fosse, parcialmente, compensada por alguma que passou a entrar, vinda das chamadas freguesias rurais (Rocha, 1999).

Figura 2

Evolução da população residente nos Açores e na Ilha de S. Miguel, 1930 – 2001

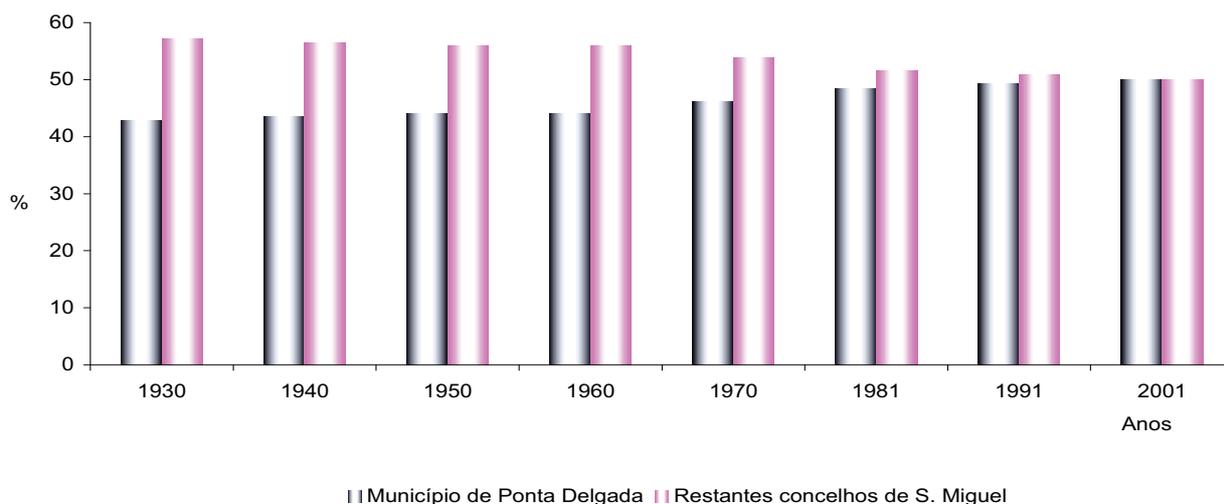


Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

Isto mesmo acaba por ser demonstrado, em certa medida, pelos valores e pelas tendências respeitantes ao acréscimo da importância demográfica relativa¹ do município de Ponta Delgada no conjunto total dos municípios da ilha (Figura 3). A partir da década de sessenta, o seu peso relativo cresce gradualmente até atingir os 50%, em 2001. Mesmo conhecendo nós a natureza do indicador e sabendo que tal só se verifica devido à perda generalizada de habitantes nos restantes municípios, não deixa de considerar uma quase certa interferência dos movimentos internos na aproximação de valores que se vai estabelecendo entre a ilha e o município.

Figura 3

Importância demográfica relativa do Município de Ponta Delgada no total da ilha de S. Miguel, 1930 – 2001



Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População (vários).

¹ Entende-se, neste contexto, por Importância Demográfica Relativa (IDR) o peso relativo que, em cada um dos momentos censitários, o volume da população em análise assume no total dos residentes na ilha de S. Miguel. A inserção deste indicador no momento presente da análise – ainda antes de se proceder à sua conjugação com o da Densidade Populacional (DP) –, permite, a nosso ver, uma primeira aproximação à tendência de polarização demográfica que o município em questão tem vindo a demonstrar no contexto da ilha.

Recorrendo ainda ao mesmo indicador e combinando-o com o da densidade populacional, vemos como, ao nível da freguesia, se torna mais nítida a imagem da distribuição dos efectivos populacionais no município de Ponta Delgada (Quadro 2). De acordo com os quantitativos percentuais de cada uma das vinte e duas freguesias, em 2001 – tal como ficou registado em momentos censitários anteriores –, a situação apontava para S. José e S. Pedro como sendo as unidades de maior concentração populacional. A freguesia de S. Sebastião (Matriz), enquanto principal núcleo centralizador da maioria das actividades ligadas ao sector terciário, apresenta valores inferiores aos das duas anteriores, quase ombreando com algumas freguesias limítrofes às da sede do município, como, por exemplo, S. Roque ou Fajã de Baixo.

Quadro 2

Importância Demográfica Relativa (IDR) e Densidade Populacional (DP) das freguesias do município de Ponta Delgada, 1981, 1991 e 2001 (%)

Freguesias	1981		1991		2001	
	IDR	DP	IDR	DP	IDR	DP
Arrifes	10.8	273.7	11.0	270.1	10.5	274.7
Bretanha	2.3	115.0	2.2	103.3	2.0	102.4
Candelária	1.9	141.9	1.7	126.5	1.8	138.8
Capelas	5.3	199.9	5.7	208.4	5.7	223.2
Covoada	5.3	114.4	1.7	108.8	1.9	126.9
Fajã de Baixo	4.9	772.8	5.6	851.9	6.9	1124.2
Fajã de Cima	5.1	273.9	5.3	278.3	5.5	305.7
Fenais da Luz	2.3	189.8	2.4	197.4	2.9	247.1
Feteiras	2.4	66.4	2.7	70.1	2.6	72.9
Ginetes	2.1	110.3	2.1	106.7	1.9	105.0
Livramento	5.1	579.7	4.8	533.4	5.3	626.4
Mosteiros	2.2	155.6	2.1	143.8	1.8	133.2
Relva	3.1	178.4	3.3	184.9	4.1	246.4
Remédios	1.7	196.9	1.6	177.0	1,5	179.3
Sto. António	4.6	249.7	3.1	167.4	3	171.9
S. José	14.1	2313.4	13.4	2132.6	13,1	2217.7
S. Pedro	10.8	2448.0	11.1	2457.3	10.9	2554.1
S. Roque	7.9	707.4	7.9	685.2	6.7	616.5
S. Sebastião	8.3	1660.0	7.4	1439.4	6.5	1346.6
S. V. Ferreira	2.1	116.9	2.2	118.4	2.5	146.4
Sete Cidades	1.2	40.2	1.3	43.1	1.3	44.6
Sta. Bárbara	-	-	1.3	94.4	1.3	99.9

Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Nota: Em 1981, a freguesia de St.^a Bárbara ainda não havia sido criada.

Por outro lado, as freguesias de Arrifes e Fajã de Baixo merecem, cada uma delas, uma referência especial, ainda que por motivos distintos. A primeira por se tratar de um caso particular, em que os elevados valores registados ficam a dever-se à sua extensa área territorial (25.7 Km²) e à forma “alongada” como o seu aglomerado residencial se encontra distribuído no espaço.² Quanto à freguesia de Fajã de Baixo, sobressai, principalmente, o facto de ser aquela que registou o maior ganho no conjunto das que, ao longo dos anos noventa, viram aumentar a densidade da população residente e o seu peso relativo dentro do município.

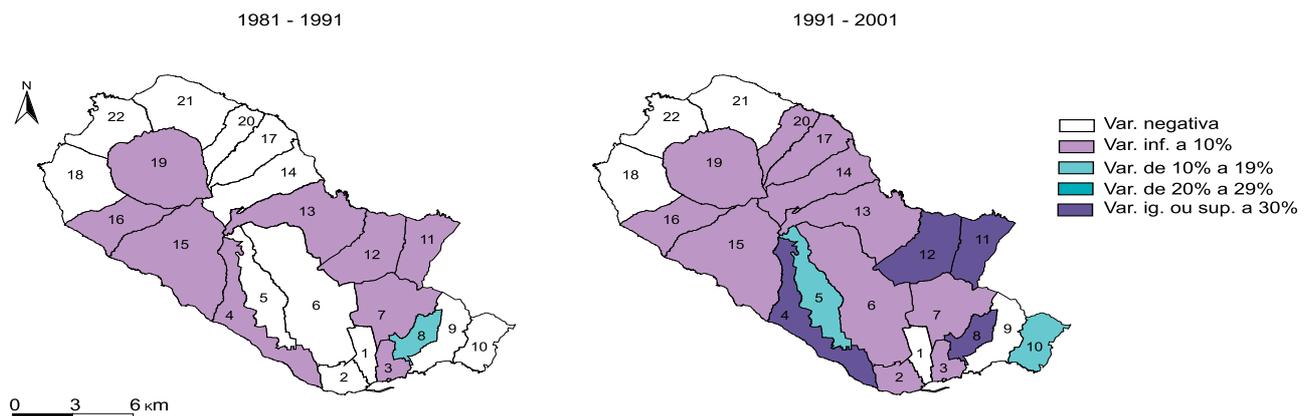
² De resto, esta não é uma tendência recente, pelo que uma observação censitária mais longa no tempo, facilmente permitiria constatar a normalidade diacrónica dos elevados valores da importância demográfica relativa do núcleo em causa.

Atendendo à variação populacional de cada uma das vinte e duas freguesias isoladamente, podemos observar que, de um modo geral, o aumento de residentes verificado no município em estudo, entre 1991 e 2001, se encontra reflectido na maioria das unidades estatísticas que o compõem. Todavia, é notória a heterogeneidade entre freguesias, podendo a mesma ser avaliada, por exemplo, pelas diferenças que existem em termos de ganhos populacionais (Figura 4). Ignorando os acréscimos mais modestos, destacam-se, a um primeiro nível e com variações situadas no intervalo dos 15% aos 20%, as freguesias de Covoada e Livramento, seguindo-se, num segundo patamar, Fenais da Luz e S. Vicente Ferreira, com valores que rondam os 25%, e, finalmente, Relva e Fajã de Baixo, cujos ganhos ultrapassam os 30%. Esta leitura, territorialmente diferenciada, do processo de concentração demográfica que ocorreu no município de Ponta Delgada, ao longo dos anos noventa, aponta não só para um reforço populacional de uma área já de si fortemente urbanizada (referimo-nos à sede do município e às suas freguesias limítrofes), como ainda para a constituição de um novo pólo situado na costa norte do município.

De resto, trata-se de um panorama substancialmente diferente do evidenciado durante o período anterior. Com efeito, entre 1981 e 1991, a única freguesia que apresentou um diferencial positivo acima dos 10% foi Fajã de Baixo (10,2%), enquanto todas as restantes de tendência semelhante não ultrapassaram os 7,5%. Esta propensão reactiva da década de oitenta torna-se ainda mais evidente quando se atende ao elevado número de freguesias que foram perdendo população residente – treze no seu total –, e que, no período seguinte, se reduz a cinco unidades.

Figura 4

Variação da população no Município de Ponta Delgada, 1981-1991 e 1991-2001



Legenda

1- S. Sebastião; 2- S. José; 3- S. Pedro; 4- Relva; 5- Covoada; 6- Arrifes; 7- F. de Cima;
8- F. Baixo; 9- S. Roque; 10- Livramento; 11- F. da Luz; 12- S. V. Ferreira; 13- Capelas;
14- Sto. António; 15- Feteiras; 16- Candelária; 17- Santa Bárbara; 18- Ginetes; 19- Sete Cidades;
20- Remédios; 21- Bretanha; 22- Mosteiros.

Deste modo, parece-nos razoável admitir a ocorrência, ao longo de duas décadas, de um processo de intensificação demográfica em torno do núcleo tradicional do aglomerado urbano de Ponta Delgada, que, em nosso entender, só não equivale a um movimento atractivo continuado, gerado no sentido *centro-periferia*, porque o período 1991-2001 não confirma a tendência repulsiva que, ao longo dos anos oitenta, esse mesmo *centro* prometia manter.

A expansão da mancha urbana e a “dispersão” da cidade

De modo a tornar mais facilmente referenciável a forma heterogénea que o referido processo assumiu no plano territorial, alargamos agora o nível geográfico de observação àquilo a que entendeu designar por “áreas urbanizadas”. Sendo cada uma destas aglomerações compostas por conjuntos distintos de freguesias, elas incluem-se numa opção analítica que procura respeitar a ideia de que o processo de concentração demográfica – incluído neste outro que é o de urbanização –, dificilmente é conforme às circunscrições puramente administrativas.³ Mesmo, sabendo nós, tratar-se de uma opção algo distorcida no seu pressuposto essencial (pois continua a basear-se em dados organizados segundo uma matriz administrativa), o principal objectivo deste exercício de análise é o de conseguir obter uma aproximação à “mancha urbana” que Ponta Delgada apresentava na última viragem de século. Deste modo, foram consideradas as seguintes áreas de intensificação demográfica:

i) A *Cidade* – inclui as freguesias de S. José, S. Sebastião e S. Pedro. Com uma assimetria bastante acentuada em termos da antiguidade do seu equipamento residencial e concentrando a maior parte da actividade terciária do município, este conjunto conheceu, durante a última década do século XX, um ligeiro acréscimo populacional, facto este que não deixou de constituir uma inversão da tendência demonstrada entre 1981 e 1991.

ii) O *Anel Radial* — é constituído por todas as freguesias contíguas às que compõem a *Cidade* e ainda por Covoada e Livramento, as quais decidimos juntar a este grupo, devido à reduzida distância física que as separa daquela e ao facto de serem atravessadas pela mesma rede viária. Assim, de nascente para poente, esta aglomeração engloba Livramento, S. Roque, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Arrifes, Covoada e Relva. Constam aqui os casos das freguesias cuja intensificação demográfica se fez sentir de forma mais notável.

iii) O *Eixo Sul* – adquire esta designação por reunir um conjunto de quatro freguesias – Feteiras, Candelária, Ginetes e Mosteiros – integradas num dos principais circuitos viários do município de Ponta Delgada e que é, essencialmente, estruturado pela Estrada Regional. Neste conjunto, decidiu-se incluir a freguesia de Sete Cidades, uma vez que as acessibilidades ao lugar podem ser vistas como fazendo parte de uma rede de penetração com origem naquele eixo viário principal. De um modo geral, toda esta área comporta núcleos habitacionais que obedecem a um padrão de distribuição do tipo *aglomerado linear*, e, do total das quatro áreas aqui consideradas, é aquela onde as variações de população a nível de freguesia, ocorridas entre 1991 e 2001, se fizeram sentir com menos intensidade.

iv) O *Eixo Norte* – rege-se por critérios de denominação muito semelhantes aos da área anteriormente descrita. Uma via de ligação que se inicia ainda no município de Ribeira Grande (mais propriamente na freguesia de Ribeira Seca) e que, no lado poente da ilha, “liga” ao Eixo Sul. Dela fazem parte as freguesias de Fenais da Luz, S. Vicente Ferreira, Capelas, St.º António, St.ª Bárbara, Remédios e Bretanha. Em virtude da sua extensão e do número de freguesias que a compõem, trata-se de uma área que, em termos do perfil de concentração demográfica, acaba por se apresentar como uma combinação entre a anterior e a que denominámos de Anel Radial.

Definidas as áreas em questão e com base nos resultados fornecidos por alguns indicadores de concentração populacional (Quadro 3), estamos agora mais próximos daquilo que foram as grandes linhas de evolução e densificação demográficas do município de Ponta Delgada, ao longo da última vintena do século XX.

Do que é possível observar, confirma-se que, durante o período 1981 – 2001, não se torna possível falar de uma evolução demográfica homogénea para a *Cidade*. Desde logo, os primeiros dez anos são de decréscimo populacional e a década seguinte evidencia um movimento evolutivo de sentido contrário. Paralelamente, os índices de densidade nesta aglomeração acabam por traduzir tal inflexão.⁴ Se, no que se refere ao primeiro período, há que entrar em linha de conta com um progressivo processo de especialização funcional do espaço (em termos do reforço de actividades ligadas ao comércio e aos serviços), conducente à perda gradual de população residente; no que diz respeito ao segundo, há também que reconhecer que nem as novas construções de tipologia vertical que proliferaram dentro dos limites administrativos desta área, foram suficientes para colocar o valor da densidade populacional de 2001 ao mesmo nível do registado em 1981.

³ A escolha das designações em causa acabou por ser sempre determinada por um dos seguintes critérios: o primeiro tem a ver com aquilo que poderá ser designado de *representação colectiva* sobre os limites físicos de uma entidade sócio-espacial à qual, tradicionalmente, se tem vindo a designar de “cidade”; o segundo, e não menos importante que o anterior, assenta na forma como o território concelhio se encontra estruturado em termos de acessibilidades, sendo certo que este factor, em combinação com outros, tem vindo a desempenhar um papel determinante nas escolhas que os indivíduos e as famílias fazem quanto à sua fixação residencial.

⁴ Este indicador foi calculado com base no valor médio das densidades de cada uma das freguesias que compõem a área em si. A opção alternativa seria afectar a cada “área” uma densidade baseada no rácio *total de efectivos da “área”/total da superfície da “área”*, o que, quanto a nós, reforçaria, ainda mais, a natureza limitativa deste indicador. Por isso, em nosso entender, a escolha que fizemos não supera as lacunas que se costuma reconhecer ao presente indicador, mas adequa-o melhor ao esquema de análise construído.

Quadro 3

Diferenciação territorial do crescimento demográfico no município de Ponta Delgada, por “áreas urbanizadas”, 1981 – 1991 e 1991 - 2001

		Cidade	Anel Radial	Eixo Sul	Eixo Norte
1981	População Residente	21 190	24 689	6 268	11 657
	Densidade	2 140.5	414.3	102.9	178.0
1991	População Residente	19 807	24 568	6 131	11 483
	Densidade	2 009.8	416.1	98.0	152.3
1981-1991	Taxa de Crescimento Anual Média	- 0.67	- 0.05	- 0.22	- 0.15
2001	População Residente	20 113	26 994	6 214	12 533
	Densidade	2 039.5	474.4	98.9	167.2
1991-2001	Taxa de Crescimento Anual Média	0.15	0.95	0.13	0.88

Fonte: INE/SREA, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e 2001.

Nota: Em 1981, a freguesia de St.^a Bárbara ainda não havia sido criada.

Por outro lado, com valores de ocupação de superfície bem mais baixos do que os anteriores, o *Anel Radial* viu crescer, gradualmente, a média das densidades das freguesias que o compõem, não obstante o ligeiro decréscimo populacional aí ocorrido, entre 1981 e 1991. Esta aparente contradição (à qual não é alheia a opção tomada em termos do cálculo do indicador em causa) acaba por traduzir a própria diversidade interna de que se revestem algumas das áreas definidas, e esta em particular. Assim, tratando-se de uma média aritmética, a diferença existente entre as densidades referentes a 1981 e a 1991, espelha os ganhos de população residente ocorridos nas freguesias de Relva, Fajã de Cima e, sobretudo, Fajã de Baixo, durante essa década. De resto, importa referir que este último aglomerado destaca-se no conjunto dos que compõem a área em questão, sendo que, no momento do último Censo, a densidade populacional aí registada era quase duas vezes e meia mais elevada do que o valor médio que calculámos para a totalidade da aglomeração.

No final do período seguinte, podemos observar que o acréscimo populacional que se fez sentir no *Anel Radial*, obedeceu a um ritmo anual de ocupação significativamente mais intenso ao apurado dentro dos limites administrativos da *Cidade*, ao longo da mesma década. Na relação entre o volume dos efectivos por freguesia e a dimensão de cada uma delas, a média das densidades registadas na “periferia imediata” ao núcleo urbano tradicional sofre igualmente uma variação superior à que teve lugar no núcleo urbano mais antigo – 14% contra 1.4%, respectivamente. Apesar destas diferenças, refira-se que, mais do que áreas que possam ser simplesmente designadas de “densamente povoadas”, qualquer uma destas duas configuram territórios que conheceram um elevado incremento urbanístico durante os últimos anos, tendo este resultado, por um lado, da variação verificada em termos do espaço consumido pela respectiva população residente, e, por outro, da posição por eles ocupados no quadro da diferenciação funcional do município e da ilha.

No que diz respeito ao conjunto de freguesias situadas na costa sul do município, esta foi a área que, entre 1981 e 2001, apresentou uma maior estabilidade demográfica, no que se refere quer aos níveis de ocupação quer aos valores de densidade aí anotados, o que, em parte, se deve à sua significativa dimensão territorial. Com efeito, o *Eixo Sul* tem vindo a manter uma densidade média que não se afasta muito dos 100 habitantes por Km², e cuja reduzida variação tem acompanhado a tendência evolutiva da população residente.

O mesmo já não se poderá dizer do *Eixo Norte*. Durante a última década, a área assim designada – ou parte dela, para sermos mais precisos – parece ter-se tornado tão atractiva para a população do município de Ponta Delgada quanto o próprio *Anel Radial*. Não só os quantitativos respeitantes às variações de volume de cada uma das aglomerações estiveram muito próximos entre si, como os ritmos médios a que se processou o crescimento em cada uma delas, acabaram por se acompanhar mutuamente. Todavia, não podemos ignorar a diversidade demográfica interna de que se reveste este eixo, nem o facto de alguns dos valores médios calculados para o mesmo se encontrarem profundamente influenciados pela intensificação populacional demonstrada em duas das suas freguesias – S. Vicente Ferreira e Fenais da Luz. Os índices de densidade referentes a cada um dos três momentos em análise constituem um desses casos, em que, por exemplo, a média de 167 habitantes por Km², anotada em 2001, não reproduz com exactidão o que se passava nestas freguesias, ou ainda na de Capelas, com 223 habitantes por Km².

Algumas conclusões

De acordo com os dados analisados, pensamos ser razoável admitir que, durante o período estudado, o município de Ponta Delgada acabou por ser palco da ocorrência de um fenómeno de expansão urbana que veio a alterar o padrão geográfico e morfológico que, ao longo de várias décadas, identificou a “cidade” de Ponta Delgada. Por um lado, verifica-se uma clara tendência de crescimento contínuo do núcleo urbano tradicional, em direcção a zonas como Fajã de Baixo, Livramento, Arrifes e Relva, deixando adivinhar, cada vez mais, uma maior diversidade ao nível dos usos do solo, sobretudo no que se refere à implementação de actividades económicas. Por outro lado, assiste-se ao surgimento de uma espécie de “extensão” da cidade a norte do município – concretamente, às freguesias de Capelas, S. Vicente Ferreira e Fenais da Luz –, tendência esta que se reveste de um carácter monofuncional (residencial) e que, em termos gerais, resulta dos incrementos por que passou o desenho viário do município.

Desconhecemos (nem os objectivos fixados para a presente análise o exigiam) se estas transformações significaram apenas um puro processo de ocupação territorial ou se, para além disso, têm vindo a traduzir-se em ganhos efectivos de *qualidade do urbano* (Ferreira, 2004). Porém, pode dizer-se, sem muitas reservas, que, por via daqueles dois processos, a “cidade” tornou-se menos *convencional* do que era antes, dentro do velho paradigma urbano de uma aglomeração física que se dava a conhecer através dos seus limites e da sua forma. A uma escala adequada, julgamos poder aplicar aqui alguma da terminologia que tem auxiliado os geógrafos na caracterização das chamadas “novas territorialidades”, referindo-nos a esta ocorrência como tendendo a respeitar um modelo de periurbanização. Com efeito, dentro das grandes linhas que o definem, estamos em presença de um fenómeno de integração do espaço urbano e das áreas rurais, quer do ponto de vista físico, quer na sua vertente funcional (Nel.lo, 1998). Dentro desta lógica, as fronteiras físicas, sociais e económicas entre os centros urbanos, as zonas periurbanas e as zonas rurais, são cada vez mais ténues, constituindo as segundas, essencialmente, áreas de “transição” entre a cidade e o campo, o que se deve, em grande medida, à sua natureza multifuncional (Durán, 2005). Porém, uma vez reconhecido o elevado grau de concentração das actividades que o “centro” de Ponta Delgada ainda apresenta, é óbvio que, no caso estudado, apenas podemos falar de uma tendência de periurbanização de carácter essencialmente residencial, em que a tónica se encontra colocada na “propagação da população urbana”, como salienta Dúran (2005), e não, por exemplo, numa lógica de complementaridade territorial ao nível da localização de pequenas e médias empresas.⁵

De facto, não obstante as limitações explicativas e interpretativas decorrentes do nível de análise aqui utilizado, parece-nos legítimo falar da ocorrência, ao longo de vinte anos, de um fenómeno de redistribuição da população residencial, e que, durante a primeira década, se dá a conhecer através de uma tendência de contornos ténues, mas que, nos dez anos seguintes, apresenta já um carácter mais vincado. Assim, a última década do século XX constitui um período de algum ganho demográfico para o “casco antigo” da cidade, mas é, essencialmente, uma fase de atracção quer pela “periferia” radial contígua a este quer por um núcleo que, apesar de não beneficiar desta adjacência espacial, tem a seu favor a relativa proximidade física ao “centro”, assegurada, sobretudo, pela existência de boas acessibilidades (referimo-nos a uma parte do designado *Eixo Norte*).

Como o próprio processo histórico de urbanização demonstra, a responsabilidade da ocupação das chamadas áreas “periféricas” não costuma (nem pode) ser unicamente imputada às populações que, num momento anterior, ocupavam áreas com um maior grau de centralidade e que, depois, acabaram por ser atraídas, ou repelidas, para essas franjas. Nem sequer a periurbanização – como, aliás, pensamos ter deixado claro – pode, alguma vez, ser confundida com a ideia de crescimento concêntrico das cidades. Todavia e no que concerne ao caso específico do nosso objecto de estudo, isto não impede que afirmemos que uma parte importante do processo em causa acaba por parecer configurar um fenómeno de expansão do próprio núcleo urbano de Ponta Delgada, ilustrado pela referida densificação demográfica das “periferias” e parcialmente resultante, estamos em crer, de alguma centrifugação populacional daquele mesmo “centro”, o que se terá verificado, sobretudo, ao longo da década de oitenta.⁶

⁵ Entraríamos aqui nos conceitos de *urbanização difusa* e de *cidade difusa*, tais como são definidos por alguns dos autores que os enquadram dentro do actual contexto de “flexibilidade do capital”. Ver, entre outros, Indovina (2005).

⁶ Relembramos apenas que, entre 1981 e 1991, a *Cidade* vê a sua população decrescer em 6.5%, mas freguesias como Relva, Fenais da Luz ou Capelas experimentam um aumento de efectivos da ordem dos 4%, enquanto no núcleo de Fajã de Baixo esse quantitativo ultrapassa mesmo os 10%.

Com efeito, a consolidação urbanística do terciário e dos serviços administrativos no núcleo urbano tradicional, durante a segunda metade dos anos setenta e ao longo da década de oitenta, poderão ter constituído um dos principais factores de repulsão demográfica. Com maior incidência a partir do momento em que foi concedido o regime autonómico à Região, o núcleo mais antigo da cidade viu-se, assim, obrigado a responder não só à necessidade de instalação de um elevado número de serviços públicos, surgidos no novo contexto político-administrativo, mas também ao incremento da actividade comercial, emergente com a transformação económica que se começou a fazer sentir nos principais núcleos do arquipélago.⁷

Deste ponto de vista, trata-se de um movimento de centrifugação que parece, antes de mais, basear-se na ideia de um esgotamento do “centro” em termos da sua função residencial; corolário, talvez, daquilo que foi um longo período de urbanização efectiva, isto é, um tempo, mais ou menos ininterrupto, de crescimento *centrípeto* do núcleo urbano de Ponta Delgada.

Referências bibliográficas

DOMINGUES, A. (1992), *Porto. Cenários de uma Metrópole Policêntrica*, Porto, Instituto de Geografia – Faculdade de Letras da Universidade do Porto (policopiado).

DURÁN, F. E. (2005), “Procesos de periurbanización y cambios en los modelos de ciudad. Un estudio europeo de casos sobre sus causas y consecuencias”, *Papers Revista de Sociología*, n.º 78, pp. 59-88.

FERREIRA, V. Matias (1987), *A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

FERREIRA, V. Matias (2004), *Fascínio da Cidade: Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, ISCTE/Ler Devagar.

GASPAR, J., SIMÕES, J. M., BARROSO, S. (2005), “Expansão urbana: dos novos bairros aos novos aglomerados”, in C. A. Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal – Planeamento e Ordenamento do Território*, Vol. 4, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 346-383.

INDOVINA, F. (2005), “La metropolizzazione del territorio. Nuove gerarchie territoriali”, *Economia e Società Regionale*, n.º 21 (3/4), pp. 46-85.

MARQUES, T. S. (2004), *Portugal na Transição do Século – Retratos e Dinâmicas Territoriais*, Porto, Edições Afrontamento.

NELLO, O. (1998), “Los confines de la ciudad sin confines. Estructura urbana y limites administrativos en la ciudad difusa”, in J. Monclús (ed.), *La Ciudad Dispersa. Suburbanización y Nuevas Periferias*, Barcelona, Centro de Cultura Contemporània de Barcelona, pp. 35-57.

ROCHA, G. (1991), *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX. Unidade – Permanência - Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

ROCHA, G. (1999), “Transição e Modernidade”, *Actas do Colóquio Comemorativo dos 450 Anos da Cidade de Ponta Delgada*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores/Câmara Municipal, pp. 337-356.

SANTOS, A. (1994), *Sinopse da Economia Açoriana*, Porto, Edições Asa.

SILVA, J. M. Monteiro da (1995), “A economia regional e a autonomia”, *Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores*, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, pp. 83-96.

⁷ A apresentação de elementos descritivos e analíticos sobre o peso relativo que os subsectores do Comércio e da Administração Pública possuem na economia regional, é uma característica regular em muita da literatura de pendor económico e sócio-demográfico que, nas últimas décadas, tem aparecido no panorama científico da Região. Veja-se, por exemplo, Santos (1994) ou Silva (1995).



A Situação
Demográfica
Recente em
Portugal

The Demographic
Changes in Portugal

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística / Gabinete de Estudos

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

Durante os primeiros anos do século XXI, Portugal mantém-se um país com baixa fecundidade, com esperança de vida a aumentar, e com saldo migratório a diminuir. Regista, em 2007, um saldo natural negativo, situação que só tinha ocorrido em 1918, em consequência da gripe pneumónica. O ritmo de crescimento da população é muito fraco, permanecendo as correntes imigratórias a componente principal desse crescimento e o envelhecimento demográfico prossegue. A redução do número de casamentos, o forte acréscimo dos nascimentos com coabitação dos pais, dos divórcios e da idade média ao casamento evidenciam os novos modelos familiares no país.

Analisam-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas mudanças observadas na estrutura da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento.

Abstract

At the beginning of the XXI century, Portugal remains a country with low fertility, increasing life expectancy and decreasing net migration. In 2007, the natural increase was negative, a situation that had been recorded in 1918, due to pneumonic flu. While the pace of population growth has slowed down, and immigration flows remain its important component, the population is ageing. The significant fall in the number of marriages, the increasing of average age at marriage, and the rise in both the number of wedlock births and the number of divorces, influence the new familiar models in Portugal.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: Population, fertility, mortality, expectancy of life, migrations, ageing.

Introdução

A *Situação Demográfica Recente em Portugal* que se apresenta dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 42 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2007, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências não se registam alterações significativas.

Escolheu-se como período central de análise os anos entre 1 de Janeiro de 2002 e 1 de Janeiro de 2008 de modo a avaliar as mudanças demográficas verificadas em Portugal, no início século XXI. As causas e os efeitos dos fenómenos demográficos revelam-se no longo prazo, o que determina, em alguns casos, que a análise das variáveis se estenda por um horizonte temporal mais vasto.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas intercensitárias para o período 1991-2000, as estimativas provisórias póscensitárias para os anos de 2001-2007 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade, as Projecções de População Residente 2000-2050, as Estatísticas Demográficas e da Saúde, informação toda produzida no INE. A análise desenvolve-se sobretudo com recurso à informação referente à geografia existente à data da realização dos Censos 2001 (NUTS II - Decreto Lei nº46/89) evidenciando-se, quando necessário, os valores registados à geografia de 2002 (NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002). Os indicadores calculados com base nas duas geografias disponibilizam-se nos Quadros Anexos.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, nos primeiros anos do século XXI caracteriza-se pela redução do saldo natural, que se torna negativo em 2007, provocada, sobretudo, pela queda dos nascimentos com vida, por saldos migratórios positivos mas com tendência para baixar e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Em 31 de Dezembro de 2007, a população residente em Portugal foi estimada em 10 617, 6 milhares de indivíduos, dos quais 5 138,8 homens e 5 478,8 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 18, 5 milhares de indivíduos, ou seja 0,17%, confirmando-se a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo é praticamente idêntico nos homens e nas mulheres.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População Residente Média (milhares)	10 293,0	10 368,4	10 441,1	10 502,0	10 549,4	10 584,3	10 608,3
População Residente em 31.XII (milhares)	10 329,3	10 407,5	10 474,7	10 529,3	10 569,6	10 599,1	10 617,6
<i>Homens</i>	4 988,9	5 030,2	5 066,3	5 094,3	5 115,7	5 129,9	5 138,8
<i>Mulheres</i>	5 340,4	5 377,2	5 408,4	5 434,9	5 453,9	5 469,2	5 478,8
Relação de Masculinidade (%)	93,4	93,5	93,7	93,7	93,8	93,8	93,8
Saldo Natural	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937	3 408	-1 020
Saldo Migratório	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400	26 100	19 500
Variação Populacional	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337	29 508	18 480
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02	0,03	-0,01
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36	0,25	0,18
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38	0,28	0,17

Fonte: INE, I.P. Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os respectivos erros de cobertura.

A única causa do crescimento da população, encontra-se no saldo migratório positivo (0,18%), dado que o saldo natural foi negativo (-0,01%).

O número de nados vivos (-2,7%) e o de óbitos (1,5%) registam evoluções contrárias face a 2006, sendo o saldo natural negativo (-1 020) atribuído à baixa da fecundidade. Se a variação dos nados vivos ao longo do período analisado se inscreve nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo que o acontecimento observa, a dos óbitos expressa, entre 2004 e 2006, flutuações superiores a 5% e de sentido contrário.

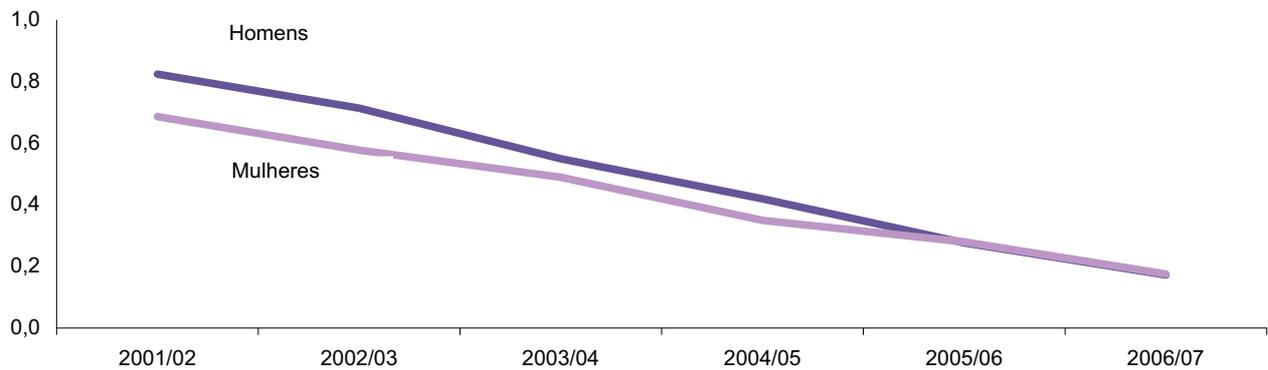
Estima-se que em 2007, o saldo migratório tenha atingido cerca de 19 500 (46 300 entradas e 26 800 saídas, contra 38 800 entradas e 12 700 saídas estimadas para 2006), valor inferior a metade do ano anterior, como consequência do ritmo mais forte do aumento dos fluxos de saída, comparativamente aos de entrada. Nos anos recentes, a imigração ganhou importância, em particular a com origem nos países da Europa de Leste, do Brasil, China e Cabo Verde.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o acentuar do ritmo de crescimento da população residente em Portugal, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX, e o abrandar nos últimos cinco anos do período observado.

De 1 de Janeiro de 2002 a 31 de Dezembro de 2007 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 270 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa de 0,46%, média anual. O ritmo é ligeiramente mais acentuado nos homens (0,49%), correspondendo a maior diferença ao período mais intenso de entrada de imigrantes (2001-2003). O acréscimo populacional registado reparte-se entre 9% para o saldo natural e 91% para o migratório.

Figura 1

Taxas de crescimento da população residente (%), Portugal 2001- 2007



Fonte: INE, I.P. Estimativas Provisórias de População Residente (cálculo das autoras)

Nos sete primeiros anos deste século os diferentes comportamentos das variáveis demográficas permitem distinguir três fases no crescimento da população. A primeira, corresponde ao período 2001-2003, alia saldos naturais fracos com saldos migratórios tendencialmente crescentes que determinam uma taxa média anual de 0,7% ao ano. A segunda fase, coincide com o período de 2004-2006 durante a qual tanto o saldo natural como o migratório diminuem provocando a redução para metade da variação média anual. Finalmente, a terceira fase parece ter-se iniciado no ano 2007, quando se regista um saldo natural negativo, o primeiro desde a gripe pneumónica de 1918, e tanto os fluxos de entrada como os de saída são estimados com uma tendência em alta.

Tendo como comparação a Europa comunitária, Portugal revela uma evolução de sentido contrário e com um ritmo inferior ao da média estimada pelo Eurostat¹ (UE27= 0,48% em 2007 e 0,43% em 2006). A Irlanda detém a taxa de crescimento mais alta (2,5%), seguida Chipre (2,02%), da Espanha (1,80%), e do Luxemburgo (1,59%) enquanto a Bulgária (-0,53%), Lituânia (-0,55%) e a Letónia (-0,46%), registam as variações negativas mais acentuadas. As comparações internacionais devem, no entanto, ser cautelosas, pois o documento do Eurostat apresenta as primeiras estimativas para 2007, com carácter provisório.

Norte (35%) e Lisboa e Vale do Tejo (34%) são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2007, nas NUTS Norte e Centro (52,2%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração sobe para 86,5%.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão e meio de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (1,1%). Ao contrário, o Alentejo é a região do país que perde população, (-0,5%).

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.² À Região Autónoma dos Açores (0,25%) e a Lisboa e Vale do Tejo (0,13%) pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso da NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século. Em contraste, é no Alentejo e no Centro que se localizam as taxas de crescimento natural negativas (-0,64% e -0,32%, respectivamente). Para o Algarve estima-se a taxa migratória mais forte do país embora menos intenso do que no início do período em análise (2,05% em 2001 e 1,09% em 2007).

A análise a um nível geográfico mais fino, denota que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

¹ Eurostat (2008) - Statistics in Focus, Population and Social conditions, 81/2008

² Sobre esta temática consultar INE (2008) "Estimativas Provisórias de População Residente, 2007, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios", Lisboa, Setembro 2008.

2. Natalidade e Fecundidade

Em 2007, o número de nados vivos de mães residentes em Portugal foi de 102 492, menos cerca de 3 000 nascimentos face ao ano anterior. A variável confirmou a tendência em baixa iniciada em 2004

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nados vivos	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399	105 449	102 492
<i>Homens</i>	58 365	59 303	58 210	56 212	56 612	54 057	52 683
<i>Mulheres</i>	54 409	55 080	54 305	53 086	52 787	51 392	49 809
Relação de masculinidade à nascença (%)	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2	105,2	105,8
Nados vivos fora do casamento	26 814	29 117	30 236	31 766	33 633	33 331	34 443
Nados Vivos fora do casamento (%)	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7	31,6	33,6
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 062	23 308	24 219	25 408	27 093	26 679	27 685
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	74,8	80,0	80,1	80,0	80,6	80,0	80,4
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 752	5 809	6 017	6 358	6 540	6 652	6 758
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	25,2	20,0	19,9	20,0	19,4	20,0	19,6
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4	10,0	9,7
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41	1,36	1,33
Idade média da mulher ao nascimento do 1º filho (anos)	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8	28,1	28,2
Idade média ao nascimento de um filho (anos)	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6	29,9	30,0
Taxa de Reprodução Bruta	0,712	0,719	0,705	0,685	0,687	0,664	0,651
Taxa de Reprodução Líquida	0,697	0,704	0,695	0,676	0,680	0,658	0,645

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007

A taxa bruta de natalidade, após um período estável nos primeiros três anos do corrente século próximo dos 11 nascimentos com vida por mil habitantes, recuou para 9,6‰ em 2007, nível bem inferior ao estimado pelo Eurostat³ para o conjunto dos países membros (UE27 = 10,6‰). De acordo com os valores provisórios para 2007 daquele organismo o indicador varia entre os 8 e os 16‰ continuando o nível mais elevado a pertencer à Irlanda (16,2‰), seguido da França (12,8‰), do Reino Unido (12,6‰), da Suécia e da Dinamarca (11,7‰).

³ Eurostat (2008- Statistics in Focus, Population and social conditions, 81/2008)

O valor mais baixo localiza-se na Alemanha com 8,2 nados vivos por mil habitantes acompanhada, embora a uma certa distância, da Áustria com 9,2‰). A taxa bruta de natalidade de Portugal segue a evolução contrária observada nos últimos anos em alguns países com níveis de natalidade fracos. Se o valor registado pela Irlanda não surpreende, pois só muito recentemente deixou de assegurar as gerações deve salientar-se que a França e a Suécia, que detinham taxas com níveis muito fracos, confirmam, respectivamente a segunda e a terceira posição no valor do indicador. Por outro lado, muitos dos novos países aderentes surgem com taxas inferiores à média comunitária. Contudo, deve-se ter presente que a análise assenta em taxas brutas que não têm em conta o efeito da estrutura etária das populações em confronto.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência em Portugal duplicaram a sua proporção no total nos nascimentos com vida entre 2001 e 2007, ano a que ascenderam a 9,7% do total. Para este acréscimo contribuíram as mães de nacionalidade brasileira, a qual se tornou, recentemente, a mais representativa (3,3% em 2007), assumindo o lugar das mães nacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALP).

De ressaltar a tendência em alta dos nascimentos de filhos de mães nacionais da Ucrânia, Roménia e da Moldávia que em conjunto, passaram de 0,3 % em 2001 para 2,2% em 2007 do total de nascimentos de mães estrangeiras residentes em Portugal.

A variável *nacionalidade* passou a ser inquirida em 1995 mas o período, embora curto, permite concluir que o ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal. O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal.

A variação negativa da natalidade ocorrida no período entre 2001 e 2007 (10 282) é, assim, explicada exclusivamente pela diminuição dos nascimentos de mães portuguesas.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2001-2007

Continentes / País de Nacionalidade	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	nº	%												
Total de Nados Vivos	112 774	100,00	114 383	100,00	112 515	100,00	109 298	100,00	109 399	100,00	105 449	100,00	102 492	100,00
Europa	107 934	95,71	108 622	94,96	106 816	94,93	103 272	94,49	102 924	94,08	98 560	93,47	95 304	92,99
Portugal	106 869	94,76	106 683	93,27	104 484	92,86	100 851	92,27	100 304	91,69	95 903	90,95	92 603	90,35
Alemanha	101	0,09	80	0,07	110	0,10	110	0,10	95	0,09	95	0,09	73	0,07
Bélgica	14	0,01	21	0,02	17	0,02	18	0,02	20	0,02	22	0,02	13	0,01
Espanha	99	0,09	132	0,12	147	0,13	117	0,11	157	0,14	148	0,14	151	0,15
França	280	0,25	340	0,30	330	0,29	298	0,27	282	0,26	200	0,19	86	0,08
Itália	24	0,02	25	0,02	31	0,03	25	0,02	36	0,03	31	0,03	34	0,03
Países Baixos	44	0,04	44	0,04	44	0,04	52	0,05	28	0,03	42	0,04	31	0,03
Reino Unido	95	0,08	70	0,06	108	0,10	102	0,09	119	0,11	127	0,12	128	0,12
Moldavia	63	0,06	175	0,15	223	0,20	236	0,22	300	0,27	327	0,31	399	0,39
Roménia	83	0,07	276	0,24	384	0,34	485	0,44	566	0,52	650	0,62	697	0,68
Ucrânia	120	0,11	481	0,42	590	0,52	663	0,61	657	0,60	674	0,64	710	0,69
Rússia	46	0,04	101	0,09	131	0,12	139	0,13	129	0,12	110	0,10	127	0,12
Outros países Europa	96	0,09	194	0,17	217	0,19	176	0,16	231	0,21	231	0,22	252	0,25
África	3 649	3,24	3 873	3,39	3 469	3,08	3 391	3,10	3 352	3,06	3 157	2,99	3 037	2,96
Angola	1 396	1,24	1 496	1,31	1 277	1,13	1 205	1,10	1 206	1,10	953	0,90	882	0,86
Cabo Verde	1 136	1,01	1 260	1,10	1 119	0,99	1 092	1,00	1 076	0,98	1 117	1,06	1 044	1,02
Guiné Bissau	495	0,44	490	0,43	483	0,43	492	0,45	478	0,44	278	0,26	201	0,20
Moçambique	218	0,19	185	0,16	163	0,14	146	0,13	141	0,13	111	0,11	90	0,09
S.Tomé e Príncipe	278	0,25	306	0,27	279	0,25	285	0,26	285	0,26	302	0,29	317	0,31
<i>Total dos PALP</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>3 737</i>	<i>3,27</i>	<i>3 321</i>	<i>2,95</i>	<i>3 220</i>	<i>2,95</i>	<i>3 186</i>	<i>2,91</i>	<i>2 761</i>	<i>2,62</i>	<i>2 534</i>	<i>2,47</i>
Outros Países África	126	0,11	136	0,12	148	0,13	171	0,16	166	0,15	396	0,38	503	0,49
América	920	0,82	1 567	1,37	1 856	1,65	2 178	1,99	2 599	2,38	3 166	3,00	3 546	3,46
Brasil	711	0,63	1 309	1,14	1 568	1,39	1 909	1,75	2 362	2,16	2 958	2,81	3 355	3,27
Outros Países América	209	0,19	258	0,23	288	0,26	269	0,25	237	0,22	208	0,20	191	0,19
Ásia e Oceânia	265	0,23	310	0,27	372	0,33	444	0,41	519	0,47	517	0,49	603	0,59
China	160	0,14	212	0,19	257	0,23	292	0,27	357	0,33	330	0,31	336	0,33
Outros Países Ásia e Oceania	105	0,09	98	0,09	115	0,10	152	0,14	162	0,15	187	0,18	267	0,26
Apátridas e Desconhecida	6	0,01	11	0,01	2	0,00	11	0,01	5	0,00	4	0,00	2	0,00
Total de nados vivos de mães estrangeiras	5 899	5,24	7 689	6,72	8 029	7,14	8 436	7,72	9 090	8,31	9 542	9,05	9 887	9,65

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2007, cálculo das autoras

Em Portugal é nas Regiões Autónomas da Madeira (11,0‰) e dos Açores (11,7‰) que o indicador regista, em 2007 os valores mais elevados. Em oposição, é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (7,8‰) no caso das NUTS antigas. Se considerarmos as NUTS Novas o Alentejo continua a ser a região com a mais baixa taxa de natalidade do país (8,2‰) apesar de incluir a Região de Lezíria do Tejo. O Centro sobe ligeiramente para 8,4‰, pois ficou com mais 2 regiões o Oeste e o Médio Tejo em que a taxa é mais elevada e a região de Lisboa também sobe para 11,3‰.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há mais de vinte anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). Esta situação ocorreu cerca de cinco anos mais tarde do que a Itália embora nunca tenha alcançado níveis tão baixos como neste país.

A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência da natalidade a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 2001, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 56,7‰ e no final do período em análise, ou seja em 2007, situava-se em 44,1‰; enquanto o grupo etário dos 30-34 anos reforçou a posição aumentando de 80,9‰ para 82,8‰, embora este valor seja inferior ao observado em 2006, registando deste modo, uma diminuição de valor em dois anos consecutivos.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante, com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. De notar que no período analisado são os primeiros nascimentos, que determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. A taxa de fecundidade de segunda ordem não cessa de aumentar depois dos 35 anos, reforçando o seu contributo para o padrão da fecundidade nos últimos anos (18‰, nos 35-39 anos, em 2007, face a 15,5 ‰ em 2001).

Quadro 4

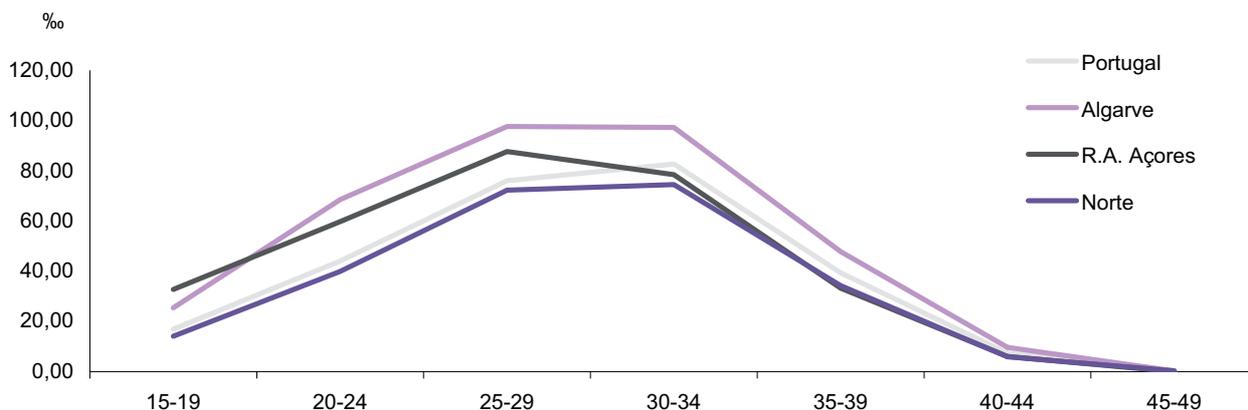
Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 2001-2007							
Idades	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Geral							
20-24	56,7	54,6	51,2	48,2	47,6	45,5	44,1
25-29	92,7	93,1	89,7	85,3	84,3	79,6	76,1
30-34	80,9	83,4	84,6	83,6	85,3	83,8	82,8
35-39	33,8	35,1	35,7	36,1	37,6	38,4	39,4
40-44	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4	7,7	7,4
1ª ordem							
20-24	41,9	40,9	37,7	35,5	34,8	33,3	32,0
25-29	56,0	58,0	56,4	53,3	53,2	50,8	48,6
30-34	30,1	33,1	35,5	35,3	37,2	37,5	37,6
35-39	8,0	8,7	9,3	9,2	9,9	10,6	11,0
40-44	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8	1,8	1,8
2ª ordem							
20-24	12,0	11,3	10,9	10,3	10,5	10,0	9,8
25-29	29,4	28,0	26,6	25,3	24,6	23,0	21,8
30-34	38,3	38,2	37,7	37,2	37,8	36,4	35,6
35-39	15,5	16,0	16,2	16,5	17,5	18,2	18,9
40-44	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5	2,6	2,7

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2007

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1994 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2007, 32,8‰, enquanto as mais baixas se conservam no Centro (12,4‰) e no Norte (14,7‰). Lisboa e Vale do Tejo melhorou a taxa de fecundidade entre as adolescentes, de (23,4‰ em 2000 para 19,0‰ em 2006). Ao Algarve pertencem as maiores frequências de nascimentos nas camadas etárias entre os 20-29 anos, situação que reflecte o desfasamento temporal do calendário em relação às outras regiões. Em 2007, nenhuma região detém uma taxa superior a 100 nados por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos.

Figura 2

Diversidade regional nas Taxas de Fecundidade por idades, 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007 (elaboração das autoras)

O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,33 em 2007 (1,36 em 2006 e 1,46 em 2001).

O indicador é inferior ao estimado para a EU referente a 2005⁴ (EU 27=1,51 crianças por mulher). De referir que o espaço comunitário registou novamente um ténue acréscimo do indicador, comparativamente ao ano anterior para o qual contribuíram, em particular a França (1,92) que passou a deter o primeiro lugar, a Irlanda (1,88), o Reino Unido, a Finlândia e a Suécia, ambos com 1,80 com 1,77 crianças por mulher. e os mais baixos na Eslovénia 1,22 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Polónia e na República Checa (1,22). Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

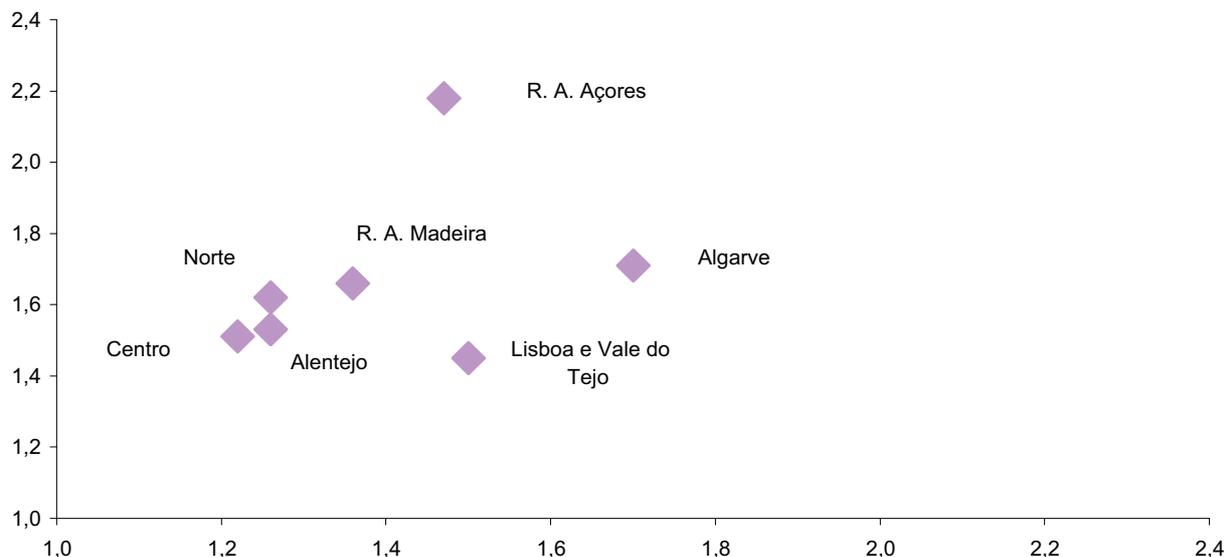
Em 2007, as regiões que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade são o Centro, o Norte e Alentejo todas com 1,2 crianças por mulher e os mais elevados mantêm-se na e no Algarve com 1,7 crianças por mulher seguidos por Lisboa e Vale do Tejo e pela Região Autónoma dos Açores, ambos com 1,5 crianças por mulher.

A diversidade de níveis de fecundidade e os diferentes ritmos de evolução do fenómeno da fecundidade das regiões portuguesas está bem expresso no comportamento do Norte e da Região Autónoma dos Açores. Esta última manteve-se como a região de fecundidade mais elevada durante a última década do século XX, estimando-se que só em 1994, o valor do índice se tenha tornado inferior ao nível de substituição das gerações, isto é, doze anos mais tarde do que o ocorrido no país. É, no entanto, a região em que a fecundidade mais recuou entre 1991-2007 (31,7%), confirmando que o comportamento do fenómeno é semelhante, mas desfasado no tempo e que quanto mais tarde se regista a diminuição, maior é o ritmo a que a mesma se processa. O Norte, em 1991, com um índice sintético de fecundidade igual a 1,62 crianças por mulher, nível superior ao da média nacional, reduziu o nível em 25,3%, entre aquele ano e 2007, registando uma intensidade de decréscimo mais forte, no período de 2002-2007 (16%) do que dos Açores.

⁴ Eurostat (2007) – News Release, 8th March: International Women's Day: A Statistical illustration of the situation of women and men in the EU 27, 32/2007

Figura 3

Índice Sintético de Fecundidade (nº crianças por mulher) NUTS II, 1991 e 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007 (elaboração das autoras)

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fecundo, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que se prolongou no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

Nos primeiros sete anos do presente século as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 1,4 anos e tiveram, em 2007, o primeiro filho com a idade de 28,2 anos em média.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, sendo a idade média ao nascimento do primeiro filho de 25,9 anos, e é na Região de Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, aos 28,7 anos.

Ao analisarmos o Quadro das idades médias ao 1º nascimento e ao nascimento de um filho por NUTS de 1989 e as NUTS de 2002, constata-se que a Região de Lisboa e a do Alentejo retardam o 1º nascimento em 0,2 anos, situando-se em 28,8 anos e em 27,9 anos, respectivamente, no ano de 2007.

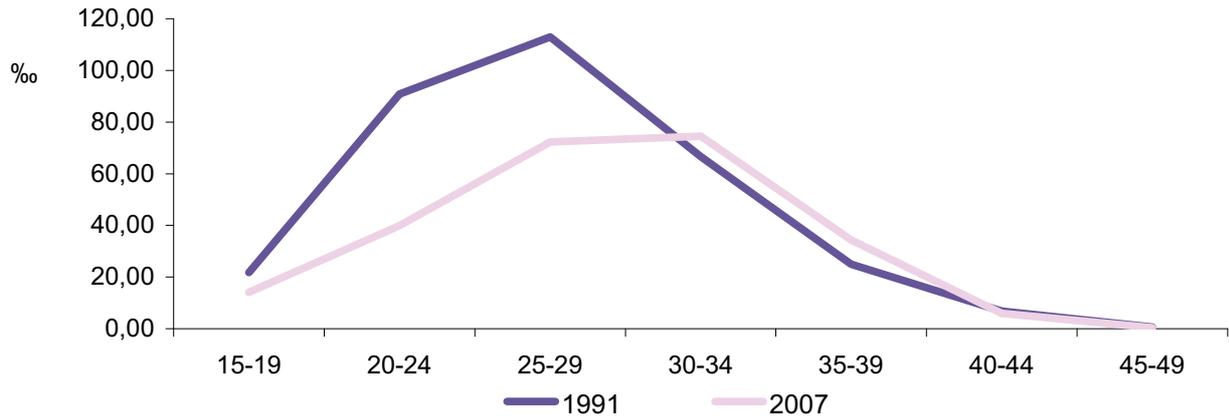
No presente, em Portugal, mais de 3 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento de 23,8% em 2001 para 33,6% em 2007 é outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da observada na UE (33,0% em 2005). Dentro dos países com informação disponível para 2007 a Grécia ocupa a posição mais fraca (5,0%), seguida do Chipre e a Suécia confirma a mais elevada (55,7%). Pode afirmar-se, apesar de ligeiras oscilações, que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta. Em Portugal, o aumento dos nascimentos fora do casamento, traduzido numa taxa de variação, no período em análise, de 28,5%, associado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a subida da importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum.

Os nascidos vivos fora do casamento têm uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (49,0%) e de Lisboa e Vale do Tejo (42,7%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (23,7%) e na Região Autónoma dos Açores (24,6%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nascidos vivos fora do casamento é menor.

Figura 4

Padrão das Taxas de Fecundidade por idades na NUTS II Norte, 1991 e 2007

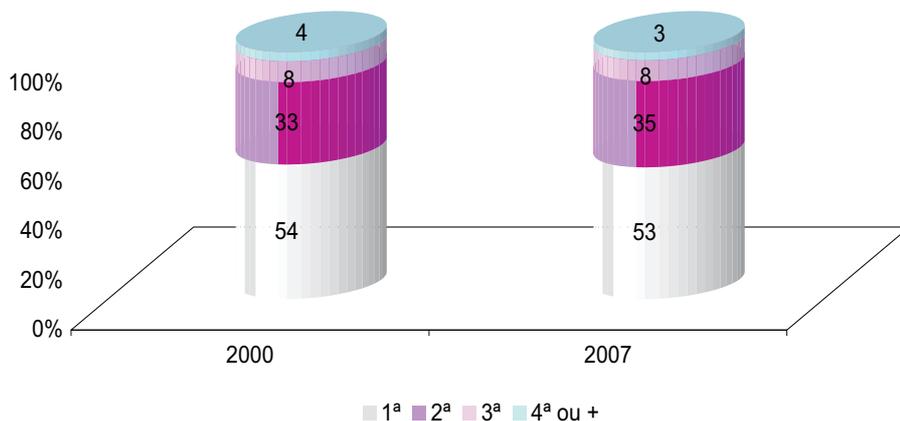


Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Definitivas de População Residente 1991 e Provisórias 2007 (elaboração das autoras)

Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 53,6% em 2006, contra 53,6% em 2006. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise (35,0% em 2007 contra 34,6% em 2006 e 34,2% em 2002), reflectindo o andamento da curva de fecundidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,4% nos dois últimos anos analisados. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos que se aproximam dos 3%.

Figura 5

Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 2000 e 2007



3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2007, celebraram-se 46 329 casamentos confirmando-se a redução observada no ano anterior e a taxa bruta de nupcialidade desceu para 4,4‰ (5,7 ‰ em 2001).

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Casamentos	58 390	56 467	53 735	49 178	48 671	47 857	46 329
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6	4,5	4,4
Idade média ao 1º casamento (anos)							
Homens	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9	29,1	29,4
Mulheres	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3	27,5	27,8
Idade média ao casamento (anos)							
Homens	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3	31,7	32,2
Mulheres	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9	29,2	29,7
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos							
Homens	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52	0,51	0,49
Mulheres	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56	0,55	0,53
Divórcios	18 851	27 708	22 818	23 614	22 576	22 881	24 968
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1	2,2	2,4
Idade média ao Divórcio (anos)							
Homens	40,8	40,3	40,5	43,0	41,0	41,4	41,6
Mulheres	38,2	37,8	39,3	40,4	38,6	39,1	39,3
Divórcios/Casamento (%)	32,3	49,1	42,1	48,0	46,4	47,8	53,9
Taxa Bruta de Viuvez (‰)							
Homens	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,6
Mulheres	6,2	6,2	6,2	5,9	6,1	5,9	6,0

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007

Importa referir que Portugal observa uma taxa de nupcialidade próxima da UE cuja média foi estimada em 4,8‰ em 2005⁵. O valor mais elevado é pertença do Chipre (7,8‰) e o mais baixo, da Eslovénia (2,9‰). A Suécia regista dos níveis mais fracos (4,9‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 45%, nível bastante acima da média comunitária, parece indiciar a formalização da vivência em comum.

⁵ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 2001-2007

Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Casamentos de mulheres solteiras	91,46	91,89	90,15	89,19	88,40	87,34	85,70
Casamentos de homens solteiros	89,09	89,16	87,73	86,90	86,02	84,71	83,00
Casamentos de mulheres viúvas	1,04	0,82	0,93	0,97	0,92	0,95	1,02
Casamentos de homens viúvos	1,66	1,38	1,42	1,45	1,48	1,41	1,38
Casamentos de mulheres divorciadas	7,49	7,28	8,92	9,84	10,69	11,71	13,28
Casamentos de homens divorciados	9,25	9,46	10,85	11,65	12,49	13,88	15,63

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2001-2007

A proporção de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 13,3% entre as mulheres e 15,6% entre os homens. O recasamento de viúvos permanece mais frequente entre os homens (1,4%), com tendência para subir, à semelhança do que ocorre com as mulheres, facto que pode indiciar uma opção de viver em coabitação.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 53% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2007, valor que baixa para 49% nos homens.

Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 2001, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,8 anos, idade que se elevou para os 29,4 anos em 2007. Nas mulheres o adiamento é ligeiramente mais forte, com a idade a aumentar dos 25,7 para os 27,8 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É no Algarve, Alentejo e em Lisboa e Vale do Tejo que tanto os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde, com idades superiores a 30 anos (cerca de 31 em 2007, no caso dos homens e cerca de 29 anos no caso das mulheres). Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (27,0 anos para os homens e 25,0 para as mulheres em 2007).

Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo contínuo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança recente da legislação que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil. Em 2003, a variável retoma a tendência anterior, situando-se, em 2007, a taxa bruta de divorcialidade em 2,4 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade.

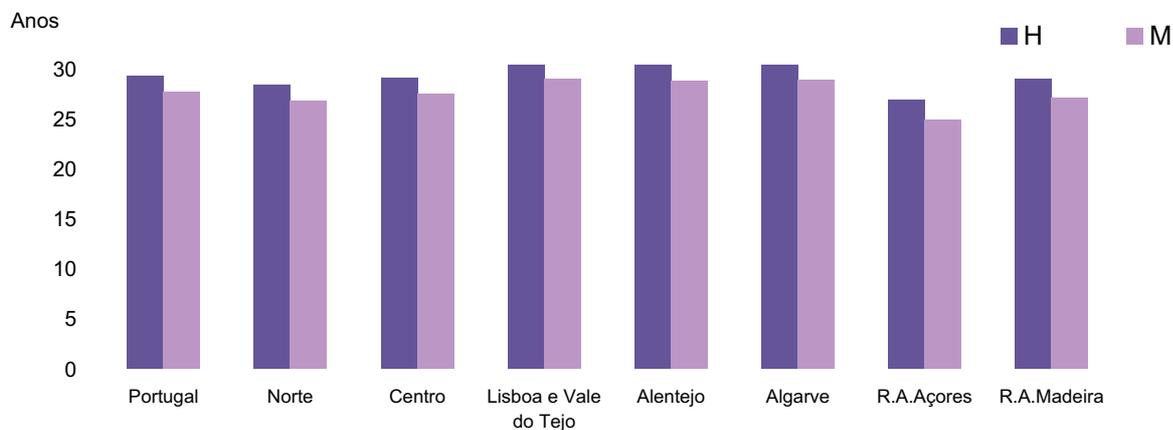
Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2005 em 2,0 %) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia. A República Checa, Estónia e Lituânia com níveis iguais ou superiores a 3 % possuem as taxas mais elevadas.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, em 2007, último ano disponível, os 41,6 anos para os homens e os 39,3 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 2001 por cada 100 casamentos celebrados havia 32 divórcios decretados e, em 2007, a relação ascende a 54.

Figura 6

Idade média ao primeiro casamento (anos), NUTS II, 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas, 2007

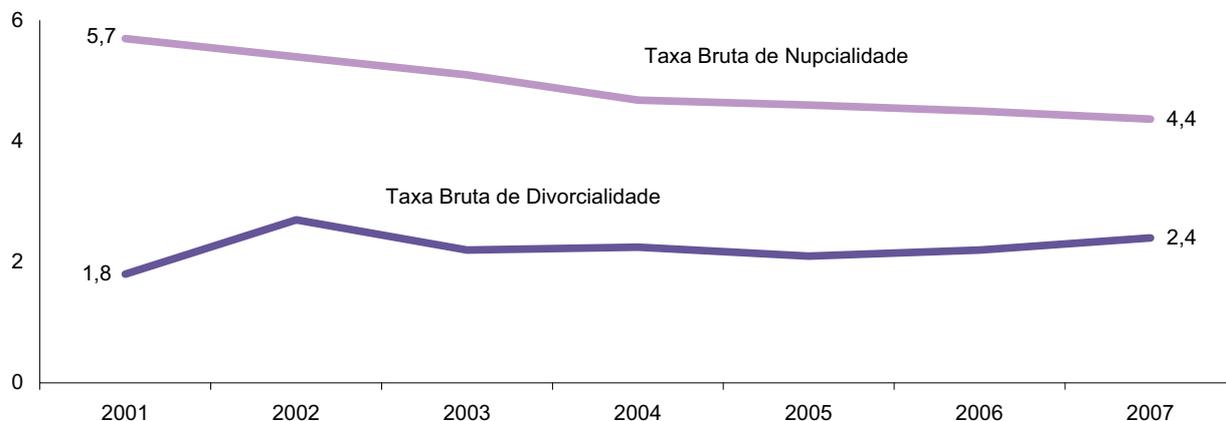
As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é em Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve e nas Regiões Autónomas que se encontram os valores mais expressivos ou seja, nas regiões em que os casamentos se celebram mais tarde. O Norte registava, em 2006,⁶ simultaneamente a taxa de nupcialidade mais elevada entre as regiões do Continente (4,9%) e a taxa de divorcialidade mais baixa do país (2,0%).

Observa-se uma ligeira diferença se analisarmos por NUTS Antigas e NUTS Novas conforme se pode ver no quadro anexo.

⁶ À data de conclusão do artigo a informação sobre divórcios para 2007 só estava disponível para o total do país. A análise para 2006 pode ser consultada na "Situação Demográfica Recente em Portugal" elaborada pelas autoras e divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 42.

Figura 7

Taxas brutas de nupcialidade e divorcialidade (‰), Portugal, 2001- 2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001 e 2007

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade e sobretudo no modelo de mortalidade por idades que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada à rarefacção dos óbitos causadas por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de recuo da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX estava afastado de outros países da UE em cerca de 10 anos na esperança de vida. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12,5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os anos 70 do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores biológicos e o ambiente. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes a vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico.

Em 2007, registaram-se 103 512 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um acréscimo de 1,5 % face ao ano anterior.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	Anos						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Óbitos	105 092	106 258	108 795	101 932	107 462	101 990	103 512
<i>Homens</i>	54 838	55 687	55 966	53 201	55 484	53 473	53 378
<i>Mulheres</i>	50 254	51 003	52 829	48 809	51 978	48 517	50 134
Relação de masculinidade à morte (%)	109,1	109,2	105,9	109,0	106,7	110,2	106,5
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,2	10,2	10,42	9,7	10,2	9,6	9,8
Óbitos com menos de um ano	567	574	464	412	386	349	353
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5	3,3	3,4
Esperança de vida à nascença (anos)							
Homens	73,39	73,68	74,00	74,53	74,90	75,18	75,71
Mulheres	80,37	80,56	80,57	80,98	81,39	81,75	82,22
Esperança de vida aos 45 anos (anos)							
Homens	31,78	31,91	31,94	32,26	32,52	32,67	33,02
Mulheres	36,98	37,13	37,1	37,39	37,69	37,97	38,42
Esperança de vida aos 65 anos (anos)							
Homens	15,55	15,68	15,68	15,95	16,16	16,31	16,66
Mulheres	19,01	19,15	19,07	19,30	19,55	19,78	20,17

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2007. Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

A taxa bruta de mortalidade, embora com algumas flutuações, estabilizou, no período em análise, à volta dos 10 óbitos por mil habitantes (9,8‰ em 2007), valor que se insere na média comunitária⁶ (UE27= 9,6 ‰ em 2007). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (14,2‰) e a mais baixa na região do Norte (8,4‰) em 2007.

Entre os países da UE as taxas mais elevadas situavam-se, em 2007, na Bulgária (14,8‰), Letónia (14,5‰), Lituânia (13,5‰), na Hungria (13,2 ‰) e na Estónia (13,0 ‰). Ao contrário, as taxas mais baixas encontram-se Irlanda (6,3‰). no Chipre (6,9‰).

Com uma taxa de mortalidade infantil igual a 3,4 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos, em 2007 (3,3‰ em 2006) Portugal apresenta-se com um nível inferior à média comunitária, estimada⁷ para 2006, último valor médio conhecido, (UE27 =4,7‰). De entre os países com informação disponível mais recente, a Roménia (12,0‰) em 2007 e 13,9‰, 2006) e a Bulgária (9,2‰ em 2007 e 9,7‰ em 2006), permanecem com as taxas mais elevadas, embora provisórias, enquanto Luxemburgo (1,8‰ em 2007 e 2,5‰ em 2006) e a Suécia (2,5‰ em 2007 e 2,8‰ em 2006), observam os níveis mais baixos. Grécia e Itália, outrora com níveis inferiores aos portugueses verificam, no presente níveis mais elevados(3,8‰, em 2007). Os valores extremamente baixos

⁷ Eurostat (2008) - Statistics in Focus, Population and social conditions, 81/2008

que o indicador atingiu e o facto de o Eurostat divulgar a informação como provisória aconselham alguma prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5 %, pois este era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia actuar

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela que os valores não são muito significativos. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito, ano em que se registou a morte de 378 indivíduos com nacionalidade estrangeira e residentes em Portugal, valor que ascendeu a 1095 em 2001 e a 1274 em 2007, correspondendo neste ano a 1,3% dos óbitos de residentes em Portugal. Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos de nacionalidade africana. Dentro dos europeus, apesar de não representarem proporções expressivas, as mais elevadas pertencem aos ingleses. Esta constatação confirma as razões diferentes em que se processo a imigração e as idades diferentes.

Quadro 8

Óbitos de população com nacionalidade estrangeira residente em Portugal, por nacionalidade, 2001-2007

Continente / País de Nacionalidade	2001		2002		2005		2006		2007	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Total de Óbitos	105 092	100,00	106 258	100,00	107462	100,00	101 990	98,53	103 512	100,00
Europa	104 423	99,36	105 587	100,47	106 799	99,38	101 202	97,77	102 732	99,25
Portugal	103 996	98,96	105 084	99,99	106 337	98,95	100 737	97,32	102 215	98,75
Alemanha	51	0,05	48	0,05	52	0,05	55	0,05	71	0,07
Bélgica	8	0,01	10	0,01	12	0,01	13	0,01	13	0,01
Espanha	66	0,06	71	0,07	66	0,06	69	0,07	73	0,07
França	30	0,03	30	0,03	23	0,02	29	0,03	28	0,03
Itália	13	0,01	11	0,01	11	0,01	18	0,02	14	0,01
Países Baixos	23	0,02	28	0,03	26	0,02	18	0,02	29	0,03
Reino Unido	86	0,08	98	0,09	93	0,09	107	0,10	115	0,11
Moldavia	17	0,02	18	0,02	20	0,02	14	0,01	12	0,01
Roménia	15	0,01	12	0,01	19	0,02	15	0,01	22	0,02
Ucrânia	67	0,06	107	0,10	84	0,08	73	0,07	73	0,07
Rússia	10	0,01	18	0,02	13	0,01	10	0,01	10	0,01
Outros países Europa	41	0,04	52	0,05	43	0,04	44	0,04	57	0,06
África	533	0,51	510	0,49	492	0,46	556	0,54	560	0,54
Angola	111	0,11	102	0,10	108	0,10	128	0,12	104	0,10
Cabo Verde	271	0,26	261	0,25	221	0,21	260	0,25	278	0,27
Guiné Bissau	81	0,08	71	0,07	95	0,09	52	0,05	48	0,05
Moçambique	28	0,03	33	0,03	21	0,02	23	0,02	28	0,03
S.Tomé e Príncipe	30	0,03	24	0,02	26	0,02	32	0,03	34	0,03
<i>Total dos PALPS</i>	<i>521</i>	<i>0,50</i>	<i>491</i>	<i>0,47</i>	<i>471</i>	<i>0,44</i>	<i>495</i>	<i>0,48</i>	<i>492</i>	<i>0,48</i>
Outros Países	12	0,01	19	0,02	21	0,02	61	0,06	68	0,07
América	101	0,10	129	0,12	132	0,12	159	0,15	156	0,15
Brasil	69	0,07	97	0,09	92	0,09	113	0,11	117	0,11
Outros Países da América	32	0,03	32	0,03	40	0,04	46	0,04	39	0,04
Ásia e Oceania	34	0,03	32	0,03	35	0,03	34	0,03	41	0,04
China	4	0,00	5	0,00	4	0,00	7	0,01	8	0,01
Outros Países Ásia e Oceania	30	0,03	27	0,03	31	0,03	27	0,03	33	0,03
País Desconhecido/Apátrida	0	0,00	0	0,00	1	0,00	39	0,04	20	0,02
Total de óbitos de residentes estrangeiros	1 095	0,82	1 174	0,92	1 121	1,05	1 214	1,23	1 274	1,25

Fonte: INE I.P. Estatísticas Demográficas 2000-2007 (cálculo das autoras)

As doenças do aparelho circulatório (32,2%), os tumores/neoplasias (21,7%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (12,4%) mantêm-se as principais causas de morte⁸, registadas em 2006, último ano para o qual existe informação disponível. Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebrovasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares (14,2% do total das mortes) representam o dobro das cardiopatias isquémicas (7,5%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2006, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobrevivência feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cerebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 - 2006

Causas de Morte	CID - 10 Lista Europeia	2002 (%)			2006 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	2	0,3	0,5	0,1	0,2	0,3	0,1
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	4	0,9	1,5	0,3	0,7	1,1	0,3
Tumores Malignos	7	20,9	23,7	17,8	21,7	24,9	18,2
Tumor maligno do esófago	9	0,5	0,8	0,2	0,5	0,8	0,2
Tumor maligno do estômago	10	2,4	2,8	1,9	2,2	2,6	1,8
Tumor maligno do colon	11	2,1	2,2	1,9	2,4	2,5	2,1
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	15	3,2	5,0	1,2	3,5	5,5	1,3
Tumor maligno da mama feminina	17	1,5	0,0	3,0	1,4	0,0	3,0
Tumor maligno da próstata	21	1,6	3,1	0,0	1,6	3,1	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecido relacionados	24	1,7	1,7	1,6	1,7	1,7	1,6
Diabetes Mellitus	27	4,2	3,3	5,1	3,7	3,1	4,3
Doenças do Aparelho Circulatório	33	38,4	33,6	43,7	32,2	27,6	37,3
Cardiopatias Isquémicas	34	8,9	9,4	8,4	7,5	7,8	7,3
Outras doenças cardíacas	35	6,6	5,3	8,0	5,8	4,4	7,2
Doenças cerebro-vasculares	36	18,3	15,2	21,8	14,2	11,7	16,9
Pneumonia	39	3,3	3,4	3,2	4,9	5,1	4,7
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	40	2,5	3,2	1,8	2,2	2,8	1,6
Doenças Crónicas do Fígado	44	1,6	2,2	0,9	1,3	1,9	0,7
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratório/classificados em outra parte	55	9,4	8,3	10,7	12,4	11,9	12,9
Outras Causas de Morte		18,4	20,4	16,3	20,6	21,2	19,9
TOTAL DE ÓBITOS		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acidentes de transporte	60	38,7	41,2	31,7	24,8	27,0	19,0
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,1	22,4	17,5	19,1	20,8	15,0
Outras Causas de Morte Externas	58	40,2	36,4	50,9	56,1	52,2	66,0
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

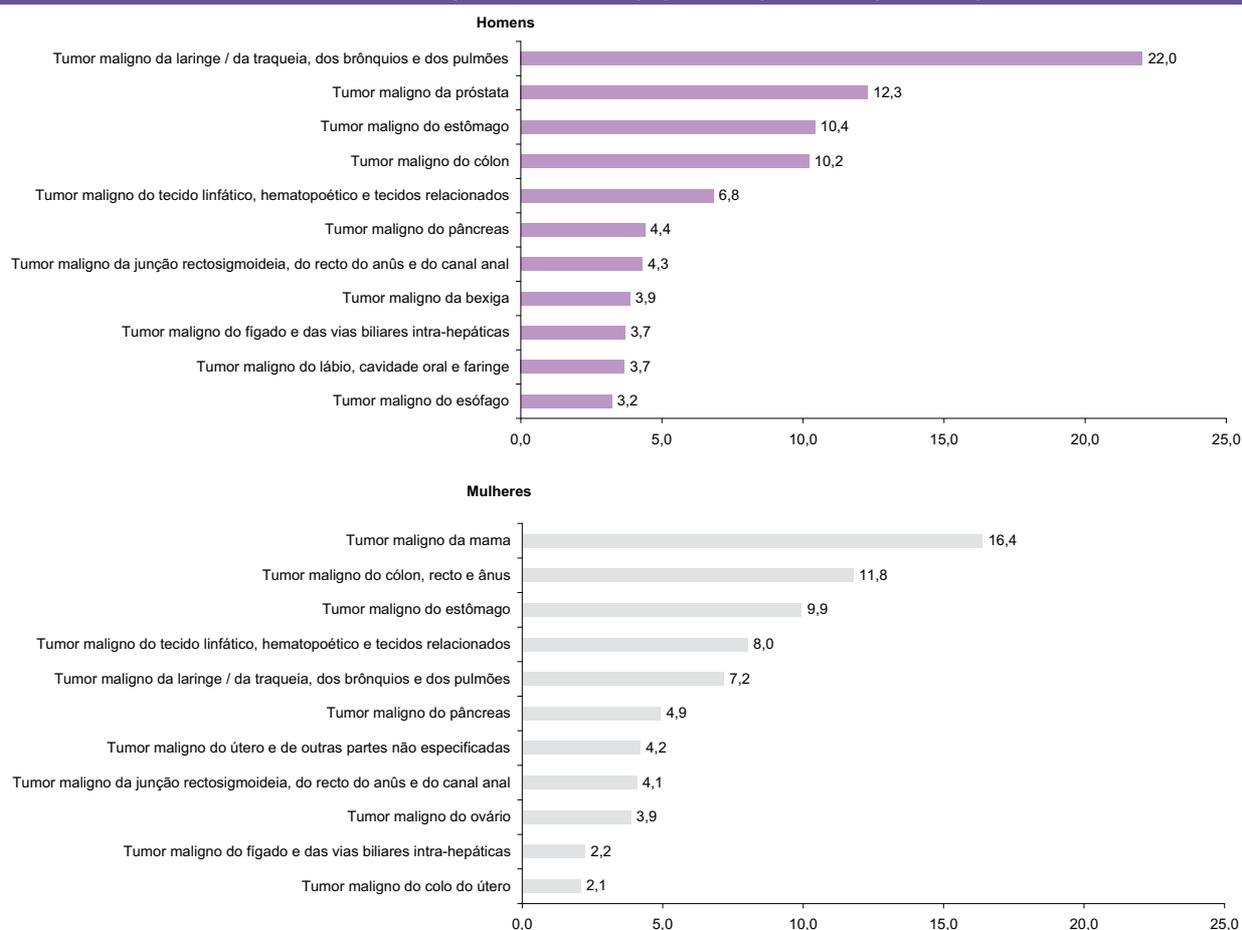
Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2006 (cálculos das autoras)

⁸ Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Entre os tumores malignos, em 2006 o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (22,0%) seguido do tumor da próstata (12,3%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (16,4%) e ao do cólon, recto e ânus (11,8%). O tumor do estômago verifica um peso superior nos homens (10,4%) ao das mulheres (9,9%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição.

Figura 8

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2006 (CID - 10)



A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

As mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e o da mama, para as mulheres, registam um aumento contínuo no período de 2002 a 2007, tal como as doenças cérebro vasculares em qualquer dos sexos, com maior incidência nas mulheres. Bem como os sintomas, sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratórios não classificados em outra parte (55 -CID 10 Lista Europeia).

Em 2006 registaram-se 1 493 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia) concentrando-se praticamente metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 29 anos.

Quadro 10

Óbitos causados por Acidentes de transporte (CID 10), Portugal, 2002 - 2006															
Idades	2002			2003			2004			2005			2006		
	HM	H	M	HM	H	M									
15-19	158	130	28	110	82	28	121	94	27	108	90	18	65	51	14
20-24	242	209	33	241	207	34	211	177	34	154	128	26	108	95	13
25-29	233	195	38	195	157	38	193	170	23	120	99	21	104	87	17
30-34	177	155	22	158	139	19	147	123	24	109	92	17	78	67	11
35-39	160	143	17	146	120	26	127	115	12	104	89	15	104	81	23
15-39	970	832	138	850	705	145	799	679	120	595	498	97	459	381	78
Total	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436	1 760	1 385	375	1 373	1 092	281	1 149	896	253
Em percentagem															
15-19	100,0	82,3	17,7	100,0	74,5	25,5	100,0	77,7	22,3	100,0	83,3	16,7	100,0	83,7	16,3
20-24	100,0	86,4	13,6	100,0	85,9	14,1	100,0	83,9	16,1	100,0	83,1	16,9	100,0	85,9	14,1
25-29	100,0	83,7	16,3	100,0	80,5	19,5	100,0	88,1	11,9	100,0	82,5	17,5	100,0	77,9	22,1
30-34	100,0	87,6	12,4	100,0	88,0	12,0	100,0	83,7	16,3	100,0	84,4	15,6	100,0	85,9	14,1
35-39	100,0	89,4	10,6	100,0	82,2	17,8	100,0	90,6	9,4	100,0	85,6	14,4	100,0	83,0	17,0
15-39	100,0	85,8	14,2	100,0	82,9	17,1	100,0	85,0	15,0	100,0	83,7	16,3	100,0	78,0	22,0
Total	100,0	78,3	21,7	100,0	78,2	21,8	100,0	78,7	21,3	100,0	79,5	20,5	100,0	78,0	22,0

Fonte: INE, I.P. Estatísticas da Saúde 2002 -2006 (cálculos das autoras)

Não é possível com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação, para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 2000 e 2007 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,3 anos para os homens e 1,9 anos para as mulheres e situou-se em 75,7 anos e 82,2 respectivamente, valores próximos da média europeia⁹ (75,8 anos nos homens e 81,9 anos nas mulheres em 2005) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres.

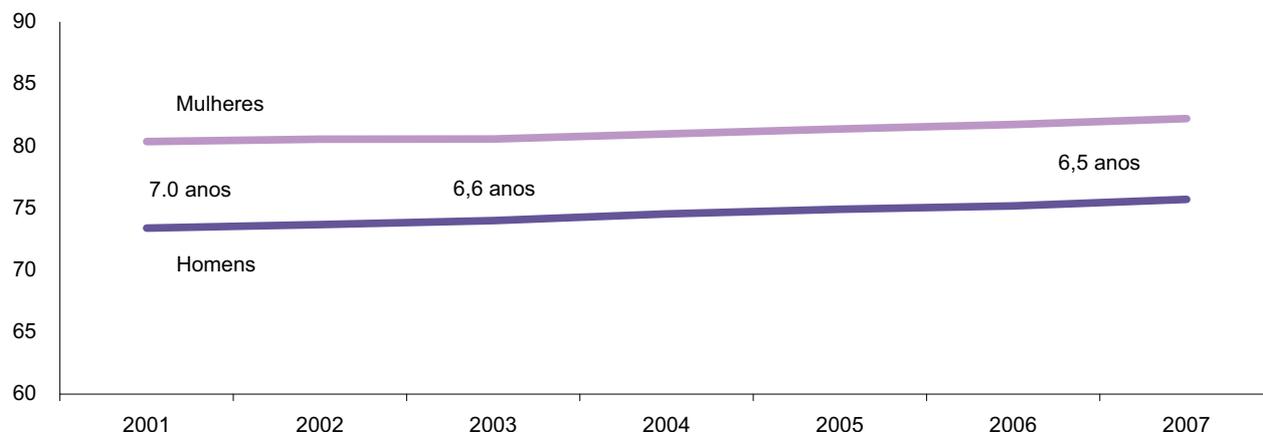
O ritmo de crescimento da longevidade, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (3,1%) do que entre as mulheres (2,3%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países.

Os valores analisados são deduzidos das tábuas de mortalidade abreviadas, assentes em média de óbitos de dois para minimizar os efeitos das oscilações anuais dos óbitos.

⁹ Eurostat (2005) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 15/2005

Figura 9

Esperança média de vida à nascença (anos), Portugal, 2001-2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2007. Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 60 anos de idade vivam ainda mais 20,5 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver mais 24,6 anos. Os ganhos foram idênticos nos dois sexos, face aos valores estimados no período anterior

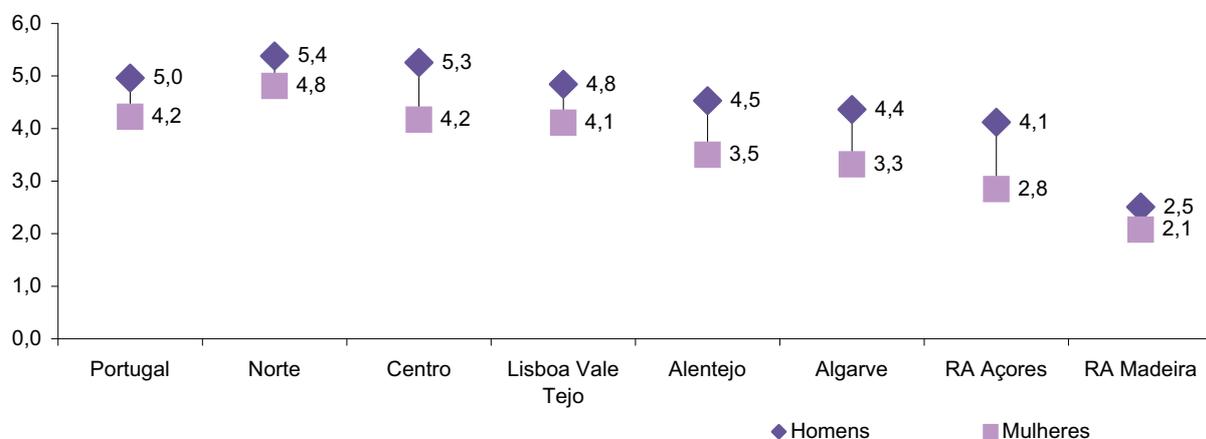
Com o alargamento da Europa Comunitária aumenta a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (78,8 nos) e para as mulheres em Espanha e França ambos com 83,8 anos. Os níveis mais baixos são pertença da Letónia, Estónia, Lituânia e Hungria, e ainda muito afastados dos 70 anos no caso dos homens e dos 78 anos para as mulheres (excepto a Lituânia que tem 77,8 anos).

O aumento da longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos em termos de anos de vida progridem. Esta evolução estendeu-se a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres vivem em média, em 2006/2007, o maior número de anos (76,5 anos e 82,6 anos, respectivamente). Ao contrário, é na Região Autónoma da Madeira que em média se vive menos, não tendo os homens conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançam os 79 anos de vida média.

Os maiores ganhos em termos de esperança média de vida observaram-se, entre 1991 e 2007, no Norte e quantificaram-se em 5,4 anos para os homens e 4,8 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira (2,5 nos homens e 2,1 anos nas mulheres). Para o mesmo período o ais registou uma subida de 5,0 anos e 4,2 anos, para homens e mulheres, respectivamente.

Figura 10

Ganhos em esperança de vida à nascença (anos), NUTS II, 1991-2007



Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente. Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

O aumento de longevidade tende a atenuar-se à medida que os ganhos de vida progredem. Esta evolução é transversal a todas as NUTS II.

Nos primeiros anos deste século, e a partir da idade dos 70 anos os aumentos registados na esperança de vida foram muito próximos, tanto para homens como para mulheres

O excesso de mortalidade masculina, designado como sobremortalidade masculina está bem visível na análise da mortalidade para cada sexo e idades. O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, expresso através da relação da sobremortalidade, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2006 na idade exacta dos 20 anos, idade em que o risco de morte é praticamente igual a três homens por cada mulher. O rácio desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente metade do observado aos 20 anos.

As razões desta longevidade são conhecidas e prendem-se com a maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 65 anos vivam em média mais cerca de 16 anos enquanto para as mulheres a vida média esperada e à mesma idade, sobe para cerca de 20 anos. Enquanto que os homens que chegam aos 80 anos podem viver mais um ano do que em 1991, as mulheres conseguiram um ganho mais modesto (0,9 anos).

Espera-se que em 2007, de 100 000 nados vivos, só 93 0482 homens alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (97 045).

De ressaltar que o número de homens sobreviventes aos 80 anos (47 745), em 2007 ainda é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991/92 (56 270).

Quadro 11

Esperança de vida (em anos) e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2000-2007												
Anos	$e_{0 \text{ anos}}$		e_{20}		e_{50}		e_{60}		e_{70}		e_{80}	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01
2003/04	74,53	80,98	55,26	61,58	27,97	32,73	19,75	23,66	12,46	15,16	6,86	8,14
2004/05	74,90	81,39	55,61	61,92	28,20	33,02	19,99	23,93	12,63	15,40	6,98	8,31
2005/06	75,18	81,75	55,86	62,24	28,35	33,29	20,17	24,17	12,78	15,61	7,04	8,43
2006/07	75,71	82,22	56,34	62,71	28,71	33,72	20,51	24,58	13,11	15,97	7,29	8,71
Anos	$l_{0 \text{ anos}}$		l_{20}		l_{50}		l_{60}		l_{70}		l_{80}	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939
2002/03	100 000	100 000	98 789	99 112	91 478	96 307	84 648	93 035	70 539	85 661	42 642	64 334
2003/04	100 000	100 000	98 921	99 206	92 010	96 563	85 328	93 384	71 707	86 224	44 177	65 637
2004/05	100 000	100 000	98 959	99 297	92 359	96 755	85 653	93 672	72 470	86 699	45 216	66 767
2005/06	100 000	100 000	99 007	99 361	92 622	96 934	85 842	93 986	72 871	87 230	46 115	67 921
2006/07	100 000	100 000	99 090	99 374	93 048	97 045	86 398	94 212	73 660	87 771	47 745	69 356

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 -2007; Tábuas Abreviadas para 2005/06 e 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993 que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato, incide sobre a estrutura da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeira fruto provável da sua maior representatividade no processo migratório, sobretudo entre as populações não comunitárias. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexos. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas. Este aspecto está bem evidenciado nas pirâmides etárias da população residente total e da população estrangeira residente em Portugal.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais exigente.

Quadro 12

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2001-2007							
Continente / País de Nacionalidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006 *	2007 *
Total	223 997	238 929	249 995	263 322	274 631	332 137	401 612
<i>Homens</i>	125 958	132 663	137 607	143 319	147 980	181 910	219 765
<i>Mulheres</i>	98 039	106 266	112 388	120 003	126 651	150 227	181 847
Europa	67 127	72 229	77 124	83 687	88 781	124 901	168 124
Alemanha	11 167	11 878	12 539	13 097	13 622	13 870	15 498
Bélgica	2 278	2 434	2 552	2 654	2 741	2 798	3 091
Espanha	13 645	14 599	15 281	15 874	16 398	16 611	18 030
França	7 817	8 377	8 841	9 247	9 589	9 737	10 556
Itália	3 380	3 771	4 185	4 569	4 821	4 954	5 985
Moldávia	45	97	270	1 048	1 390	7 459	11 414
Países Baixos	4 460	4 812	5 102	5 347	5 658	5 869	6 589
Reino Unido	14 953	15 903	16 860	17 976	19 005	19 761	23 608
Roménia	508	615	764	1 219	1 564	5 446	17 200
Rússia	596	699	858	1 155	1 342	3 375	4 523
Suécia	1 317	1 371	1 405	1 456	1 500	1 521	1 649
Suíça	1 407	1 472	1 555	1 617	1 662	1 692	1 827
Ucrânia	203	299	525	1 551	2 120	22 846	34 240
Outros Países Europa	5 351	5 902	6 387	6 877	7 369	8 962	13 914
África	107 309	114 399	117 954	121 584	124 541	129 806	138 337
Angola	22 751	24 782	25 616	26 517	27 533	28 856	30 431
Cabo Verde	49 845	52 223	53 434	54 788	55 608	57 369	61 110
Guiné Bissau	17 791	19 227	20 041	20 511	20 935	21 170	22 174
Moçambique	4 725	4 864	4 916	4 953	5 029	5 156	5 403
S. Tomé e Príncipe	6 304	6 968	7 279	7 828	8 198	8 874	9 736
Total dos Palps	101416	108064	111 332	114 597	117 303	121 423	128 854
Outros Países África	5 893	6 335	6 668	6 987	7 238	8 383	9 483
América	39 018	40 535	42 509	44 879	47 624	58 708	72 387
América Norte	10 183	10 138	10 116	10 108	10 080	10 122	10 228
EUA	8 023	8 000	7 998	7 986	7 985	8 020	8 097
América Central e do Sul	28 835	30 397	32 393	34 771	37 544	48 586	62 159
Brasil	23 422	24 762	26 508	28 730	31 500	42 319	55 665
Venezuela	3 508	3 520	3 517	3 458	3 308	3 209	3 177
Ásia	9 724	10 938	11 565	12 331	12 837	17 870	21 902
China	3 953	4 529	4 810	5 278	5 551	8 081	9 689
Índia	1 360	1 525	1 612	1 686	1 749	2 611	3 538
Japão	800	818	838	851	864	868	896
Paquistão	1 034	1 194	1 279	1 344	1 380	1 779	2 092
Oceânia	537	545	557	554	558	563	572
Austrália	476	483	489	486	489	491	497
Outros Países Ásia e Oceânia	2 577	2 872	3 026	3 172	3 293	4 496	5 687
Apátridas e Desconhecida	282	283	286	287	290	289	290

Fonte:Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

* Os valores de 2006 e 2007 são provisórios em Maio de 2008.

Notas: Por comparação com o ano de 2005 verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos¹⁰.

A população estrangeira com residência legalizada em Portugal no final do ano de 2007, ascendia, segundo o SEF, a 401 612 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 20,9%, comparativamente ao ano anterior, e superior à registada de 2005 para 2006 (5,3%). De acordo com a mesma fonte, se àqueles titulares de residência legalizada se adicionar o número de prorrogações de autorizações de permanência (5 741) as prorrogações de vistos de longa duração (28 383) e os vistos de longa duração concedidos (10 597) o número de estrangeiros a residir ou permanecer de forma legal sobe, em 2007, para 446 333 indivíduos ou seja, mais 2,1 % do quantitativo registado em 2006.

Por comparação com o ano de 2005 verificou-se, em 2006 e 2007, um incremento no número de solicitações de autorização de residência, o que concorreu para um acréscimo do número de titulares de autorização de residência. Este aumento teve como principal motivo a possibilidade de conversão das autorizações de permanência e dos vistos de longa duração em autorizações de residência. Esta situação decorre da emissão de títulos de residência ao abrigo do art.87º, alínea m do Decreto-Lei 244/98 de 8 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 34/2003 de 25/Fevereiro, mas também do Artº 217º, nº 1 da Lei 23/2007 de 4 de Julho.

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana de língua portuguesa (PALP), proporção que depois dos acréscimos observados nos anos noventa do século passado se reduziu no período de 2001-2007, para se situar em 32,1%, em 2007. A população cabo-verdiana (15,2%) permanece como a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, tendo, no entanto, perdido importância relativa, face a 2001 (menos 5 pontos percentuais). Idêntica evolução se nota em todas as nacionalidades que integram o conjunto dos países africanos de língua africana, e nos quais a nacionalidade angolana ocupa segunda posição mais relevante..

Da Europa tiveram origem 41, 9% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2007, representando uma variação positiva de 34,6% face ao ano anterior, embora mais fraca do que a verificada de 2005 para 2006 (40,7%). Para este acréscimo contribuiu, em 2007, o aumento dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Ucrânia (8,5%); Roménia (4,3%), Moldávia (2,8%) e Rússia (1,1%).¹¹

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (5,9%), Espanha (4,5%) e Alemanha (3,9%) continuam a assumir as posições mais importantes, embora com registem ligeiros recuos. Os nacionais do Brasil subiram 34,3% entre 2001 e 2007, representando, neste último ano 12,7 % da população estrangeira com residência legalizada em Portugal e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 5,5% em 2007, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2007, 54,7% eram indivíduos do sexo masculino e 45,3% do sexo feminino contra 56,2% e 43,8 no ano anterior continuando a atenuar a sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 130 homens. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (123 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de mulheres excedia o de homens nas nacionalidades espanhola (103), a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira (113) e outros países da América Central e do Sul, embora não muito expressivos em termos de efectivos.

A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

¹⁰ Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" no número 34 da Revista de Estudos Demográficos.

¹¹ Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis " Imigrantes de Leste em Portugal" neste número da RED

Relevante é conhecer a repartição etária da população estrangeira em Portugal e avaliar, o seu impacte, na população de acolhimento, nomeadamente o possível efeito no atenuar do envelhecimento demográfico. Esta análise não é possível de momento, dado que o SEF não tem a referida informação tratada. Deste modo, só os resultados definitivos dos Censos 2001, permitem, conhecer, a estrutura etária da referida população.

Devido à intensidade do fenómeno imigratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*¹² e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Shengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século¹³.

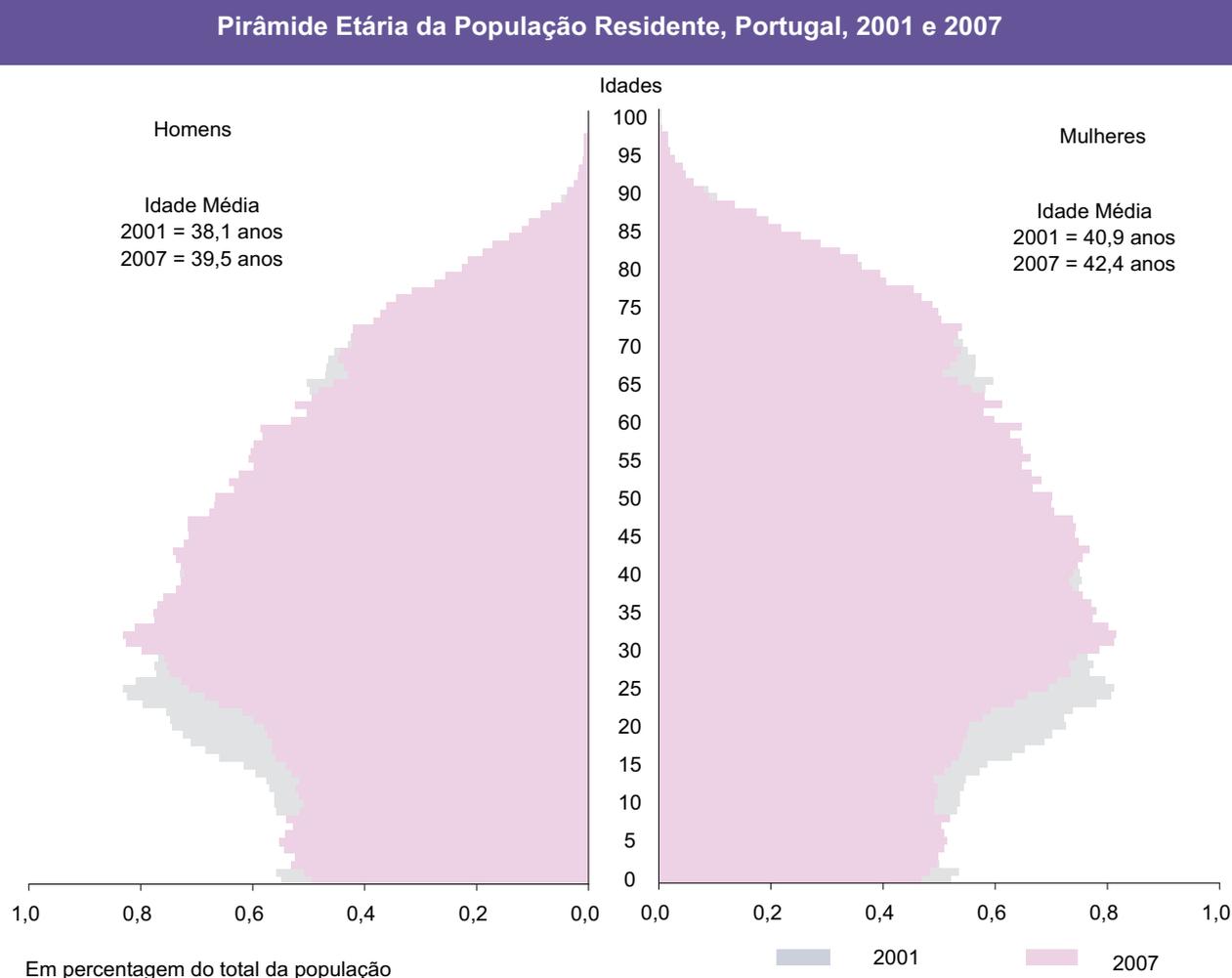
¹² Decreto-lei 438/88

¹³ Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)" neste número da RED

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade e o significativo aumento da esperança de vida.

Figura 11



Fonte: INE, I.P. Estimativas Provisórias de População Residente (cálculo das autoras)

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,7 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 39,5 anos, em 2007, nos homens, e de 38,2 anos para 42,4 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2007, em 38 anos para os homens e 41 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado após 1995, é visível nas gerações mais recentes mas revela-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem visíveis na redução da população jovem, que em 2001 tinha um peso relativo de 15,9 % na população total e em 2007 apenas 15,3 %.

Em oposição, a população em idade activa dos 15-64 anos, regista uma tendência em baixa no período em análise, representando 67,2 % do total da população, em 2007. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 11,6% em

2007 (11,9% em 2006) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos cresceu para 60,4% (55,4% em 2006). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos desce 41,9 % em 2007 (de 42,3 % em 2006). Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, aumenta três pontos percentuais para 25,3% no mesmo período. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava em 2001, cerca de 16,5 %, reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,4% em 2007, proporção que ultrapassa a média estimada para UE25 (16,5%) referente ao mesmo ano. Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem visível na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que subiu 6,9 % em 2001 para 8,0%.em 2007. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,3 % em 2001 e 9,5 % em 2007). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa em 2007 eleva-se a 23,7 % sendo 20,2% nos homens e 26,2 % nas mulheres reflectindo o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 23,7% e 26,2%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2001 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 104 idosos, em 2007 o rácio eleva-se para 114 idosos.

Quadro 13

Estrutura por idades da população residente (%) e índices resumo, Portugal, 2001-2007							
Indicadores	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
População com 0 - 14 anos	15,9	15,8	15,7	15,6	15,6	15,5	15,3
Homens	16,8	16,8	16,7	16,6	16,5	16,4	16,3
Mulheres	15,0	14,9	14,9	14,8	14,7	14,6	14,5
População com 15 - 64 anos	67,6	67,5	67,4	67,3	67,3	67,3	67,2
Homens	68,9	68,8	68,8	68,7	68,7	68,7	68,7
Mulheres	66,4	66,3	66,2	66,1	66,0	65,9	65,9
População com 65 e mais anos	16,5	16,7	16,8	17,0	17,1	17,3	17,4
Homens	14,3	14,4	14,5	14,7	14,8	14,9	15,0
Mulheres	18,6	18,8	18,9	19,2	19,3	19,5	19,7
População com 75 e mais anos	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5	7,7	8,0
Homens	5,5	5,6	5,6	5,8	5,9	6,1	6,3
Mulheres	8,3	8,4	8,6	8,8	9,0	9,3	9,5
População com 80 e mais anos	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9	4,1	4,2
Homens	2,6	2,6	2,7	2,8	2,9	3,0	3,1
Mulheres	4,4	4,5	4,6	4,7	4,9	5,1	5,3
Índice de dependência total	48,0	48,1	48,3	48,5	48,6	48,6	48,7
Homens	45,2	45,3	45,4	45,5	45,5	45,5	45,5
Mulheres	50,6	50,9	51,1	51,4	51,5	51,6	51,9
Índice de dependência jovens	23,5	23,4	23,3	23,2	23,1	23,0	22,8
Homens	24,4	24,4	24,3	24,1	24,0	23,8	23,7
Mulheres	22,6	22,5	22,5	22,4	22,2	22,1	22,0
Índice de dependência idosos	24,5	24,7	24,9	25,3	25,4	25,6	25,9
Homens	20,8	21,0	21,1	21,4	21,5	21,7	21,9
Mulheres	28,0	28,3	28,6	29,0	29,3	29,5	29,9
Índice de envelhecimento	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1	111,7	113,6
Homens	85,1	86,1	87,2	88,7	89,7	90,9	92,4
Mulheres	124,2	125,8	127,5	129,8	131,5	133,5	135,8
Índice de longevidade	42,0	42,3	42,6	43,1	43,85	44,9	45,7
Homens	38,2	38,5	38,8	39,2	39,94	41,0	41,8
Mulheres	44,6	45,0	45,4	45,9	46,67	47,6	48,5

Fonte: INE, I.P. Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias de População Residente 2001 - 2007

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem. O indicador passou de 124 idosas por cada 100 jovens em 2001, para 136 em 2007. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

Figura 12

Taxa de crescimento natural (por mil habitantes) Portugal, 2007

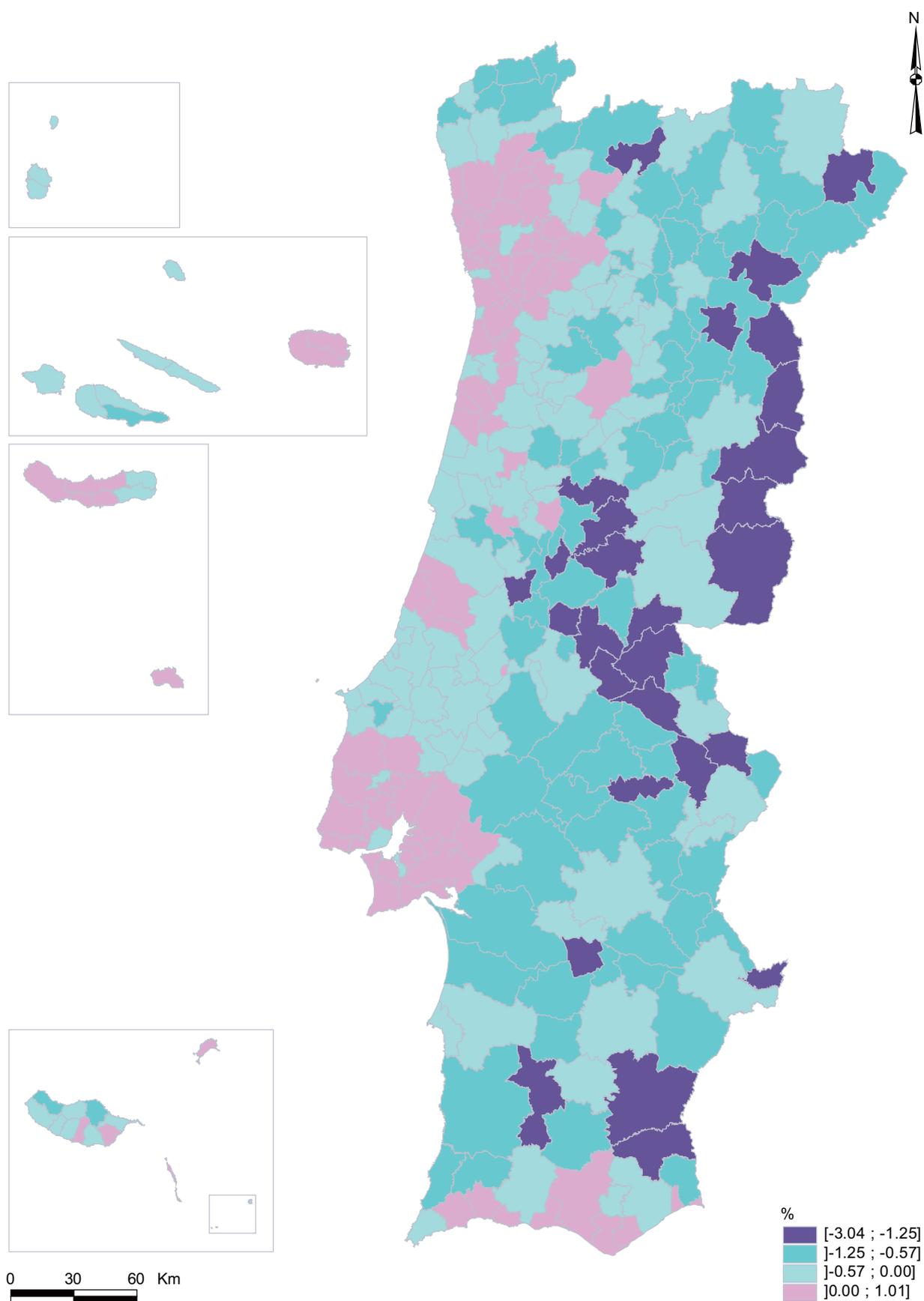
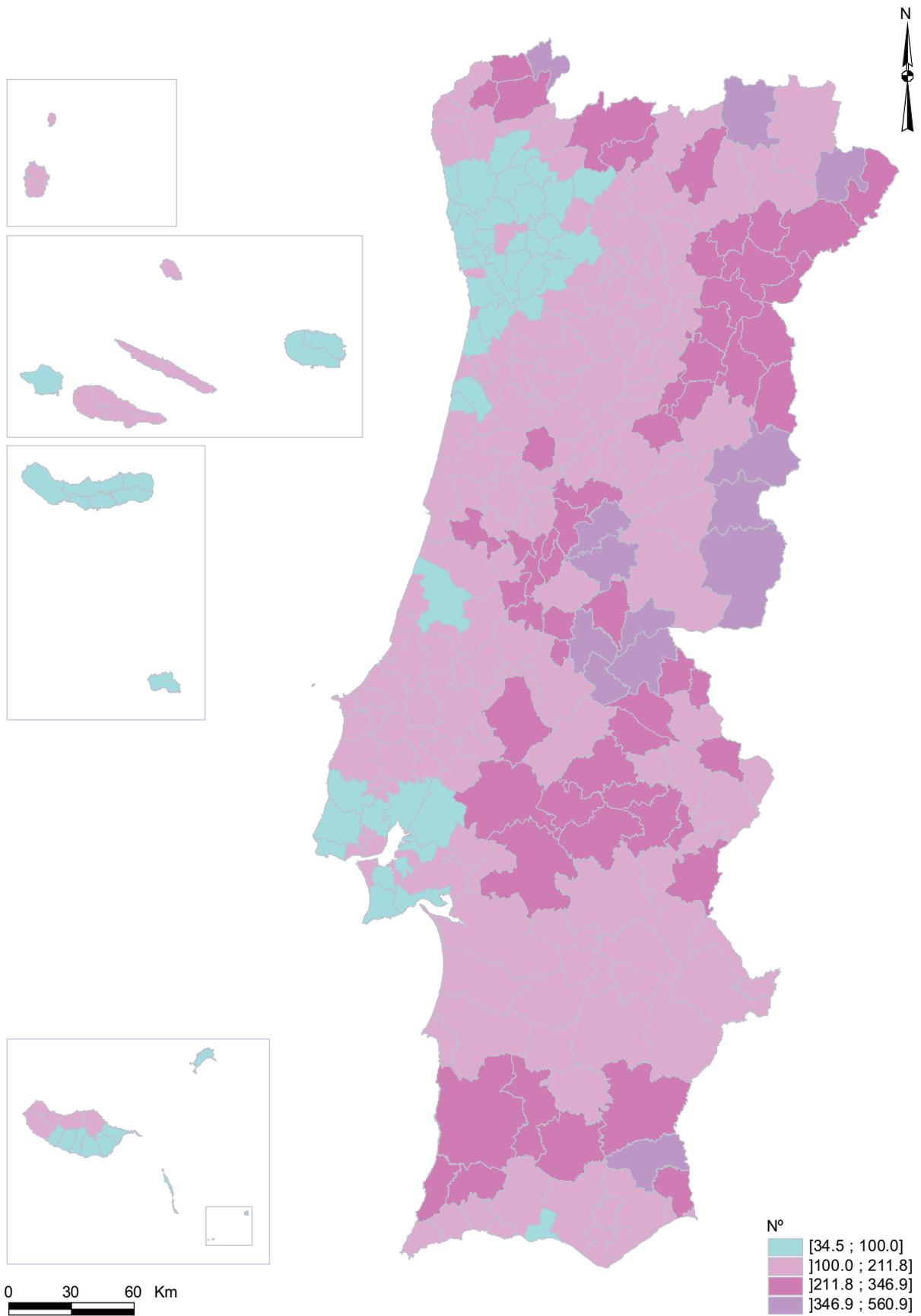


Figura 13

Índice de envelhecimento (idosos por 100 jovens), Portugal, 2007



A proporção entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que se manteve nos 48 dependentes em 2001 e 49 em 2007. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 24 jovens a cargo para 23 e reflecte a baixa da fecundidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 25 para 26, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

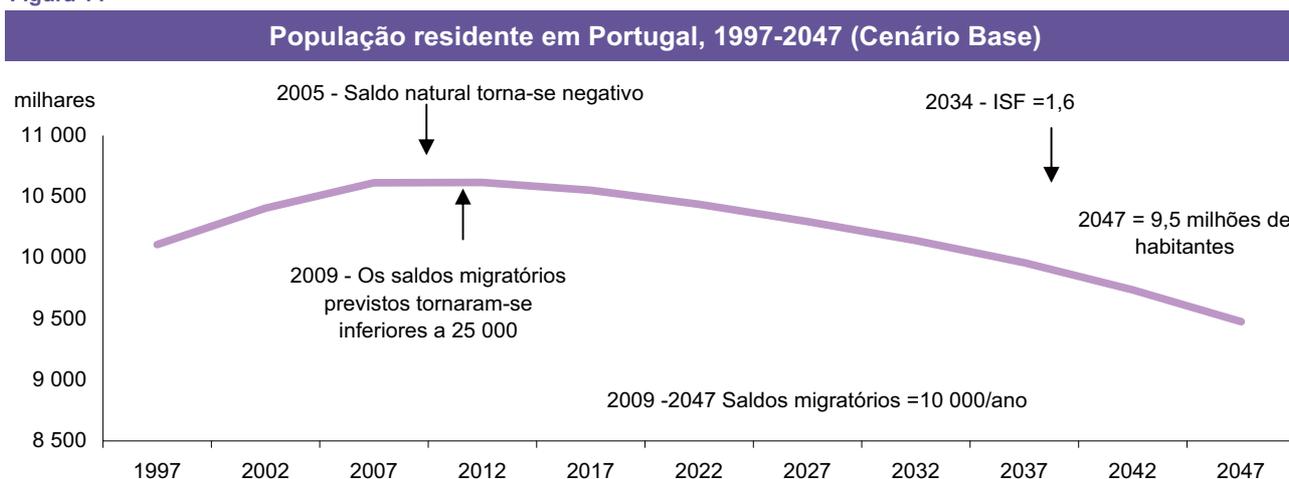
O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2006 de 64 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 185 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta que as manchas correspondentes aos níveis de envelhecimento mais fortes coincidem com as que representam as taxas de crescimento natural mais negativas.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido¹⁴.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornaram constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Figura 14



Fonte: INE, I.P. Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Projecções da População Residente, 2000-2050

Prevê-se que a população residente em 2047 diminua para 9 477,2 milhares de indivíduos, número bastante inferior ao actual. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,~% e a população idosa aumentará para 31,3% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 240 idosos por cada 100 jovens.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,96 criança por mulher a população situar-se-á em 10 148,0 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (29,3%) e o índice fixar-se-á em 190 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

¹⁴ INE (2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa.

Conclusões

Portugal regista um saldo natural com valores negativos, em 2007, situação que ocorre pela primeira vez desde 1918, como resultado da gripe pneumónica.

Estima-se, para Portugal, um crescimento contínuo da população, com o ritmo a desacelerar desde o início do século XXI. Esta evolução resulta dos fortes fluxos de entrada no País, quer na forma de imigrantes com nacionalidade estrangeira quer na forma de regresso de portugueses.

Portugal é um país de baixa fecundidade, com um nível inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade durante a segunda metade do século passado, aceleraram o processo de envelhecimento da população residente em Portugal.

O declínio da mortalidade infantil e adulta, a maior autonomia da mulher, a dificuldade em conciliar vida familiar e profissional e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, são factores que pesam na decisão de ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e conseqüente dependência das gerações mais novas às mais idosas são factores igualmente decisivos sobre o número de filhos a ter. A criação do sistema de segurança social conferiu maior independência às pessoas idosas e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Nascem cada vez menos crianças, os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos, o filho único é a opção predominante, a proporção de nascimentos com coabitação dos pais eleva-se, os pais são mais velhos e escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade, e divorciam-se mais. No que se refere ao padrão da fecundidade, a maternidade depois dos trinta anos é mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente.

Portugal tornou-se recentemente um país de imigração, tendo os países de origem dos fluxos diversificado, mas permanece um país de emigração, sobretudo de natureza temporária. O sentido que os fluxos migratórios assumirem no futuro determinam o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a manutenção da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível. A fixação de população com nacionalidade estrangeira representa um papel relevante no desenho da pirâmide de idades do país e na repartição por sexo. Como a estrutura etária dos imigrantes é geralmente mais jovem do que a da população de acolhimento, concentrando-se sobretudo nas idades activas, a entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento. Contudo, é conhecido, que o efeito sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. O impacto da fecundidade dos imigrantes na população depende do volume e da estrutura de idades

As projecções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e de os saldos migratórios continuarem positivos. O envelhecimento demográfico surge, assim, como um fenómeno irreversível.

O envelhecimento demográfico e a imigração mantêm-se como os grandes desafios e oportunidades que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais tem de encontrar respostas de modo a garantir uma sociedade inclusiva para todos.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2007) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 42, pp 109-147, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2006) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 40, pp 39-76, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2005) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 38, pp 111-140, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 127-151, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 175 -191, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos nº 36, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (1993) “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?”, Revista Estudos Demográficos nº 31, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ? , Presses Universitaires de France, Paris.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) “O Envelhecimento em Portugal - Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas”, Revista Estudos Demográficos nº 32, INE, Lisboa.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 81/2008, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 41/2007, Luxembourg.
- EUROSTAT, *Statistics in Focus – Population and Social Conditions*, 15/2005, Luxembourg
- INE (2008), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2007, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Revista de Estudos Demográficos n 33*, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

INE, *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.

LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.

NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.

PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.

SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ? , 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.

Anexo 1

População residente em Portugal, 2002 e 2007, NUTS II (duas geografias)			
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	População		Taxa média de crescimento anual (%)
	31 .XII. 2002	31 .XII. 2007	
Portugal	10 407 465	10 617 575	0,40
Continente	9 927 441	10 126 880	0,40
Norte	3 691 922	3 745 236	0,29
Centro	1 779 238	1 791 144	0,13
Lisboa e Vale do Tejo	3 534 076	3 652 435	0,66
Alentejo	523 835	511 679	-0,47
Algarve	398 370	426 386	1,36
Região Autónoma dos Açores	238 767	244 006	0,43
Região Autónoma da Madeira	241 257	246 689	0,45

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	População		Taxa média de crescimento anual (%)
	31 .XII. 2002	31 .XII. 2007	
Portugal	10 407 465	10 617 575	0,40
Continente	9 927 441	10 126 880	0,40
Norte	3 691 922	3 745 236	0,29
Centro	2 354 552	2 385 911	0,26
Lisboa	2 714 614	2 808 414	0,68
Alentejo	767 983	760 933	-0,18
Algarve	398 370	426 386	1,36
Região Autónoma dos Açores	238 767	244 006	0,43
Região Autónoma da Madeira	241 257	246 689	0,45

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2002 e 2007.

Anexo 2

Taxas de Natalidade e de Mortalidade (por mil habitantes), NUTS II, 2007		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	9,7	9,8
Continente	9,6	9,8
Norte	9,1	8,4
Centro	8,1	11,3
Lisboa e Vale do Tejo	10,8	9,5
Alentejo	7,8	14,2
Algarve	11,5	11,0
Região Autónoma dos Açores	11,7	9,2
Região Autónoma da Madeira	11,0	10,4

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Natalidade	Taxa de Mortalidade
Portugal	9,7	9,8
Continente	9,6	9,8
Norte	9,1	8,4
Centro	8,4	11,3
Lisboa	11,3	9,0
Alentejo	8,2	13,4
Algarve	11,5	11,0
R. A. dos Açores	11,7	9,2
Região Autónoma da Madeira	11,0	10,4

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2007 (cálculos das autoras).

Anexo 3

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2007									
Idades	Nuts II, Decreto Lei nº46/89*								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	16,93	16,22	14,11	12,24	19,19	20,54	25,44	32,77	23,40
20-24	44,09	43,65	39,97	34,30	50,47	42,00	68,61	59,84	42,55
25-29	76,12	75,79	72,35	68,42	81,39	70,92	97,76	87,73	76,48
30-34	82,75	82,95	74,56	77,50	93,21	74,60	97,37	78,54	79,41
35-39	39,37	39,50	34,30	34,41	47,24	33,26	47,87	33,26	39,77
40-44	7,41	7,37	5,95	6,50	9,31	5,95	9,68	6,02	10,13
45-49	0,32	0,33	0,32	0,27	0,41	0,06	0,27	0,00	0,33
15-49	39,36	39,20	35,29	34,41	45,11	35,68	50,03	44,54	40,30
Fecundidade Total	1,33	1,33	1,21	1,17	1,51	1,24	1,74	1,49	1,36

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2007									
Idades	NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	16,93	16,22	14,11	12,48	20,88	18,81	25,44	32,77	23,40
20-24	44,09	43,65	39,97	35,98	53,40	42,12	68,61	59,84	42,55
25-29	76,12	75,79	72,35	70,26	82,68	73,87	97,76	87,73	76,48
30-34	82,75	82,95	74,56	79,19	95,48	78,84	97,37	78,54	79,41
35-39	39,37	39,50	34,30	35,07	50,14	34,54	47,87	33,26	39,77
40-44	7,41	7,37	5,95	6,62	10,11	5,86	9,68	6,02	10,13
45-49	0,32	0,33	0,32	0,27	0,44	0,12	0,27	0,00	0,33
15-49	39,36	39,20	35,29	35,37	46,99	37,09	50,03	44,54	40,30
Fecundidade Total	1,33	1,33	1,21	1,20	1,57	1,27	1,74	1,49	1,36

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2007 (cálculos das autoras).

Anexo 4

Idade Média ao Casamento (anos), NUTS II, 2007				
Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	32,2	29,7	29,4	27,8
Continente	32,3	29,9	29,5	27,9
Norte	30,7	28,4	28,5	27,0
Centro	31,6	29,2	29,2	27,6
Lisboa e Vale do Tejo	34,1	31,6	30,6	29,1
Alentejo	33,3	30,7	30,6	28,9
Algarve	35,4	32,1	31,1	29,0
Região Autónoma dos Açores	29,6	26,6	27,0	25,0
Região Autónoma da Madeira	31,3	28,5	29,1	27,2

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores			
	Idade Média ao Casamento		Idade Média ao 1º Casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	32,2	29,7	29,4	27,8
Continente	32,3	29,9	29,5	27,9
Norte	30,7	28,4	28,5	27,0
Centro	31,9	29,4	29,3	27,7
Lisboa	34,6	32,1	30,9	29,5
Alentejo	33,2	30,6	30,4	28,7
Algarve	35,4	32,1	31,1	29,0
Região Autónoma dos Açores	29,6	26,6	27,0	25,0
Região Autónoma da Madeira	31,3	28,5	29,1	27,2

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2001 e 2006.

Anexo 5

Idade Média à Maternidade (anos), NUTS II, 2007

Nuts II, Decreto Lei nº46/89*	Indicadores	
	Nascimento do 1º Filho	Nascimento de um Filho
Portugal	28,2	30,0
Continente	28,3	30,1
Norte	28,0	29,9
Centro	28,4	30,2
Lisboa e Vale do Tejo	28,7	30,3
Alentejo	27,6	29,4
Algarve	27,7	29,6
Região Autónoma dos Açores	25,9	28,1
Região Autónoma da Madeira	27,9	29,7

NUTS II, Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores	
	Nascimento do 1º Filho	Nascimento de um Filho
Portugal	28,2	30,0
Continente	28,3	30,1
Norte	28,0	29,9
Centro	28,0	30,2
Lisboa	28,8	30,4
Alentejo	27,9	29,6
Algarve	27,7	29,6
Região Autónoma dos Açores	25,9	28,1
Região Autónoma da Madeira	27,9	29,7

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População em 2007.

Anexo 6

Taxas de Nupcialidade e de Divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2007		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,4	2,4
Continente	4,3	—
Norte	4,8	—
Centro	4,2	—
Lisboa e Vale do Tejo	4,1	—
Alentejo	3,6	—
Algarve	3,9	—
Região Autónoma dos Açores	5,4	—
Região Autónoma da Madeira	5,0	—

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Taxa de Nupcialidade	Taxa de Divorcialidade
Portugal	4,4	2,4
Continente	4,3	—
Norte	4,8	—
Centro	4,2	—
Lisboa	4,1	—
Alentejo	3,6	—
Algarve	3,9	—
Região Autónoma dos Açores	5,4	—
Região Autónoma da Madeira	5,0	—

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2007 (cálculos das autoras).

Anexo 7

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2006-2007

Idades	NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *																	
	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa Vale do Tejo		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0	75,7	82,2	75,9	82,4	76,1	82,4	76,5	82,6	75,7	82,3	75,5	81,7	75,0	81,7	72,4	79,3	69,8	78,9
1	75,0	81,5	75,2	81,6	75,3	81,7	75,7	81,9	75,0	81,6	74,8	81,0	74,4	81,1	71,7	78,5	69,1	78,2
5	71,1	77,5	71,3	77,7	71,4	77,8	71,8	77,9	71,0	77,6	70,8	77,1	70,5	77,2	67,9	74,6	65,2	74,4
10	66,1	72,6	66,3	72,7	66,5	72,8	66,8	73,0	66,1	72,6	65,9	72,1	65,5	72,2	62,9	69,7	60,3	69,5
15	61,2	67,6	61,4	67,8	61,5	67,9	61,9	68,0	61,1	67,7	60,9	67,2	60,5	67,3	58,0	64,7	55,4	64,6
20	56,3	62,7	56,5	62,8	56,7	62,9	57,0	63,1	56,3	62,8	56,0	62,3	55,8	62,3	53,1	59,8	50,6	59,6
25	51,6	57,8	51,8	57,9	51,9	58,0	52,3	58,2	51,5	57,9	51,2	57,4	51,1	57,5	48,4	54,9	45,9	54,7
30	46,8	52,9	47,0	53,0	47,0	53,1	47,5	53,3	46,8	52,9	46,5	52,5	46,4	52,6	43,7	50,1	41,2	49,8
35	42,1	48,0	42,3	48,1	42,3	48,2	42,8	48,4	42,1	48,1	41,8	47,7	41,8	47,7	38,9	45,2	36,6	44,9
40	37,5	43,2	37,7	43,3	37,7	43,3	38,1	43,6	37,5	43,3	37,2	42,8	37,3	43,0	34,4	40,4	32,2	40,1
45	33,0	38,4	33,2	38,5	33,2	38,6	33,6	38,8	33,1	38,5	32,7	38,1	32,9	38,3	29,9	35,7	27,9	35,5
50	28,7	33,7	28,9	33,8	28,9	33,8	29,2	34,1	28,7	33,8	28,4	33,4	28,7	33,6	25,7	31,1	24,1	30,9
55	24,5	29,1	24,7	29,2	24,7	29,2	25,0	29,4	24,6	29,2	24,1	28,8	24,6	29,0	21,8	26,6	20,2	26,5
60	20,5	24,6	20,6	24,7	20,6	24,7	20,9	24,9	20,6	24,7	20,2	24,2	20,7	24,7	18,1	22,2	16,5	22,0
65	16,7	20,2	16,8	20,3	16,8	20,2	17,0	20,5	16,7	20,3	16,5	19,9	17,0	20,3	14,6	18,1	13,2	17,9
70	13,1	16,0	13,2	16,1	13,2	16,0	13,3	16,2	13,1	16,1	13,1	15,8	13,4	16,0	11,2	14,0	10,3	13,9
75	9,9	12,1	10,0	12,2	10,1	12,2	10,0	12,2	9,9	12,2	10,0	11,9	10,2	12,1	8,2	10,4	7,7	10,4
80	7,3	8,7	7,3	8,8	7,5	8,8	7,3	8,7	7,3	8,8	7,5	8,6	7,3	8,6	5,9	7,3	5,8	7,6
85 e +	5,3	6,0	5,3	6,1	5,6	6,1	5,2	6,0	5,2	6,1	5,6	6,1	5,1	5,7	4,0	5,1	5,0	5,2

*Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1998), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999).

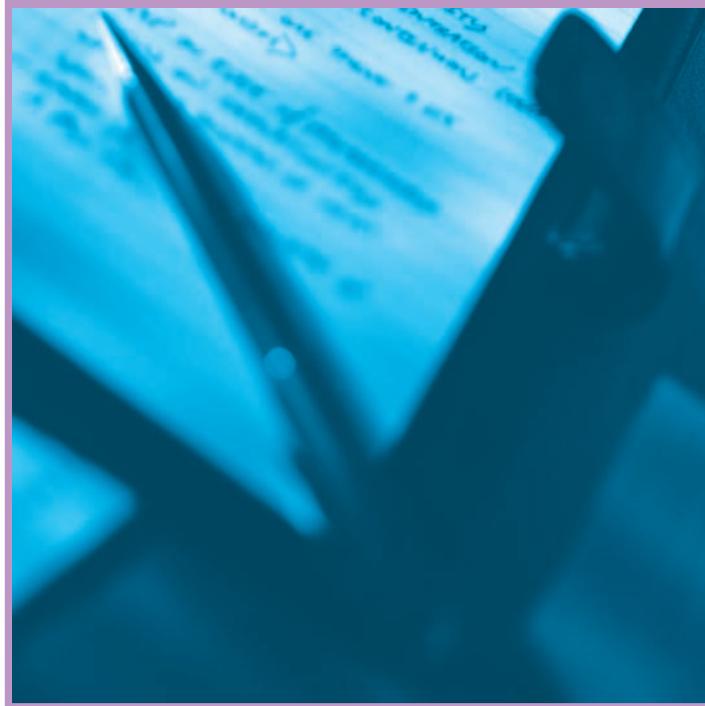
Fonte: INE, Tábuas Abreviadas de Mortalidade (cálculos das autoras). Tábuas Abreviadas para 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.

Anexo 8

Esperança de vida da população residente (anos), por grupos etários, NUTS II, 2006-2007

Idades	NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002																	
	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R.A. Açores		R.A. Madeira	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0	75,7	82,2	75,9	82,4	76,1	82,4	76,3	82,6	75,7	82,4	75,4	81,9	75,0	81,7	72,4	79,3	69,8	78,9
1	75,0	81,5	75,2	81,6	75,3	81,7	75,5	81,8	75,0	81,6	74,7	81,1	74,4	81,1	71,7	78,5	69,1	78,2
5	71,1	77,5	71,3	77,7	71,4	77,8	71,6	77,8	71,0	77,7	70,8	77,2	70,5	77,2	67,9	74,6	65,2	74,4
10	66,1	72,6	66,3	72,7	66,5	72,8	66,7	72,9	66,1	72,7	65,8	72,2	65,5	72,2	62,9	69,7	60,3	69,5
15	61,2	67,6	61,4	67,8	61,5	67,9	61,7	67,9	61,2	67,7	60,9	67,3	60,5	67,3	58,0	64,7	55,4	64,6
20	56,3	62,7	56,5	62,8	56,7	62,9	56,9	63,0	56,3	62,8	56,0	62,4	55,8	62,3	53,1	59,8	50,6	59,6
25	51,6	57,8	51,8	57,9	51,9	58,0	52,1	58,1	51,6	57,9	51,2	57,5	51,1	57,5	48,4	54,9	45,9	54,7
30	46,8	52,9	47,0	53,0	47,0	53,1	47,3	53,2	46,8	53,0	46,6	52,6	46,4	52,6	43,7	50,1	41,2	49,8
35	42,1	48,0	42,3	48,1	42,3	48,2	42,6	48,3	42,1	48,1	41,8	47,7	41,8	47,7	38,9	45,2	36,6	44,9
40	37,5	43,2	37,7	43,3	37,7	43,3	38,0	43,5	37,6	43,3	37,3	42,9	37,3	43,0	34,4	40,4	32,2	40,1
45	33,0	38,4	33,2	38,5	33,2	38,6	33,4	38,7	33,1	38,6	32,7	38,2	32,9	38,3	29,9	35,7	27,9	35,5
50	28,7	33,7	28,9	33,8	28,9	33,8	29,1	34,0	28,8	33,9	28,4	33,5	28,7	33,6	25,7	31,1	24,1	30,9
55	24,5	29,1	24,7	29,2	24,7	29,2	24,9	29,3	24,7	29,3	24,2	28,8	24,6	29,0	21,8	26,6	20,2	26,5
60	20,5	24,6	20,6	24,7	20,6	24,7	20,8	24,8	20,6	24,8	20,3	24,2	20,7	24,7	18,1	22,2	16,5	22,0
65	16,7	20,2	16,8	20,3	16,8	20,2	16,9	20,4	16,7	20,4	16,5	19,9	17,0	20,3	14,6	18,1	13,2	17,9
70	13,1	16,0	13,2	16,1	13,2	16,0	13,2	16,1	13,2	16,2	13,1	15,7	13,4	16,0	11,2	14,0	10,3	13,9
75	9,9	12,1	10,0	12,2	10,1	12,2	10,0	12,2	10,0	12,3	10,0	11,9	10,2	12,1	8,2	10,4	7,7	10,4
80	7,3	8,7	7,3	8,8	7,5	8,8	7,2	8,7	7,3	8,9	7,4	8,6	7,3	8,6	5,9	7,3	5,8	7,6
85 e +	5,3	6,0	5,3	6,1	5,6	6,1	5,2	5,9	5,2	6,2	5,5	6,1	5,1	5,7	4,0	5,1	5,0	5,2

Fonte: INE, Tábuas Abreviadas de Mortalidade (cálculos das autoras). Tábuas Abreviadas para 2006/2007 construídas pelas autoras com base na informação disponível no INE sobre óbitos e estimativas de população.



O poder da estatística e a estatística do poder. Apontamentos sobre o contributo de António de Almeida Garrett para os estudos de população em Portugal *

Autor: Rosalina Costa

Departamento de Sociologia, Universidade de Évora.

E-mail: rosalina@uevora.pt

Resumo:

Este texto apresenta os resultados de uma incursão exploratória na obra de António de Almeida Garrett (1884-1961), em particular sobre o ensaio intitulado «Os Problemas da Natalidade», publicado em vinte artigos na *Revista do Centro de Estudos Demográficos* entre 1945 e 1955. Depois de contextualizar o autor no percurso da produção científica da demografia em Portugal, e de apresentar o conjunto de textos em análise, sintetizamos o contributo de António de Almeida Garrett, e deste ensaio em particular, para a história dos estudos de população e da demografia em Portugal, bem como para o estudo da própria *Revista do Centro de Estudos Demográficos* e das condições históricas da produção científica a que também a demografia, como qualquer outra ciência, está sujeita.

Palavras Chave: António de Almeida Garrett; estudos de população; história da demografia; *Revista do Centro de Estudos Demográficos*; natalidade.

The power of the statistics and the statistics of the power. Notes on the contribution of António de Almeida Garrett for the population studies in Portugal

*Este texto resulta de uma comunicação apresentada no III Congresso Português de Demografia "O Declínio Demográfico: que Mudanças?", realizado em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, a 29, 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2008. Agradeço à Dra. Maria José Carrilho o convite para publicar o texto na *Revista de Estudos Demográficos*; a todos os participantes na sessão paralela "Autores e estudos demográficos em Portugal" os comentários e sugestões que então efectuaram; e, finalmente, aos referees da *Revista de Estudos Demográficos* a leitura cuidada que fizeram deste texto, bem como as observações e propostas que apresentaram

Abstract

This paper presents the results of a first approach into the work of António de Almeida Garrett (1884-1961), particularly the essay «The Problems of Natality», published in twenty articles in the *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (*Review of the Demographic Studies Centre*, edited by Statistics Portugal) between 1945 and 1955. After put in context the author in the course of the scientific production of demography in Portugal, and present the analysed set of texts, we synthesize the contribution of António de Almeida Garrett, and this essay in particular, to the history of the population studies and demography in Portugal, as well as to the study of the *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, and the historical conditions of the scientific production to which demography, as any other science, is subjected to.

Key words: António de Almeida Garrett; population studies; history of demography; *Revista do Centro de Estudos Demográficos*; natality.

1. Introdução

Pouco se sabe sobre a génese, o percurso e a consolidação da demografia em Portugal. Seja porque desempenha muitas vezes o papel de disciplina “auxiliar” de outras ciências, onde assume mais um papel secundário que de protagonista¹; seja porque a institucionalização universitária da demografia em Portugal é muito recente (porventura ainda por concluir²), e a geração dos primeiros demógrafos portugueses nos é ainda contemporânea, o certo é que poucos têm sido os passos dados no sentido de se conhecer a história dos estudos de população e da demografia em Portugal.

Exemplo da pouca reflexão que a demografia portuguesa tem feito sobre si mesma e o seu percurso é o reduzido número de comunicações sobre esta temática nas duas edições do *Congresso Português de Demografia* até agora realizadas³. De facto, em nenhum dos congressos as designações atribuídas às “mesas” (2000) ou “sessões paralelas” (2004) remete de forma explícita para os estudos de população em Portugal⁴, como também nenhuma das comunicações apresentadas versou de forma explícita sobre esta matéria⁵. Ainda assim, não podemos dizer que a questão da história da demografia tenha sido completamente negligenciada nos congressos até agora realizados. Tanto em 2000, como em 2004, por coincidência (ou talvez não), pela mão da mesma pessoa – Gilberta Rocha⁶ – a questão foi incluída nos trabalhos do congresso, no primeiro caso no contexto de uma Sessão Plenária sob o título genérico de “Demografia e População: Balanço e Perspectivas”⁷, sessão que encerraria o congresso, e onde apresentou a comunicação “Demografia e estudos demográficos: uma perspectiva da situação portuguesa”⁸; e no segundo caso na “Sessão de Encerramento”⁹, onde se encarregou de fazer a conferência de encerramento intitulada “Os desafios da Ciência Demográfica em Portugal”¹⁰.

Apesar de em “Demografia e estudos demográficos: uma perspectiva da situação portuguesa”, Gilberta Rocha focar essencialmente as questões mais directamente associadas ao ensino, nomeadamente a nível universitário, e às outras instituições e especialistas que produzem estudos demográficos e que não estão inseridos nas Universidades, não deixou de sublinhar a importância do tema genérico que se propunha tratar. Como então afirmava, «A nossa intervenção pretende trazer para debate um tema que nos tem vindo a preocupar nos últimos tempos e cujo conhecimento e reflexão cremos ser urgente realizar: a génese e o desenvolvimento da

¹ Como advertiam os autores do *Perfil da Investigação Científica em Portugal. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia* antes de proceder à caracterização da investigação em Demografia em Portugal, «[...] há que salientar que muitos dos trabalhos efectuados nesta área científica são classificados como parte de outras disciplinas como a História, Sociologia, Geografia ou Antropologia. Faz parte da história e do perfil da Demografia ser utilizada como ciência instrumental em pesquisas que têm alcance, conteúdos e enquadramentos institucionais noutras áreas científicas.» (Almeida; Bastos; Ferrão e Wall, 1999: 13).

² Como afirma Mário Leston Bandeira, «[...] até à presente data não foi dado um passo essencial à consolidação de um estatuto universitário pleno da Demografia: a criação de um curso universitário de formação inicial nesta área científica.» (Bandeira, 2003: 2).

³ *I Congresso Português de Demografia* (2000), organizado pelo ISCTE/INESLA e realizado em Tróia – Grândola, de 21-23 de Setembro sobre a temática “Estado actual dos conhecimentos e perspectivas”; e o *II Congresso Português de Demografia* (2004), que teve lugar em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, de 27-29 de Setembro, dedicado a “Demografia e População, os novos desafios”, esse já organizado pela Associação Portuguesa de Demografia.

⁴ No *II Congresso Português de Demografia*, a sessão paralela “A Ciência Demográfica” remetia eventualmente para estas questões. Porém, as comunicações que aí foram incluídas revelar-se-iam longe do que nos interessa aqui analisar. Em concreto, as comunicações apresentadas nesta sessão foram as seguintes: “As tecnologias de informação e comunicação no ensino da Demografia”, por Víctor M. T. Rodrigues; “Rede lusófona de Demografia: uma ideia que faz sentido”, por Armindo Miranda; e “Estatísticas Demográficas: Pernambuco 1838-1888, por Heitor Pinto de Moura Filho.

⁵ A situação parece ter-se alterado agora, uma vez que na organização do *III Congresso Português de Demografia* uma das “áreas temáticas” aberta a pedido de comunicações se intitulava “Estudos de População em Portugal” (com coordenação científica a cargo de Maria José Carrilho, do Instituto Nacional de Estatística). Posteriormente, as comunicações recebidas foram organizadas numa sessão paralela intitulada “Autores e estudos demográficos em Portugal” (precisamente aquela onde a apresentação desta comunicação se incluiu).

⁶ Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

⁷ Nesta sessão plenária participaram também Jorge Carvalho Arroiteia, da Universidade de Aveiro, com a comunicação “A população portuguesa: dinâmica e prospectiva”; Ana Alexandra Fernandes, da FCSH/UNL, com a comunicação “Demografia e sociologia: pontes e fronteiras entre áreas científicas”; Elizabeth Millet, da Université Marc Bloch (França), com a comunicação “Comment lire les Observations Naturelles et Politiques de Graunt (1662)?”; e Teresa Rodrigues, João Peixoto e Mário Leston Bandeira, a quem coube fazer o “Balanço do Congresso e Debate Final”.

⁸ Resumo disponível no livro de resumos das comunicações (ISCTE/INESLA, 2000).

⁹ Sessão de Encerramento moderada por João Peixoto e que incluiu também o “Relato das Sessões Plenárias e das Sessões Paralelas”, a cargo de Teresa Rodrigues Veiga.

¹⁰ Lamentavelmente, não se encontra disponível no site da APD o texto, nem tão pouco o resumo da conferência de encerramento apresentada no II CPD.

demografia em Portugal.» (Rocha, 2000: 80). A justificação, essa tinha que ver sobretudo com a necessidade de afirmação da demografia no campo científico, «[...] designadamente a nível universitário, num momento de forte concorrência disciplinar e interdisciplinar; a emergência de novos paradigmas no âmbito das ciências sociais e humanas, nos quais se apela a uma cada vez maior interligação de saberes específicos, com risco de diluição dos respectivos objectivos de estudo; a definição de novas linhas de investigação e respectivas metodologias; a reflexão epistemológica que em cada momento se impõe às várias áreas disciplinares.» (Rocha, 2000: 80)

A corroborar a nossa afirmação inicial, está também o facto de as principais obras editadas em Portugal com uma vocação clara para o ensino e a aprendizagem da demografia (Barata, 1968; Nazareth, 1988, 2000 e 2004; Bandeira, 2004) não incluírem na sua estrutura qualquer capítulo dedicado às questões da emergência e desenvolvimento dos estudos demográficos em Portugal. Destes três autores e professores de demografia apenas o primeiro aborda especificamente a realidade portuguesa no que à história dos estudos demográficos diz respeito. Na “Introdução” à *Introdução à Demografia*, Óscar Soares Barata, ao tratar o tópico “O estudo dos problemas populacionais”, analisa a investigação demográfica desenvolvida (à data) nos EUA, França, Brasil, África, e abre um “parêntesis” para referir a situação portuguesa. Apesar de não identificar o trabalho de nenhum autor em particular, refere-se às entidades que em Portugal promoviam estudos sobre problemas de população, não apenas o Instituto Nacional de Estatística e o Centro de Estudos Demográficos (com uma referência explícita à *Revista do Centro de Estudos Demográficos*), mas também outros organismos públicos com responsabilidades em campos onde a consideração de dados demográficos é essencial.

Neste contexto de relativa invisibilidade a que a história dos estudos de população e da demografia em Portugal tem estado votada¹¹, só muito recentemente encontramos na literatura demográfica um estudo que de uma forma exaustiva e sistemática, e tomando como lente de análise a bibliografia portuguesa, se volta sobre a própria demografia, permitindo com isso «[...] esboçar uma visão global, evolutiva e tendencial dos estudos demográficos produzidos em Portugal ao longo das últimas décadas.» (Baptista, 2007: 544).

Ao traçar o percurso bibliográfico da produção científica demográfica em Portugal, com um enfoque particular a partir dos anos 70 do século XX, Maria Isabel Baptista refere que a produção pós anos 70 se inclui no último de três períodos por que passou essa mesma produção bibliográfica. O primeiro período compreende as premissas no «“fazer” demografia em Portugal» (Baptista, 2007: 540). O contributo de Ricardo Jorge (1858-1939), médico e investigador, é aqui inolvidável, e a obra *Demographia e Hygiene da Cidade do Porto. Clima, População, Mortalidade* (1899) o expoente de um período «marcado sobretudo pela iniciativa de alguns médicos ou estudantes de medicina motivados pelas preocupações higienistas e sanitárias muito próprias da época.» (Baptista, 2007: 540).

O segundo período por que passou a produção científica em demografia engloba o conjunto de estudos que a partir dos anos 40 do século XX se desenvolvem no Centro de Estudos Demográficos na dependência do Instituto Nacional de Estatística. Este organismo viria aliás a centrar durante as décadas seguintes a maior parte da produção científica em demografia (Baptista, 2007)¹², dinamizada a partir de 1945 com a publicação da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*¹³. Segundo Mário Leston Bandeira (2003), a *Revista do Centro de Estudos Demográficos* atingiria mesmo um nível de grande qualidade científica, sobretudo durante os anos 50. António de Almeida Garrett, José Montalvão Machado¹⁴, Joaquim José Pais Morais, António Meliço Silvestre e Nuno Alves Morgado são alguns dos expoentes dessa fase que assinala não apenas a vitalidade do Centro de Estudos Demográficos do INE, como também um crescente interesse pelo estudo e pela investigação demográfica em Portugal (Baptista, 2007).

O terceiro período na evolução da produção científica em demografia tem início a partir dos anos 70 do século XX. É nesta fase que, apesar de o INE continuar a deter o poder sobre a maior parte dos dados estatísticos sobre a população portuguesa, e num contexto de reestruturações para o Centro de Estudos Demográficos e de alguma instabilidade para a sua revista, as universidades assumem, gradualmente, o lugar de maior produtor de estudos demográficos (Baptista, 2007).

¹¹ Uma pequena mas interessante apresentação da Demografia em Portugal, organizada a partir de duas referências principais: os “antecedentes históricos” e os “anos setenta e transformações”, é-nos facultada através do *Perfil da Investigação Científica em Portugal. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia* (Almeida; Bastos; Ferrão e Wall, 1999).

¹² Sublinhe-se “a maior parte da produção científica em demografia”, pois como a autora esclarece, durante os anos 50-60 o Centro de Estudos Políticos e Sociais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (actual Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas) «[...] concorria com o Centro de Estudos Demográficos, através dos trabalhos que eram produzidos no âmbito do seu “Sector de Demografia Ultramarina”, inteiramente financiado pelo governo português.» (Baptista, 2007: 542), destacando-se aqui os nomes, entre outros, de Nuno Alves Morgado e Alexandre Sarmento.

¹³ Actualmente denominada *Revista de Estudos Demográficos*.

¹⁴ António de Almeida Garrett e Montalvão Machado, com os estudos sobre a natalidade, são vistos como «referências clássicas da investigação demográfica em Portugal» (Almeida; Bastos; Ferrão e Wall, 1999: 14).

Ora, o contributo que nos propomos analisar enquadra-se precisamente no segundo dos três períodos enunciados e exige, antes de mais, uma contextualização sobre o porquê de estudar e levar ao *III Congresso Português de Demografia* o contributo de António de Almeida Garrett (1884-1961) para os estudos de população em Portugal. Se outra razão não houvesse, o facto de ter sido, a seu tempo, um curioso, investigador e autor de diversos estudos de população em Portugal, como também o primeiro “editor-chefe” (Baptista, 2007) da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, seriam razões mais que suficientes para dedicar algum tempo ao estudo deste autor.

Mas uma outra razão, de natureza mais pessoal e quase fortuita, nos levou ao encontro de António de Almeida Garrett. Em 2003, quando estávamos empenhados em estudar a fecundidade tardia no Portugal contemporâneo, tomámos contacto com um artigo intitulado «Os Problemas da Natalidade. IV – Capacidade de Reprodução», publicado em 1947 na *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, por António de Almeida Garrett. A verdade é que este artigo revelar-se-ia tão inspirador quanto decisivo para o rumo que a investigação tomaria daí em diante. Em concreto, foi este o excerto que nos chamou particular atenção:

«[...] não é raro observar-se, depois de uma paragem de alguns anos durante os quais a capacidade de gerar como que se extinguiu, renascer na véspera da menopausa, concebendo então a mulher, fruto de despedida da ovulação.» (Garrett, 1947: 58)

A metáfora de uma “despedida da ovulação” foi, na altura, a “chave” que em fase de conclusão da redacção do texto faltava para dar coerência à análise dos dados, de modo particular, para o que então apelidámos de “filhos do adeus”, isto é, aqueles cujo nascimento ocorre na “véspera da menopausa”, como uma “despedida da ovulação”¹⁵.

Procurámos depois conhecer um pouco mais o autor deste artigo. De início sabíamos apenas que entre 1945 e 1955, António de Almeida Garrett, o então Director da Faculdade de Medicina do Porto, publicou na *Revista do Centro de Estudos Demográficos* uma vintena de textos sob o título genérico «Os Problemas da Natalidade». Foi ainda autor de inúmeras publicações no domínio da demografia, e em torno de questões tão diversas como a evolução da população portuguesa, as tendências demográficas do Portugal Metropolitano, a mortalidade geral, a mortalidade infantil urbana, e na cidade do Porto em particular¹⁶.

Neste texto centramo-nos de modo especial sobre o ensaio «Os Problemas da Natalidade», publicado entre 1945 e 1955 na *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Das questões mais directamente relacionadas com a “Natureza e Valores dos Dados Estatísticos”, às questões da “Natalidade Desejável”, António de Almeida Garrett constitui, como veremos, uma porta de entrada não apenas para a história dos estudos de população e da demografia em Portugal, como também para o estudo da própria *Revista do Centro de Estudos Demográficos* e das condições históricas da produção científica a que a demografia, como qualquer outra ciência, está sujeita.

2. «Os Problemas da Natalidade» (1945-1955)

É no número dois da *Revista do Centro de Estudos Demográficos* que António de Almeida Garrett inicia, em 1945, a publicação de um longo ensaio em torno do que então denominou «Os Problemas da Natalidade»¹⁷.

Os artigos, em número de vinte, são precedidos por algumas palavras introdutórias (Garrett, 1945: 29-32), onde o autor contextualiza a importância do estudo da natalidade, ao mesmo tempo que chama a atenção para os sub-temas que lhe são contíguos, não apenas os que estão relacionados com a quantificação do fenómeno em coeficientes, quotas ou taxas específicas, mas também todo o conjunto de tópicos que a natalidade suscita e envolve, desde a procriação, esterilidade, fecundidade, aborto, parto, prematuridade, mortinatalidade, etc., tópicos esses considerados:

¹⁵ O trabalho a que nos referimos constitui a tese de mestrado intitulada *Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo*, apresentada à Universidade de Évora em 2003.

¹⁶ Alguns dos títulos mais directamente relacionados com a demografia e os estudos de população da autoria de António de Almeida Garrett são: *Sobre a mortalidade infantil (até aos 5 anos) na cidade do Porto e os meios de a evitar* (1909); *Tendências demográficas de Portugal Metropolitano* (1940); *Evolução das quotas de mortalidade infantil no Porto e sua significação* (1944); *Estatística demográfica e luta contra a mortalidade infantil* (1952); *Da evolução da mortalidade geral na 1ª metade do século XX* (1953); *Aspectos gerais da evolução demográfica no Portugal metropolitano* (1954); *Acerca da feição evolutiva da população portuguesa* (1959); *Ricardo Jorge e a demografia* (1959).

¹⁷ Na página inicial o ensaio surge intitulado «Dos Problemas da Natalidade». Todavia, tanto no índice dessa mesma edição (1945) como em todos os outros números daí em diante (até 1955), é referido como «Os Problemas da Natalidade», razão pela qual manteremos esta designação.

«[...] factos inerentes à natalidade, devendo entrar no estudo desta, encarado em todas as suas facetas, causas e consequências.»¹⁸ (Garrett, 1945: 32)

O quadro seguinte sintetiza, precisamente, o conjunto de artigos publicados ao longo desses 10 anos¹⁹:

Quadro 1

«Os Problemas da Natalidade» (Garrett, 1945-1955)			
N.º Revista	Ano	Título	pp.
2	1945	Dos problemas da natalidade	29-32
		I. Natureza e valores dos dados estatísticos	33-42
3	1946	II. Esboço histórico	35-51
		III. Fecundidade e natalidade efectivas	52-70
4	1947	IV. Capacidade de reprodução	53-70
		V. Abortamento espontâneo e provocado	71-85
5	1948	VI. Fecundidade matrimonial e restrição voluntária	79-114
6	1949	VII. Natalidade em Portugal e sua evolução	37-55
		VIII. Natalidade regional	56-71
		IX. As gerações inúteis	72-78
7	1950/51	X. Natalidade por sexos e estrutura da população	43-64
		XI. Nupcialidade e natalidade legítima	65-93
		XII. Da natalidade ilegítima	94-103
8	1952/53	XIII. Actualização dos anteriores quadros estatísticos	19-35
		XIV. Posição na Europa da natalidade portuguesa	36-42
		XV. Voltando ao tema “Fecundidade”	43-54
		XVI. Sobre o óptimo da natalidade	55-68
9	1954/55	XVII. A questão do nível de vida	17-36
		XVIII. O caso português	37-57
		XIX. A natalidade desejável	58-63
		XX. Resumo e conclusões	64-68

Fonte: Revista do Centro de Estudos Demográficos, 1945-1955.

No primeiro capítulo, intitulado “Natureza e valores dos dados estatísticos”, António de Almeida Garrett debate um conjunto de questões preliminares ao estudo da natalidade, designadamente as que respeitam à natureza e valor dos dados estatísticos. Organizando o raciocínio em torno dos temas “nados-vivos”, “nados-mortos” e “valores de população utilizados na base”, o autor tece considerações sobre as fontes de dados disponíveis (religiosas e civis), com particular atenção para o “antes” e o “depois” da instauração do registo civil obrigatório (Decreto de 28 de Novembro de 1878), e ocupa-se detalhadamente sobre a avaliação da fidedignidade dos dados, tanto nos processos de recolha como de registo.

No segundo capítulo, a que dá o título de “Esboço histórico”, faz uma interessante resenha histórica onde sustenta a ideia de como os problemas da natalidade têm uma longa história que sempre interessou aos homens de pensamento e de governo, isto é, tanto a filósofos como a políticos. Para o efeito, e desde a Antiguidade Clássica, passando pelo Cristianismo, Idade Média, Renascença e Iluminismo, apresenta exemplos de prescrições governativas e religiosas, do pensamento de filósofos, usos e costumes, bem como da moralidade sexual em tempos e lugares distintos. Desemboca, depois, na estreita relação que nos séculos XVIII e XIX se

¹⁸ Na transcrição deste como de outros excertos foram efectuadas as mínimas mas necessárias adaptações ortográficas para o presente. Assim, e a título de exemplo, “tôdas” foi substituído por “todas”, “conseqüentes” por “consequentes”, “êsses” por “esses”, “sôbre” por “sobre”, etc.

¹⁹ Os artigos, bem como todo o conteúdo da revista, estão disponíveis em texto integral no Arquivo Digital da Biblioteca Digital do INE, a partir do seu Portal (<http://www.ine.pt>).

estabelece entre os problemas da natalidade – e por conseguinte da população – e a economia política, e termina com referência à assistência à mulher no acto do parto em diversos países da Europa e também em Portugal.

Os capítulos III, IV, V e VI tratam, respectivamente, da “Fecundidade e natalidade efectivas”, “Capacidade de reprodução”, “Abortamento espontâneo e provocado” e “Fecundidade matrimonial e restrição voluntária”, e neles aborda as capacidades efectivas de procriação, isto é, as que têm que ver com a capacidade reprodutora da população (“biológica” ou “natural”), ponto de partida sobre o qual há que considerar os diversos factores que influem em tal capacidade, tanto os individuais como os sociais. A fechar este capítulo, reconhece na restrição voluntária da procriação o papel decisivo na compreensão do complexo *puzzle* que constitui a conjugação entre “normalidade fisiológica” e natalidade “efectiva”.

Até aqui procurou António de Almeida Garrett avaliar as possibilidades fisiológicas da reprodução e compará-las com a realidade traduzida pelos números das tabelas estatísticas. Para a frente, tratará da natalidade “real” com a análise exaustiva dos dados estatísticos oficiais disponíveis até ao momento. Os oito capítulos que se seguem, publicados entre 1949 e 1952/53, são dedicados à natalidade em Portugal e à sua evolução desde o final do século XIX (1886) até meados do século XX (1946-48).

Neste conjunto de capítulos, os primeiros três, intitulados “Natalidade em Portugal e sua evolução”, “Natalidade regional” e “As gerações inúteis” ocupam-se, como os próprios títulos indicam, dos aspectos gerais da natalidade em Portugal, seu volume e sua evolução. Neles começa por analisar globalmente os valores e respectiva evolução da natalidade efectiva, mortinatalidade e natalidade global, prosseguindo depois com um *zoom* para iluminar a pormenorização regional das cifras da natalidade. Debruça-se igualmente sobre as “gerações inúteis”, isto é, as que dão nados-mortos, mas também as que dão nados-vivos de precária vitalidade. Os capítulos seguintes avançam para o domínio de alguns aspectos parciais: o primeiro está relacionado com a natalidade por sexos e estrutura da população (X), depois a nupcialidade e natalidade legítima (XI), e por fim um capítulo dedicado à natalidade ilegítima (XII).

O conjunto de artigos dedicados à análise dos dados termina com uma “Actualização dos anteriores quadros estatísticos” (XIII), justificada segundo o autor pela necessidade de corrigir os valores do decénio 1941-50, tendo em conta o desfasamento temporal que medeia entre o início da publicação do ensaio (1945) e o momento presente, em que passa a dispor dos dados do Recenseamento da População de 1950. O último destes capítulos é dedicado à análise da “Posição na Europa da natalidade portuguesa” (XIV) onde, e como o próprio título indicia, o autor contextualiza a natalidade portuguesa no conjunto dos restantes países europeus.

No XV capítulo regressa ao tema “Fecundidade” para tornar mais claros os principais conceitos até então utilizados e actualizar alguns dados, e inicia em seguida um conjunto de quatro artigos onde desenvolve um debate em torno do super e subpovoamento e do “ótimo populacional”. No capítulo XVI, intitulado “Sobre o óptimo da natalidade”, inspirado no pensamento de vários autores reflecte também ele próprio sobre onde radicará o óptimo de uma população e, por conseguinte, da própria natalidade, e as relações que daí se estabelecem com a riqueza de um país. Prossegue com um capítulo dedicado a “A questão do nível de vida”, depois especificado para o caso português (XVIII), e conclui com considerações sobre “A natalidade desejável” no capítulo XIX. Para António de Almeida Garrett, a questão do nível de vida parece central para equilibrar os pratos da balança nos argumentos dirimidos entre os que advogam a protecção da natalidade e os que julgam necessária a sua limitação, por isso dedica tanto esforço à definição do conceito, às suas determinantes e à situação portuguesa nessa matéria.

Em “Resumo e conclusões”, o vigésimo e último capítulo, o ensaio termina com um conjunto de três reflexões que são, ao mesmo tempo, três preocupações do autor em torno da natalidade, designadamente com (1) a descida das taxas de natalidade, (2) a elevada proporção de gestações inúteis, e (3) a preocupação com a estabilidade das taxas de nupcialidade e como o seu incremento seria “vantajoso” para “combater” a natalidade ilegítima. Como afirma,

«[...] dos quadros estatísticos em que assentam as verificações efectuadas decorrem reflexões tendentes a esclarecer o objectivo visado, que vão enunciar-se, resumidamente:

Em primeiro lugar, a de que a descida das quotas de natalidade só há uns três decénios de iniciou, e se continuar em linha degressiva, no ritmo observado nos países que muito antes a iniciaram, caminharíamos para uma situação de muito baixas quotas de nascença. Mas o carácter da nossa gente, o ambiente social, não levam a prever tão avultada quebra, sendo porém natural que a quota desça para a altura dos 20 nados-vivos por cada mil habitantes.

Continua a ser elevada a proporção das gestações inúteis, por darem nados-mortos ou débeis congénitos, o que indica necessidade de luta contra este facto deplorável.

A nupcialidade mantém um nível, sem grandes oscilações, há muito verificado. Seria vantajoso o seu incremento, para maior estabilidade social e por contribuir para a diminuição da taxa da natalidade ilegítima, que se mantém elevada, o que é um mal a combater com maior energia que a até agora despendida.» (XX, 1954/55: 66/67)

Particularmente interessantes, sobretudo a primeira e a terceira pela permeabilidade das expectativas perante a evolução demográfica ao posicionamento pessoal do autor, estas conclusões chamam a atenção para a importância de relacionar a história da demografia com as condições históricas da produção científica. Reiterando as palavras de Gilberta Rocha no *I Congresso Português de Demografia*, «Consideramos que é fundamental conhecer os aspectos essenciais da História da Demografia e das condições históricas da produção científica, ou seja, das condições históricas do desenvolvimento dos estudos demográficos, sem negligenciar o próprio pensamento demográfico. Ou seja, o entendimento que em cada época e lugar se tem da população, da sua evolução e distribuição, e da importância que é dada às variáveis responsáveis pela dinâmica populacional, facto que não deve ser alheio ao próprio enfoque que sustenta os estudos de âmbito demográfico.» (Rocha, 2000: 80).

3. Os “Problemas da Natalidade”: o poder da estatística e a estatística do poder

Globalmente, a leitura do ensaio «Os Problemas da Natalidade», publicado na *Revista do Centro de Estudos Demográficos* entre 1945-1955, obriga a reconhecer nele um projecto científico válido, coerente e, a seu tempo, actual para o estudo dos problemas da natalidade. Neste «estudo seriado da natalidade» (IV, 1947: 70), como lhe chama o autor, os capítulos seguem um fio lógico que tem início com as questões preliminares relacionadas com a natureza e valores dos dados estatísticos, passa depois ao esboço histórico sobre o estudo da temática, às questões que interferem com a capacidade de procriação, ao estudo do fenómeno mediante a análise dos valores disponíveis e, por fim, às conclusões. De forma transversal, recorre em todo este empreendimento a fontes várias, quer documentais, quer estatísticas, e procede, não raro, a ensaios comparativos, tanto no tempo quanto no espaço nacional ou europeu. Sem nunca perder o rigor científico, a sua escrita é clara e fluente, aproximando o autor/especialista do leitor/leigo. Como refere a determinada altura,

«[...] este pequeno ensaio se destina, não a técnicos da estatística demográfica, mas ao leitor comum» (XV, 1952/53: 43)

Não opta, por isso, pela demonstração matemática. A razão, também a expõe:

«Repito: não escrevo para técnicos de estatística demográfica, mas para o leitor comum, no intuito de despertar interesse pelos assuntos referentes à população portuguesa e especialmente ao da sua fonte – a natalidade. Para que os números sejam facilmente compreendidos por esse leitor é preciso que sejam simples, representativos de relações claras, e se fuja à exposição de fórmulas matemáticas, que poucos entendem.» (XV, 1952/53: 45)

Para além das fontes estatísticas, e não apenas as portuguesas, como por exemplo o *Annuaire Statistique de la Société des Nations, 1942/44* (Genève, 1945), António de Almeida Garrett apoia-se ao longo do ensaio numa bibliografia extensa e variada. Entre títulos clássicos e contemporâneos, recorre a enciclopédias, dicionários, revistas científicas e actas de congressos, sem deixar de citar, no domínio da literatura especializada, o que de mais recente se publicava no domínio da demografia, como A. Sauvy (1943), A. Landry (1949) ou L. Henry (1952).

Especificamente, podemos dizer que no essencial se mantém actuais os três aspectos que nas palavras introdutórias ao ensaio António de Almeida Garrett enunciava²⁰. Um primeiro aspecto relacionava-se com a diversidade de temas contíguos ao “problema da natalidade” a que, e bem, se referia António de Almeida Garrett, e a importância da multidisciplinaridade na sua abordagem, descrição e compreensão:

«É vulgar ouvir-se falar no problema da natalidade. Na realidade não há um só problema, porque há múltiplos problemas, embora todos relacionados entre si. Neste trabalho procurei versá-los, não apenas com o carácter estritamente de demografia estatística, mas utilizando, para o completar, corrigir ou explicar, todos os elementos, de várias ordens e proveniência, que pude obter.» (Garrett, 1945: 32)

De facto, reconhecem-se hoje, mais que nunca, esses múltiplos problemas da natalidade e a necessidade de convocar para a sua compreensão as várias ciências que não apenas a demografia. A natalidade é, indubitavelmente, um tema que cruza saberes, áreas disciplinares e esferas profissionais, desde a biologia, genética, economia, sociologia ou a psicologia à medicina, política ou religião.

Um segundo aspecto referido por António de Almeida Garrett tinha que ver com a validade dos dados estatísticos. Interrogava-se o autor se:

²⁰ Para efeitos de exposição e síntese alterámos a ordem por que tais aspectos são enunciados no ensaio.

«Poderemos tomar as cifras resultantes dos cálculos estatísticos (mesmo com correcções aperfeiçoadoras) como expressão fiel dos fenómenos respectivos?»

A primeira condição para que os coeficientes sejam dignos de crédito é de serem genuínos, verdadeiros, os dados numéricos que serviram para os estabelecer. Eles só serão inteiramente aceitáveis quando essa condição for plenamente cumprida. Acontecerá sempre assim, no tocante à natalidade?» (Garrett, 1945: 32)

A este propósito, é de salientar a constante preocupação que António de Almeida Garrett evidencia para com a crítica das fontes utilizadas, como bem exemplifica a inventariação pormenorizada das possíveis fontes de erro na recolha e registo dos dados relativos aos nascimentos (I. "Natureza e valores dos dados estatísticos", pp. 33-42). De uma forma muito detalhada, e relativamente aos nados-vivos, reflecte sobre o papel que desempenham ou podem desempenhar em determinados momentos e lugares questões como o não registo dos nascimentos, os erros na identificação do sexo, as imprecisões relacionadas com as datas de nascimento e as datas de baptizados, as sobreposições entre o calendário natalício e o calendário baptismal; sobre os nados-mortos, detém-se sobre as circunstâncias da classificação e especificações de terminologia, os abortos e partos prematuros, as omissões voluntárias, falhas no registo, condicionamento dos registos às lacunas, imprecisões e classificações nosológicas; e relativamente aos valores de população utilizados na base dos cálculos (v.g. Censos), ocupa-se também sobre a sua validade enquanto referência de base para os cálculos efectuados. Ainda a este propósito, inclui também no ensaio uma nota comparativa sobre o confronto e a recolha de dados, concluindo sobre as diferenças de critério na elaboração dos censos e dos róis de nascimentos nos apuramentos estatísticos dos diversos países, o que dificulta em alguns casos e inviabiliza em outros, as comparações entre países. Em suma, e como sintetiza no excerto seguinte, é muito patente em todo o discurso a necessidade e importância de sujeitar à crítica quanto à sua exactidão os dados oficiais utilizados para os apuramentos estatísticos:

«Com segurança para uns elementos, com reserva para outros, temos de trabalhar os dados estatísticos, por forma a que as deduções que tiremos das suas conjugações tenham fundamento sério. As conclusões simplistas, assentes em cifras cotejadas sem escrúpulo na avaliação dos elementos em que se baseiam, levam a conceitos errados, com a ilusória aparência de exactidão matemática...» (I, 1945: 42)

Finalmente, o terceiro aspecto referido por António de Almeida Garrett no início do ensaio prendia-se com o passo seguinte à recolha dos dados e à elaboração dos cálculos, isto é, a interpretação dos valores, e o modo como tal interpretação é sempre eivada pelas "circunstâncias, de ordem moral e social, que escapam à avaliação estatística":

«[...] se os números falam com verdade, a sua interpretação é cheia de dificuldades, porque nesta matéria há uma série de circunstâncias, de ordem moral e social, que escapam à avaliação estatística. Isto dá-se tanto na investigação das causas dos fenómenos estudados, como na apreciação das suas consequências, que depende do ponto de vista em que se coloca o apreciador. Intervém nos resultados, simultaneamente, a natureza dos elementos de informação com que se joga e o pensamento do que deduz. Por isso, sobre a questão da natalidade tem divergido muitos os conceitos e as opiniões.» (Garrett, 1945: 32)

Porém, também António de Almeida Garrett não fugiu a tais circunstâncias. Se é certo que este seu trabalho se pauta, grosso modo, pelo rigor e objectividade próprias da demografia, não é menos certo que encontramos, sobretudo no capítulo XII "Da natalidade ilegítima" e XIX "A natalidade desejável", marcas visíveis desse "ponto de vista em que se coloca o apreciador", de que fala neste excerto e onde intervém, simultaneamente, "a natureza dos elementos de informação com que se joga e o pensamento do que deduz". Os exemplos mais notórios são os que se relacionam com as questões da natalidade ilegítima, ante a qual o autor advoga as virtualidades da nupcialidade e da natalidade legítima. O excerto seguinte, a propósito da natalidade ilegítima, é peremptório no que à orientação do autor diz respeito:

«O interesse de este aspecto [natalidade ilegítima] é evidente. A natalidade ilegítima representa um cancro social, de nefastas consequências demográficas.» (XII, 1950/51: 94)

Quanto ao argumento, esse desenvolve-o mais tarde ao analisar o peso das taxas de ilegitimidade em Lisboa e Porto com as do resto do país, e ao concluir sobre como as taxas de ilegitimidade quase sistematicamente duplicam nessas duas cidades as do resto do território metropolitano:

«Contribuem para a desproporção vários factores inerentes à vida citadina: maior número de homens desocupados, sem trabalho que lhes absorva energias e tempo; maior número de mulheres sujeitas a fácil sedução, especialmente nas serviçais; maiores apetites de diversões e ânsia de luxo pelo contágio dos ricos, que incita à prostituição, etc., etc.

Há que contar com tudo isto. É um mal difícil de combater. A ele se deve também a menor natalidade legítima, em função das casadas, indicada no precedente capítulo. A acção dissolvente das cidades opera estes fenómenos demográficos, que a traduzem numericamente, por forma mais clara que a impressão colhida pela simples observação dos factos da vida quotidiana.» (XII, 1950/51: 97)

A evolução positiva da nupcialidade e da natalidade legítima é, no entender de António de Almeida Garrett, o meio de combater a natalidade ilegítima, “manter a vitalidade da população”, “a renovação da sua gente”, e a “própria existência como povo autónomo”. Como afirma:

«[...] acentue-se que, para qualquer país, o interesse de manter a vitalidade da sua população, a renovação da sua gente por uma natalidade suficientemente alta, fazendo erguer a curva descendente dos índices de natalidade, é fundamental para a sua própria existência como povo autónomo. A subsistência das nações da Europa, e consequentemente da civilização que é seu apanágio, não será possível sem essa evolução nos fenómenos demográficos da nupcialidade e da natalidade legítima.

Sem ela, inevitavelmente, irão enfraquecendo demograficamente, empobrecendo-se em elementos humanos, qualidades de carácter e meios económicos, e serão subvertidos, moral e materialmente, pelos povos orientais, prolíficos e agressivos; e a teoria de que as civilizações nascem, tem a sua fase de apogeu e acabam por degenerar e morrer, terá a sua terrível confirmação.» (XVI, 1952/53: 67)

Confrontado com a queda das taxas de natalidade que já se fazia sentir, alimenta um optimismo natalista ancorado no “carácter da nossa gente” e no “grande amor da família e da sua prole”:

«Até onde poderá levar a progressiva descida das quotas de natalidade, repito, é coisa imprevisível, com segurança. Mas o carácter da nossa gente, o amor da família e da sua prole, que é grande e (creio-o bem) continuará no sentimento de grande parte da população, não torna aceitável a hipótese de Portugal vir a apresentar aquelas taxas baixíssimas dos países neo-malthusianistas, na Europa representados principalmente pela Grã-Bretanha. Parece-me que a descida parará na altura dos 20 nados-vivos por mil habitantes, décimas acima ou abaixo; e talvez não chegue a tanto.» (XIX, 1954/55: 60-61)

E admitindo já uma redução no número de nascimentos mostra-se, apesar disso, contrário a uma política natalista, considerando que perante os “perigos” de uma política neo-malthusianista, bastará que “sem medidas propulsoras”, se impeçam as propagandas da limitação da natalidade para que os valores não baixem ainda mais:

«Suponhamos que venha a ser esse o nível natalício. Como a mortalidade tem decidida tendência para descer, é lógico admitir que nessa altura ande pela casa dos 9, quando muito dos 10. E como a população, dentro de uma dúzia de anos, deve ultrapassar largamente os 10 milhões de habitantes, o saldo fisiológico será de cerca de 100.000 vidas por ano, isto é, aproximadamente a cifra do actual.

Por esta conjectura se verifica não ser necessária entre nós uma política natalista. Mas também seria perigosa uma política neo-malthusianista, porque com ela as quotas da nascença desceriam a nível que mal garantiriam a subsistência da colectividade nacional, impediriam o seu progresso, levariam a futura decadência. Sem medidas propulsoras, apenas impedindo as propagandas da limitação da natalidade, esta será contida dentro de razoáveis limites, pelo livre jogo dos costumes, das circunstâncias da vida actual, pouco propícias, pela necessidade do emprego da mulher e pelo crescer das necessidades de gastos, às grandes proles, vulgares noutras épocas, as anteriores à industrialização e suas consequências.» (XIX, 1954/55: 61)

Defende, outrossim, uma protecção especial às famílias numerosas, essa “gente remediada ou mais que remediada, e de sã moral como a abundância de prole o mostra”:

«Há quem opine não dever-se subsídio (salvo no caso de grande pobreza, a entrar no campo da assistência geral) aos pais de filho único. Em regra são casos de egoísmo, sem justificação económica válida. Talvez tenham razão os que assim raciocinam.

O que é plenamente justificável é a protecção, preferencial, às famílias numerosas. Pertencem geralmente à gente remediada ou mais que remediada, e de sã moral como a abundância de prole o mostra. São as que dão à colectividade, não só mais elementos, mas de melhor qualidade. Merecem especial galardão.» (XIX, 1954/55: 62)

É portanto no que à política natalista diz respeito que António de Almeida Garrett despe a bata de cientista e veste o fato de político (ou de cientista comprometido com a política (?)), assumindo-se no combate à natalidade ilegítima, combate esse que alicerça na defesa da nupcialidade e da natalidade legítima, no optimismo relacionado com “o carácter do povo português”, caracterizado pelo amor à família e à sua prole, no impedimento das propagandas de limitação da natalidade, e no apoio especial às famílias numerosas. O excerto seguinte sintetiza bem a sua ideia global:

«Pretendo que o Estado deve intervir o menos possível na vida íntima dos cidadãos, e portanto não deve seguir uma política activamente natalista. Mas cabe-lhe ser activamente opositor ao neo-malthusianismo, não consentindo a sua propaganda pública e consequentemente a aquisição fácil de procedimentos destinados a combater as gestações. Que cada casal tenha muitos ou poucos filhos é com ele; não se pode forçar, por medidas legislativas, a vontade de

cada qual. Mas que se reconheça, ajude e dignifique o casal que cumpre o seu dever para com a moralidade matrimonial e para com a Pátria a quem dá os homens do futuro.

A isso deverá limitar-se a política natalista, pugnando por uma boa natalidade, a natalidade legítima, e das famílias mais sãs. O combate à natalidade ilegítima, mal social que deve reduzir-se ao mínimo possível, esse exige outras providências e acções, desde o incitamento à matrimonialidade até à responsabilidade do gerador pelo sustento e educação do filho natural.» (XIX, 1954/55: 62/63)

Significa isto que este ensaio, e sobretudo a última parte, não pode, obviamente, ser lida à margem das condições históricas de produção do conhecimento científico, condições essas marcadas por um cenário demográfico em que apesar de Portugal deter, no contexto dos países europeus, elevadas taxas de natalidade e de fecundidade, estas começavam já a decair; um cenário político e legislativo onde os nascimentos fora do casamento constituíam uma natalidade não apenas “ilegítima” como também um “cancro social”; e a própria existência da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. Ora, o facto de este ensaio terminar da forma como termina, de fazer seguir à análise “objectiva” dos dados, a sua “avaliação” e “preconização de soluções” obriga-nos a olhar para a *Revista do Centro de Estudos Demográficos* não apenas como um veículo de transmissão do “poder da estatística”, isto é, um instrumento que nos permite conhecer a realidade, mas também d’“a estatística do poder”, ou seja, espelho e reflexo das cumplicidades entre estatística e política, e de uma política em particular.

Recuemos, a este propósito, às origens da *Revista do Centro de Estudos Demográficos*. É na sequência da missão atribuída ao Centro de Estudos Demográficos, ao qual competia²¹ «o estudo dos problemas da população e nomeadamente os relativos à demografia, à higiene e à vida social e económica.» (Garrett, 1945: 7), que em 1945 surge a *Revista do Centro de Estudos Demográficos*²². O seu objectivo, tal como o enuncia António de Almeida Garrett, é muito simples e claro. A revista, de publicação anual, deverá ser um instrumento:

«[...] por meio do qual se opere a divulgação dos referidos estudos, servindo ao mesmo tempo para estimular a produção de trabalhos que possam vir à luz nas suas páginas.» (Garrett, 1945: 7)²³

Nas “Palavras de Apresentação”, datadas de 15 de Junho de 1945, o Director, António de Almeida Garrett, escrevia:

«A índole desta revista corresponde, pois, à esfera de actividades do Centro. Esta, dentro da citada orientação superior, não se limita aos estudos de demografia pura, ou seja à avaliação numérica dos caracteres estáticos e dinâmicos dos agrupamentos que constituem o povo português; entendeu-se que os elementos estatísticos não deviam considerar-se somente em si, no cotejo do passado e do presente, e consequentes possíveis previsões, mas que deviam relacionar-se com os diversos aspectos, materiais e morais, económicos e sanitários, da vida colectiva. Assim, o âmbito se alarga até aos confins do que é matéria, própria e exclusiva, da higiene pública, da economia política e da sociologia. Ultrapassar esses limites seria invadir campos alheios, desvirtuando a missão que lhe foi entregue; mas só alcançando-os, tocando-os, se dará a tais estudos o interesse nacional que deve ser o seu principal objectivo.» (Garrett, 1945: 7)

Mas a *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, e o próprio centro de onde emana, não constituíam, à data, instrumentos de investigação pura. No discurso do então Ministro das Finanças – João Pinto Costa Leite – na sessão inaugural dos centros de estudos económicos e demográficos²⁴, o Ministro era claro. Por um lado, afirmava,

«é em relação aos fenómenos económicos e da população que os serviços do Instituto se acham, talvez, mais desenvolvidos e oferecem, portanto, mais vastas possibilidades de aproveitamento» (Leite, 1945: 11)

Mas, por outro lado, para além das possibilidades de acção para a aplicação da estatística no domínio da economia e da demografia, um outro motivo, de natureza pragmática, assumia protagonismo nas palavras do Ministro:

²¹ Nos termos da Portaria 10619 (de 11 de Março de 1944), em efectivação do enunciado no Decreto-lei n.º 33274 (de 24 de Novembro de 1943).

²² Para um conhecimento mais aprofundado sobre a *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, vd. a comunicação de Maria José Carrilho no *III Congresso Português de Demografia*, intitulada «Os Estudos da População em Portugal: contributo da Revista de Estudos Demográficos e do INE».

²³ Os temas para publicação na revista foram organizados da seguinte forma: I – Problemas qualitativos da população; II – Geo-demografia, Migrações, Urbanismo; III – Movimento fisiológico da população; IV – Demografia Sanitária; V – Problemas demográfico-sociais; VI – Metodologia da estatística demográfica. Para além dos artigos originais, em cada número seguiam também resumos de trabalhos publicados em Portugal ou relativos a assuntos portugueses, fichas bibliográficas de estudos estrangeiros considerados de valia, indicações relativas a legislação de interesse demográfico e ainda notas várias consideradas de utilidade para os leitores.

²⁴ Discurso publicado no n.º1 da *Revista do Centro de Estudos Demográficos* (1945).

“É que o estudo e esclarecimento dessas duas ordens de problemas representam instantes necessidades nacionais no momento em que as condições de vida dos povos sofrem uma transformação profunda, as doutrinas uma revisão activa, e os próprios ideais prosseguidos pelos homens passam transes de crise.» (Leite, 1945: 11)

Quase a terminar o seu discurso, o Ministro Costa Leite enfatizava com estas palavras a importância e, sobretudo, a “utilidade” de uma cumplicidade estreita entre estatística e política:

«Impõe-se, assim, para uma boa defesa dos interesses da nação através de uma política esclarecida, o maior e melhor esforço no conhecimento dos problemas, na avaliação de necessidades, na análise dos fenómenos, na investigação das suas causas, na preconização de soluções.

Os centros que agora se criam não são pois puros órgãos de investigação teórica. Devem, pelo contrário, constituir núcleos de estudo dos problemas concretos da vida nacional nos sectores que abrangem, e ser, portanto, elementos úteis à orientação da política económica e da política demográfica a seguir.

Isto não exclui, antes supõe, que sejam estudados e cultivados os problemas da ciência pura, mas devem sê-lo com vista na missão concreta que destes organismos se espera: conhecimento cientificamente esclarecido da vida económica e demográfica portuguesa para conveniente resolução das questões que lhes respeitam.» (Leite, 1945: 12)

De tudo o que ficou exposto se conclui que este ensaio não apenas constitui um projecto científico válido para o estudo da natalidade no seu tempo, e que mantém ainda actualidade, como representa também um exemplo paradigmático de uma demografia fortemente marcada pelas condições históricas da produção científica. Compreender as determinantes de tais condições, bem como o seu papel no e para o desenvolvimento dos estudos demográficos, e do próprio pensamento demográfico expresso no trabalho deste e de outros autores, é tarefa imperiosa numa ainda por fazer história da demografia em Portugal.

4. Referências Bibliográficas

Almeida, Ana Nunes de; Bastos, Cristiana; Ferrão, João; e Wall, Karin (1999), *Perfil da Investigação Científica em Portugal. Antropologia, Demografia, Geografia e Sociologia*. s.l.: MCT/FCT/Observatório das Ciências e das Tecnologias.

APD (2004), *II Congresso Português de Demografia: Demografia e população, os novos desafios – Textos*, Lisboa/Fundação Calouste Gulbenkian, 27 a 29 de Setembro de 2004 [Disponível em URL: <http://www.apdemografia.pt/congresso.HTM>, consulta a 18-09-2008].

Bäckström, Barbara (2001), *Demografia: Caderno de Apoio*, Lisboa: Universidade Aberta.

Bandeira, Mário Leston (2003), «A demografia, ciência ‘selvagem’?», in *Demografia & Dinâmicas – Boletim da Associação Portuguesa de Demografia*, 4, Lisboa: APD: pp. 1-3 [Disponível em URL: <http://www.apdemografia.pt/pdf/Boletim4.pdf>, consulta a 18-09-2008].

Bandeira, Mário Leston (2004), *Demografia: Objecto, Teorias e Métodos*, Lisboa: Escolar Editora.

Baptista, Maria Isabel Rodrigues (2007), «A demografia em Portugal: um percurso bibliográfico», in *Análise Social*, vol. XLII (183): pp. 539-579.

Barata, Óscar Soares (1968), *Introdução à Demografia*, Lisboa: ISCSPU – Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina da UTL.

Costa, Rosalina (2003), *Filhos do Adeus. (Des)sincronização familiar e fecundidade depois dos 40 anos no Portugal contemporâneo*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Área de Especialização “Família e População”, Évora: Universidade de Évora [texto policopiado]

Fortuna, Carlos (1981), «Para uma Sociologia da População – um comentário à demografia», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6: pp. 87-111.

Garrett, António de Almeida (1945), «Palavras de apresentação», in *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 1, Lisboa: INE: pp. 7-8.

Garrett, António de Almeida (1945-1955), «Os Problemas da Natalidade», *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 2, 1945: pp. 29-42; 3, 1946: pp. 35-70; 4, 1947: pp. 53-85; 5, 1948: pp. 79-114; 6, 1949: pp. 37-78; 7, 1950/51: pp. 43-103; 8, 1952/53: pp. 19-68; 9, 1954/55: pp. 17-68, Lisboa: INE.

ISCTE/INESLA [org.] (2000), *I Congresso Português de Demografia: Estado actual dos conhecimentos e perspectivas — Resumos das comunicações* (Tróia – Grândola, 21-23 de Setembro), Grândola: ISCTE/INESLA.

Leite, João Pinto Costa (1945), «Discurso de S. Ex.^a o Ministro das Finanças na Sessão Inaugural dos Centros de Estudo», in *Revista de Estudos Demográficos*, 1, Lisboa: INE: pp. 9-14.

Nazareth, J. Manuel (1985), «A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação», in *Análise Social*, vol. XXI (87-88-89): pp. 963-980.

Nazareth, J. Manuel (1988), *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Lisboa: Editorial Presença.

Nazareth, J. Manuel (2000), *Introdução à Demografia: Teoria e Prática*, Lisboa: Presença.

Nazareth, J. Manuel (2004), *Demografia: a Ciência da População*, Lisboa: Presença.

Pinto, Maria Luís Rocha e Rodrigues, Teresa (1996), «Natalidade e Fecundidade», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito [dir.], *Dicionário de História do Estado Novo*, Venda Nova: Bertrand Editora: pp. 657-658.

Rocha, Gilberta (2000), «Demografia e estudos demográficos: uma perspectiva da situação portuguesa – Resumo», in ISCTE/INESLA [org.], *I Congresso Português de Demografia: Estado actual dos conhecimentos e perspectivas — Resumos das comunicações* (Tróia – Grândola, 21-23 de Setembro), Grândola: ISCTE/INESLA: p. 80.



O impacto de diferentes cenários migratórios no envelhecimento demográfico em Portugal, 2009-2060

Authors: Maria da Graça Magalhães and João Peixoto

Statistics Portugal; ISEG, Technical University of Lisbon

Email: mgraca.magalhaes@ine.pt and jpeixoto@iseg.utl.pt

Abstract:

Since the late 1990s, several studies addressed the future of the European population and the role that international migration can play in offsetting population decline and slowing down ageing. These studies have been produced for several European contexts, including the Southern European one, where the pace of ageing has been faster than the average. In a context of population ageing, the impact of the migratory flows in the Portuguese demographic structure is also a non-negligible element to consider. Despite the difficulties associated with the forecast of the migration component, due to the volatility of the international migratory flows, as well as to the shortcomings of the available databases, the main goal of this study is to evaluate the impact of different migratory scenarios in the expected population structure in Portugal (for the period 2009-2060, based on the cohort component method, with only one scenario for mortality and fertility).

Key-words: Migration, ageing, population projections.

Resumo:

A evolução demográfica da população europeia e o papel que as migrações internacionais podem desempenhar nos fenómenos do declínio e envelhecimento demográficos têm sido objecto de estudo, particularmente nos anos mais recentes. No contexto de envelhecimento demográfico, onde a esperança média de vida à nascença tem vindo a aumentar e não se prevê que os níveis de fecundidade possam recuperar para valores próximos dos necessários para assegurar a substituição das gerações, o impacto dos fluxos migratórios na estrutura populacional de Portugal constitui um elemento não negligenciável. Apesar da dificuldade associada

“The impact of different migratory scenarios in the demographic ageing in Portugal, 2009-2060”

¹ This paper was prepared for the European Population Conference 2008 in Barcelona, 9-12 July.

The views expressed in the current paper are purely those of the authors.

à previsão da componente migrações, associada não apenas à volatilidade do comportamento dos fluxos migratórios internacionais, como também à fragilidade da informação e reduzida cobertura do fenómeno nas bases de dados disponíveis, o objectivo do estudo a que nos propomos centra-se na análise do impacto de diferentes cenários migratórios na evolução da estrutura populacional em Portugal (para o período 2009-2060, com base no método das componentes, utilizando apenas um cenário para a mortalidade e fecundidade).

Palavras-chave: Migrações, envelhecimento demográfico, projecções de população.

1. Introduction: the future of European population and the role of international migration

Studies about the future of the European population and the role of immigration have been growing recently.

Some of its conclusions:

- Increasing role of immigration to explain the European demographic dynamics
- In the past (after WW2), immigration reinforced the positive total growth and diminished the pace of ageing (Haug et al., 2002)
- In the future (next 50 years), current trends suggest that its volume will increase but it will not avoid the structural trend for stabilization/decline of the total population and for ageing (Bijak et al, 2007 e Lutz e Scherbov, 2006)
- Some of the arguments: suggest that immigration is responsible for the “third demographic transition” – the change in the ethnic profile of European populations.

2. The Portuguese case: the increasing importance of immigration in demographic growth

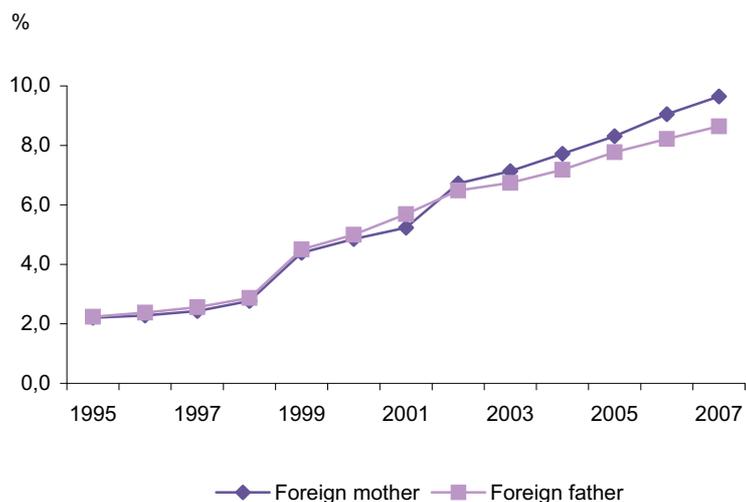
Recent studies on demography and immigration in Portugal (Rosa, 2001; Peixoto et al., 2002; Rosa et al., 2004; Peixoto, forthcoming) have examined the increasing importance of immigration in demographic growth.

Main arguments:

- The Portuguese demographic situation is similar to the one of many other European countries, including the Southern European ones: stabilization of total population and rapid ageing. Demographic projections indicate a possible decline at the medium-term and growing ageing.
- Immigration, particularly foreign immigrants, has played an increasing role in the Portuguese demographic dynamics:
 - The proportion of foreign immigrants in live births and marriages is increasing fast, and it is today next or higher than 10% (see Graphs)
 - The proportion among deaths is much lesser, due to the age selectivity of migration
 - In short, a large part of natural increase in Portugal has currently to do with foreign populations.
- The main variable explaining the overall Portuguese demographic growth is, since long ago, international migration. The main novelty is the turnaround from emigration to immigration (although the former is far from ceasing completely).

Figura 1

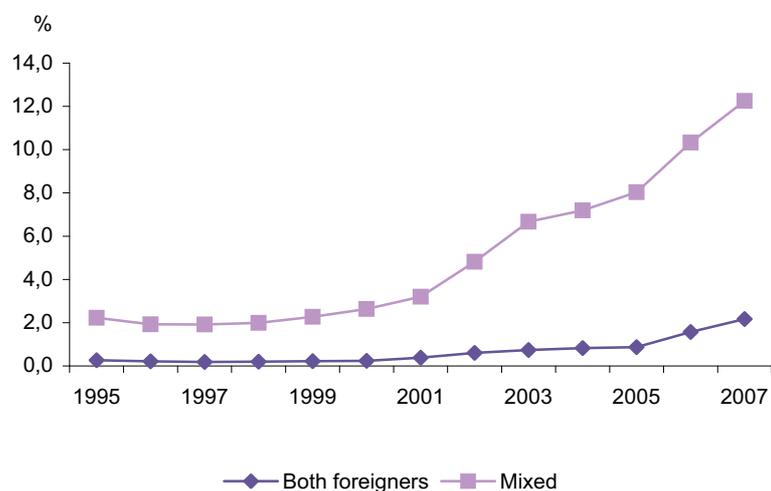
Live-births from foreign mother or father (%), Portugal, 1995-2007



Source: Statistics Portugal, authors' calculations

Figura 2

Mixed marriages and marriages between foreigners (%), Portugal, 1995-2007



Source: Statistics Portugal, authors' calculations

3. Simulations

3.1. Data, methodology and assumptions

Considering that in this paper interest is focused on the effects of different migratory scenarios on the population composition and structure, the scenario projections is an extremely valuable tool. In order to pursue our main goal, we have adopted the cohort component methodology, with alternative variants for migration component.

For mortality and fertility components, we have adopted the values of the *convergence scenario* on the framework of EUROPOP2008 (EUROSTAT, 2007). The *convergence scenario* assumes that “the socioeconomic and cultural differences between Member States of the European Union (EU) will fade out in the long run”, sustaining also the assumption of a convergence for all the components values and assuming 2150 as the convergence year (see annex 1).

The impact of international migration on the population dynamics as well as on the labour force resources is not negligible, particularly in countries like Portugal where the migration has the major determinant of demographic change on the last decades and that it becomes in the recent years a country of “immigration”.

On this paper, we have looked at four scenarios, three of them assuming a positive net migration over the projection period (2008-2060) and one “no migration” scenario, to evaluate the impacts of different levels of net migration.

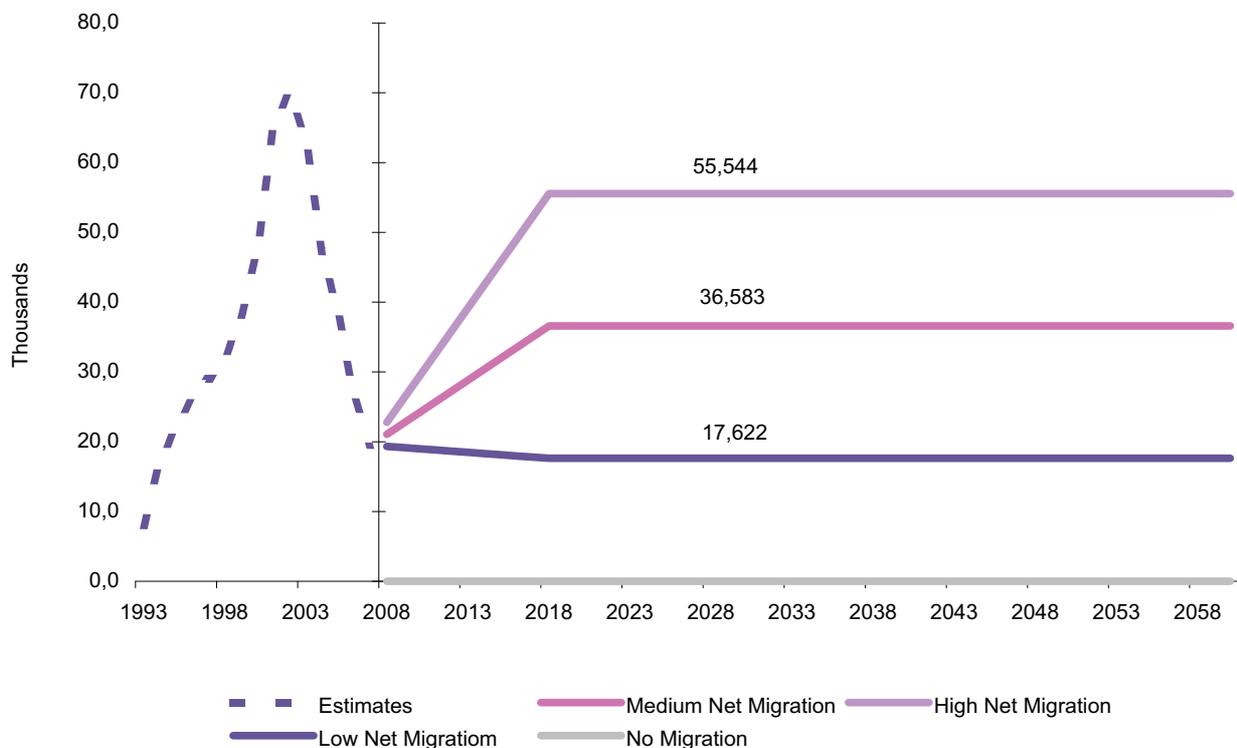
Despite recent developments on the migration projections, the scarcity of data on migration flows imposes some limitations. In order to overcome these difficulties we have worked with different data sources on different steps of set up the migration scenarios.

For the total amount of net migration, we have looked at the estimates of net migration values, since 1993 to 2007, released by Statistics Portugal. This 15 years period cover part of the inter census as well as the post census estimates, the first ones already adjusted to the 1991 and 2001 census. This values could be taken separately for out-flows and in-flows.

A central scenario, named *medium net migration scenario*, is settled on the average of the estimated net migration values 1993-2007, separately for in-flows and out-flows.

Figura 3

Estimated (1993-2007) and projected (2008-2060) net migration scenarios, Portugal



Source: Statistics Portugal, authors' calculations

Based on the medium scenario, we have a low variant (*low net migration scenario*) that corresponds to a possibility of lower “attractiveness” associated with a reduction of the inflows (-30%) in chorus with an increase of outflows (+30%) and a high variant (*high net migration scenario*) corresponding to a possibility of increasing “attractiveness” associated with an increase of the inflows (+30%) simultaneously with a decrease of the outflows (-30%). (Annex 2)

We assume initial values close to the last one estimated and a period of 10 years to increase/decrease until the proposed values. The four migration scenario, with no migratory flows, is useful to compare results.

Moreover, we take into account for the in-flows a proportion of return of Portuguese individuals (26.4%), according to Labour Force Survey recent data (73.6% for non-nationals).

After establish the amounts for immigrants, nationals and not nationals, and emigrants, the next step was to decide what sex and age structure should we apply. For that purpose we have assumed different age and sex structures for each flow - data on foreigners with a legal status for not-nationals in-flows, data on Portuguese entries from LFS for nationals' in-flows, data on emigration from LFS emigration module for out-flows (see annex 3).

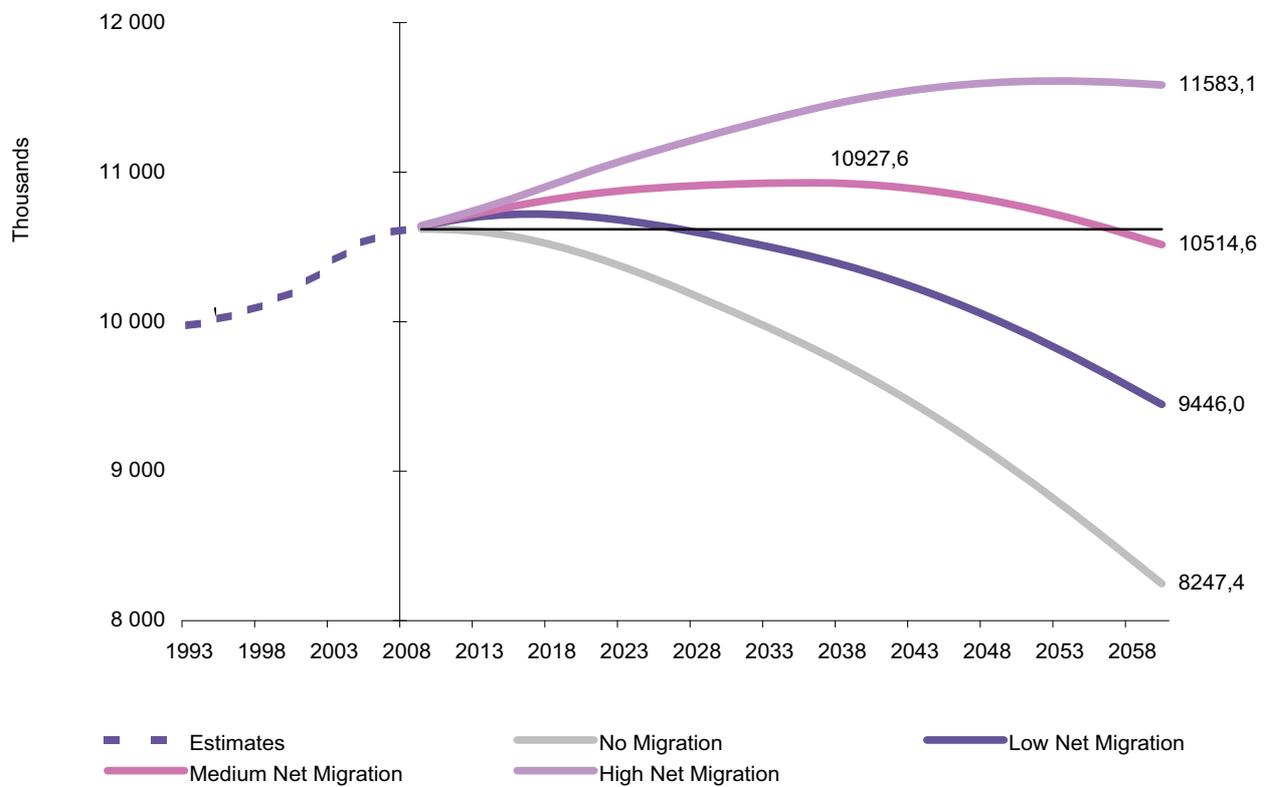
3.2. Results

Fertility, mortality and migration are the driver components of demographic change. Taking the population projections results of a set of scenarios where fertility (age fertility rates) and mortality (age mortality rates) are equal in all the variants and only the migration component assumes different values in different scenarios seems a tool to have a clear idea on the impacts of different migratory flows.

In fact, the results of our exercise point to significant impacts on several indicators. For instance, in Portugal, the resident population growth is already driven mainly by migration component. Based on the results of the medium migration scenario, the total population continues to increase until a maximum of 10927.6 thousands by 2036, after which it starts to decline until 2060 (10514.6 thousands). This decline starts earlier, by 2018, in the low migration scenario and later (2054) on the high migration scenario, in which the target values in 2060 are still above the initial population.

Figura 4

Estimated (1993-2008) and projected (2009-2060) population, Portugal



Source: Statistics Portugal, authors' calculation

In all cases, natural increase will be negative all over the period, meaning that the contribution to the population increase is a result of net migration. However, due to the age structures of immigrants, usually younger than the resident population, and their share on the net migration, the impacts on natural balance will differ also significantly on each scenario, in all them (except on the absence of migrations) the contribution to the number of life births is higher than to deaths.

Figura 5

Live births, Portugal, 2009-2060

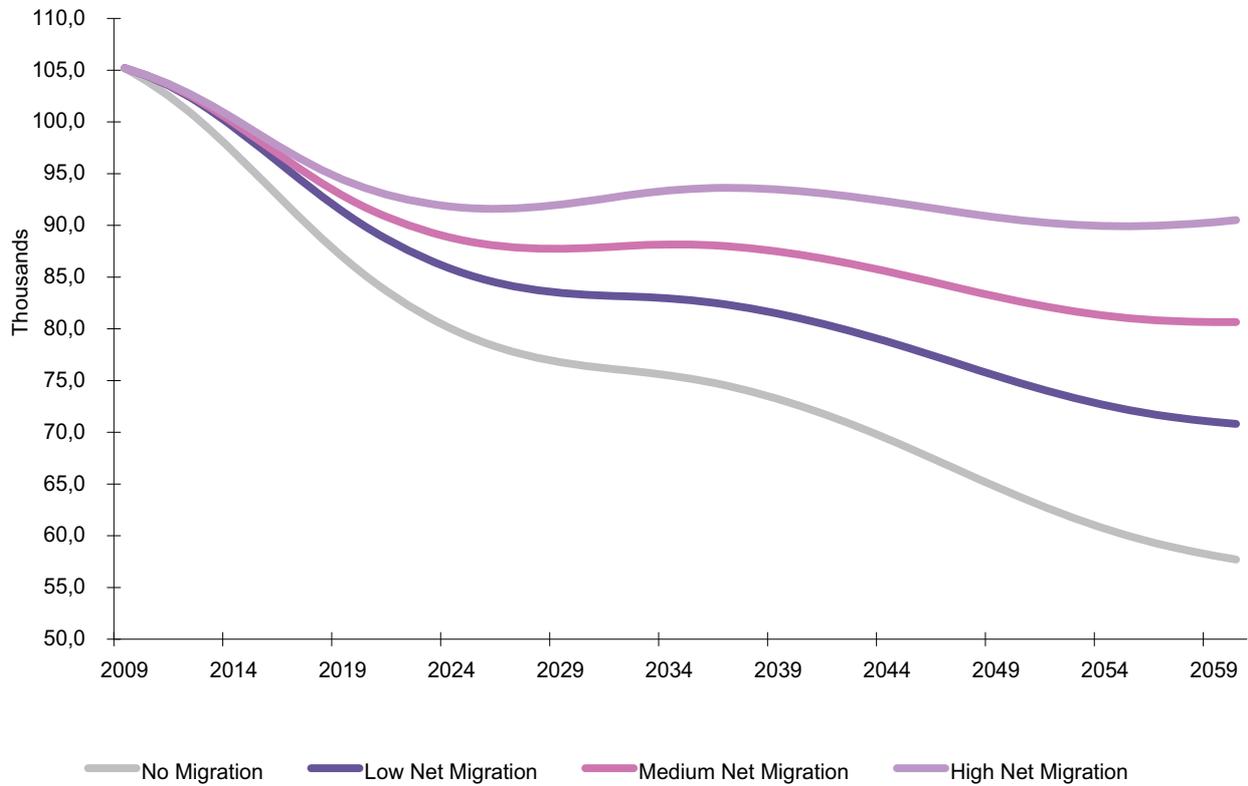
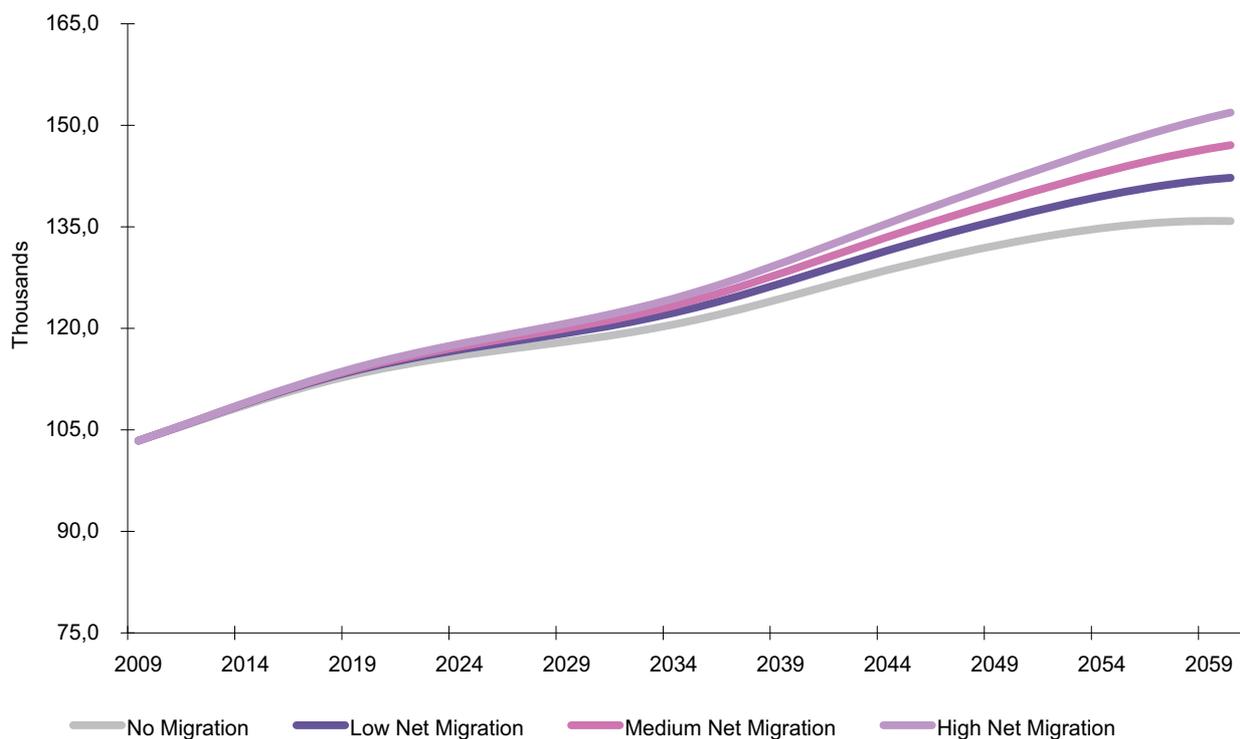


Figura 6

Deaths, Portugal, 2009-2060

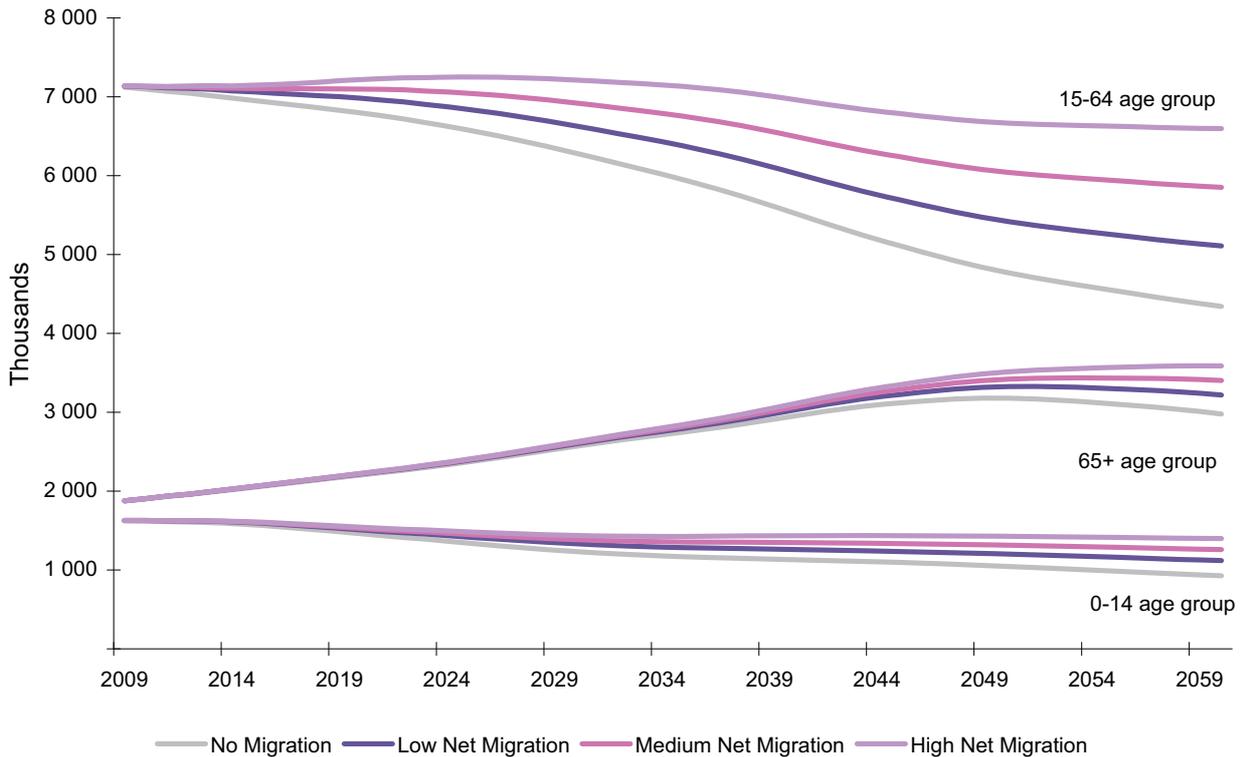


For instance, on the interval 2009-2060 it will occur 644 thousands of births more on a “medium” scenario than in the absence of migrations; on the other hand, the difference on deaths will be 194 thousands.

Despite its contribution for the population growth, namely on younger age groups (related to his age profile and its contribution for an increase of live births), the population ageing process will not reverse in any case, even considering somehow high levels of migrations.

Figura 7

Population by age groups, Portugal, 2009-2060

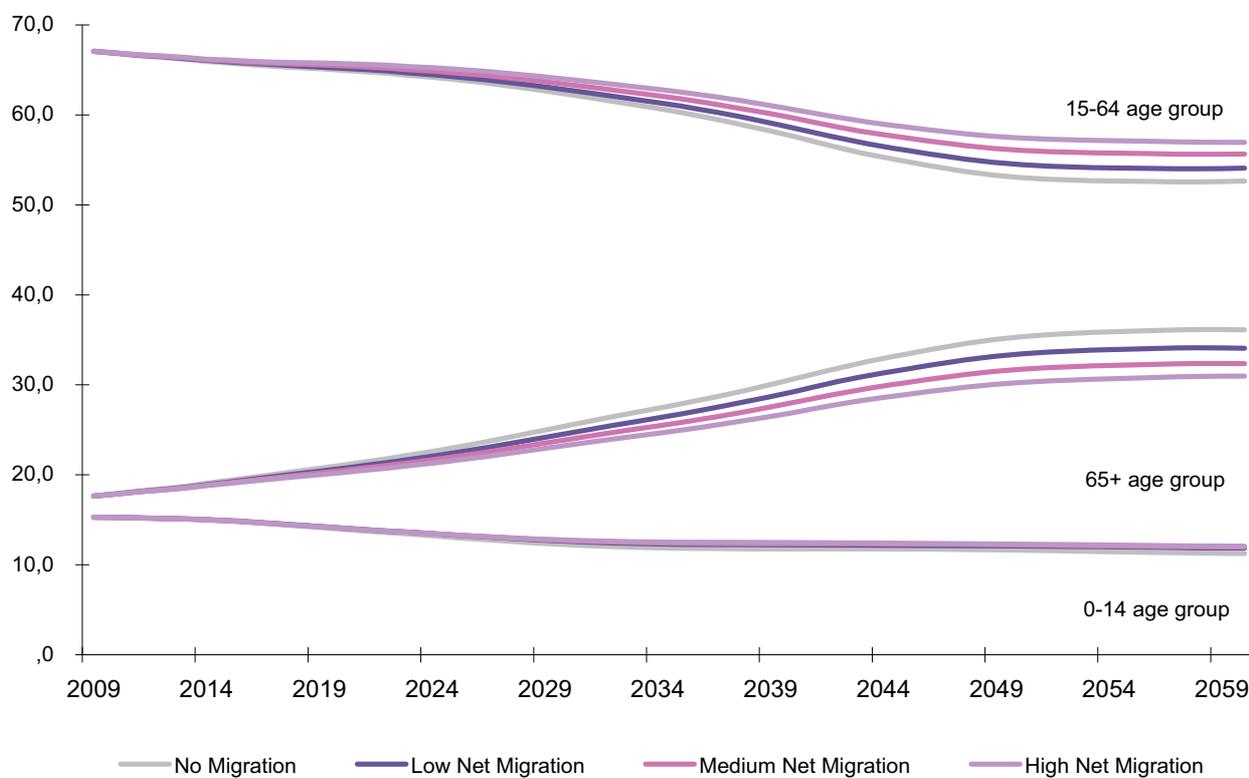


The larger difference will be on the working age group (15-64), however even in the higher net migration variant, this segment of population will decrease continuously after 2026; in all the scenarios the population aged 65 and over will rise and the population of children under 15 will drop.

In terms of proportions of each group into the total of population the trend is similar, but the impact into higher age groups is more evident. In 2008, the percentage of children under 15 on the total of the population is 15.3%, this value will decrease to 12.1% in the high migration scenario versus to 11.2% in the no migration scenario. The percentage of persons at the working age will decrease from 67.2% (2008) to 56.9% in the high migration scenario versus to 52.6% in the no migration scenario. The percentage of persons aged 65 and more will increase from 17.4% (2008) to 31.0% in the high migration scenario versus to 36.1% in the no migration scenario.

Figura 8

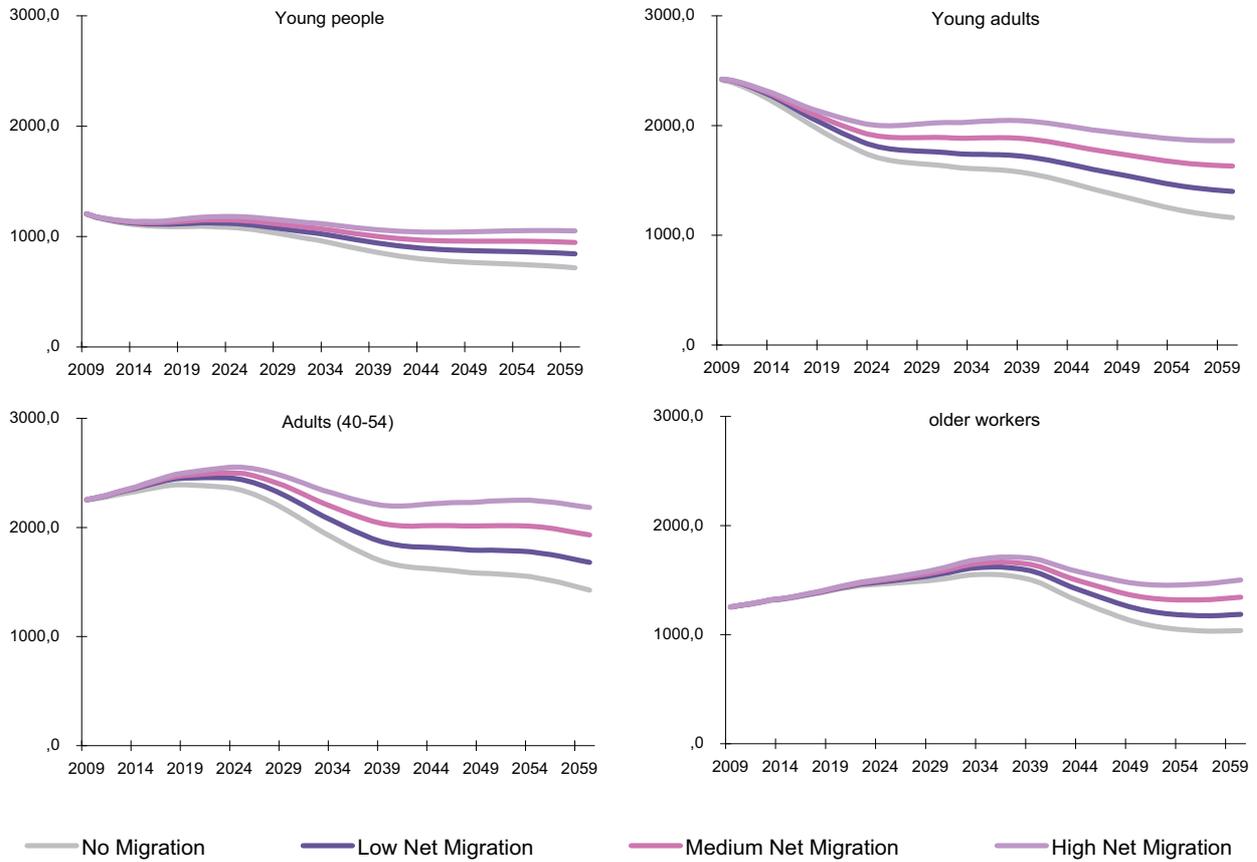
Distribution of population by age groups (%), Portugal, 2009-2060



The possible future evolution of different sub groups in the 15-64 age group will suffer dissimilar trajectories.

Figura 9

Population on 15-64 age groups (thousands), Portugal, 2009-2060

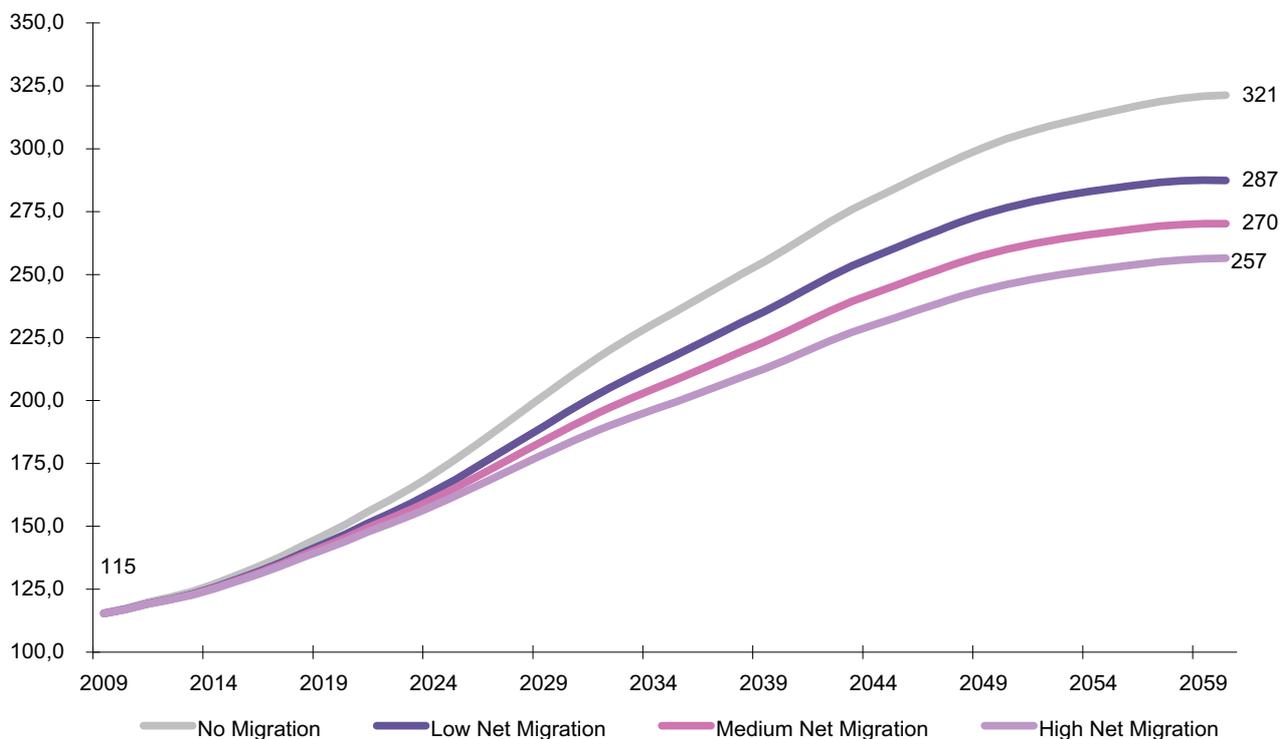


Basically drive by the passage of larger cohorts through the life cycle, beside the impacts of migratory variants (the natural ageing of populations), the sub groups of persons on the 55-64 age group (older workers) will increase in the medium and high net migration scenarios.

As a result of the combination of the trajectories of the younger (0-14) and older (65+) age groups, the ageing index (number of persons aged 65 and over per 100 persons aged under 15) will increase, in all the scenarios.

Figura 10

Ageing Index, Portugal, 2009-2060

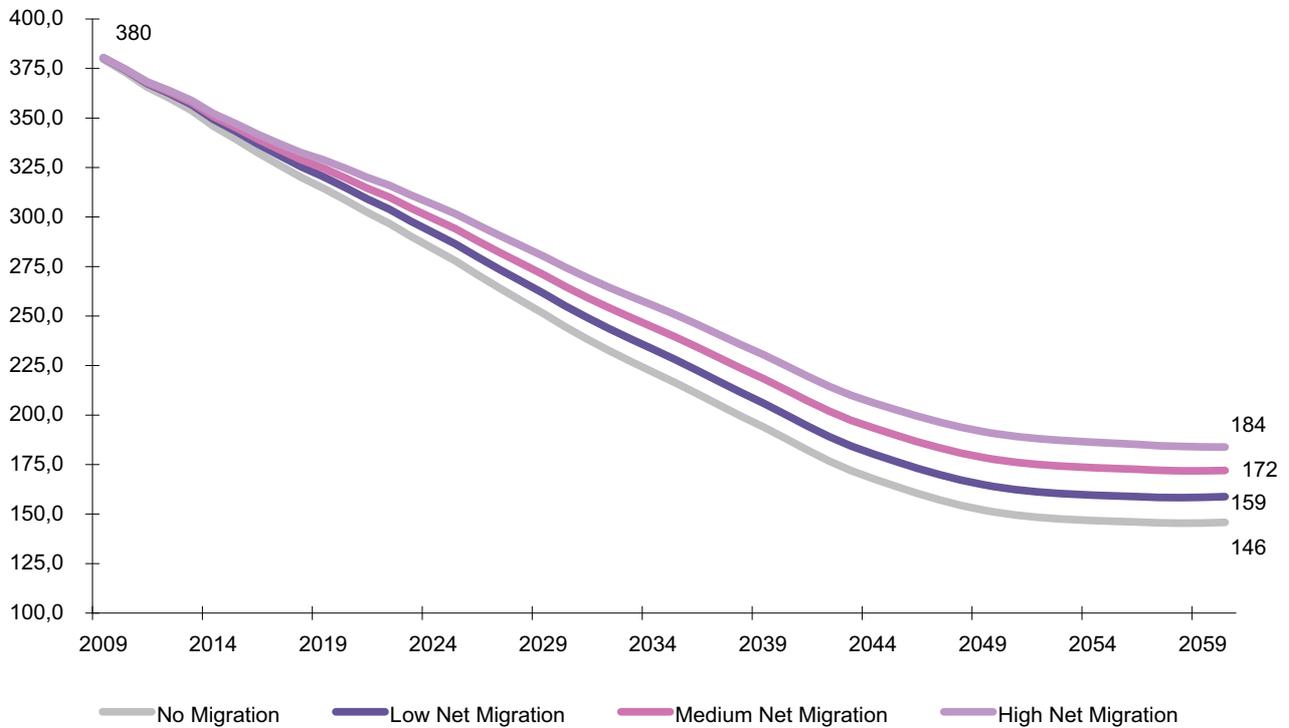


By 2060, in the high net migration scenario, for each 100 children under 15 we will have 257 older persons (aged 65 and over), this ratio in the low migration scenario raise to 287 and in the no migration scenario up to 321 elder persons per 100 children under 15 (115 in 2008). The ageing process will be minored in a high net migration scenario.

On other hand, the potential support ratio (the number of working persons age per 100 person aged 65 and over) will fall in all the scenarios: by 2060, for each older person there will 2 working age persons (4 in 2008).

Figura 11

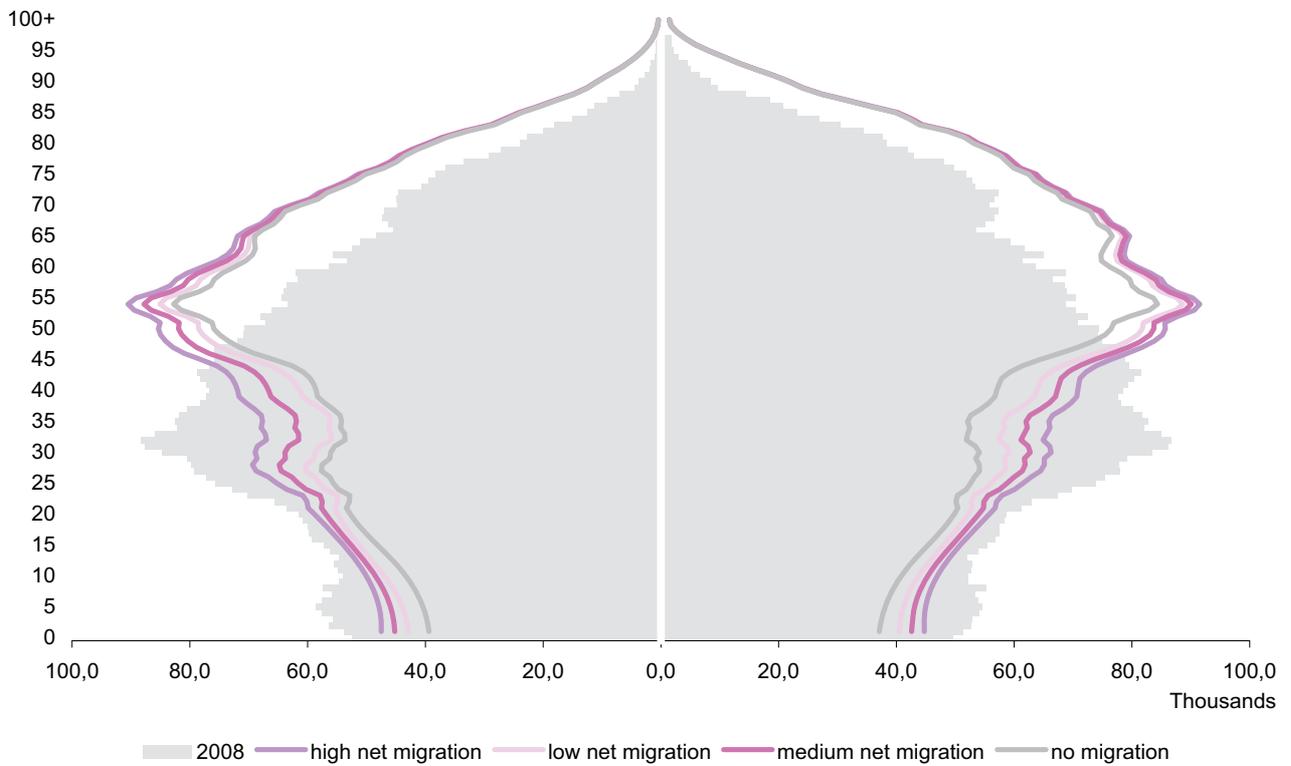
Potential support ratio, Portugal, 2009-2060



In terms of sex and age structures, based on the population pyramids for 2008 and 2030 (all scenarios), the major demographic impacts of net migration in Portugal will be visible mainly on the working age group and children's under 15 years. Some differences could also be pointed in the older workers (55-64), related to the normal ageing of (migrant) populations in the covered period.

Figura 12

Pyramids'Portugal, 2008 and 2030 (scenarios)

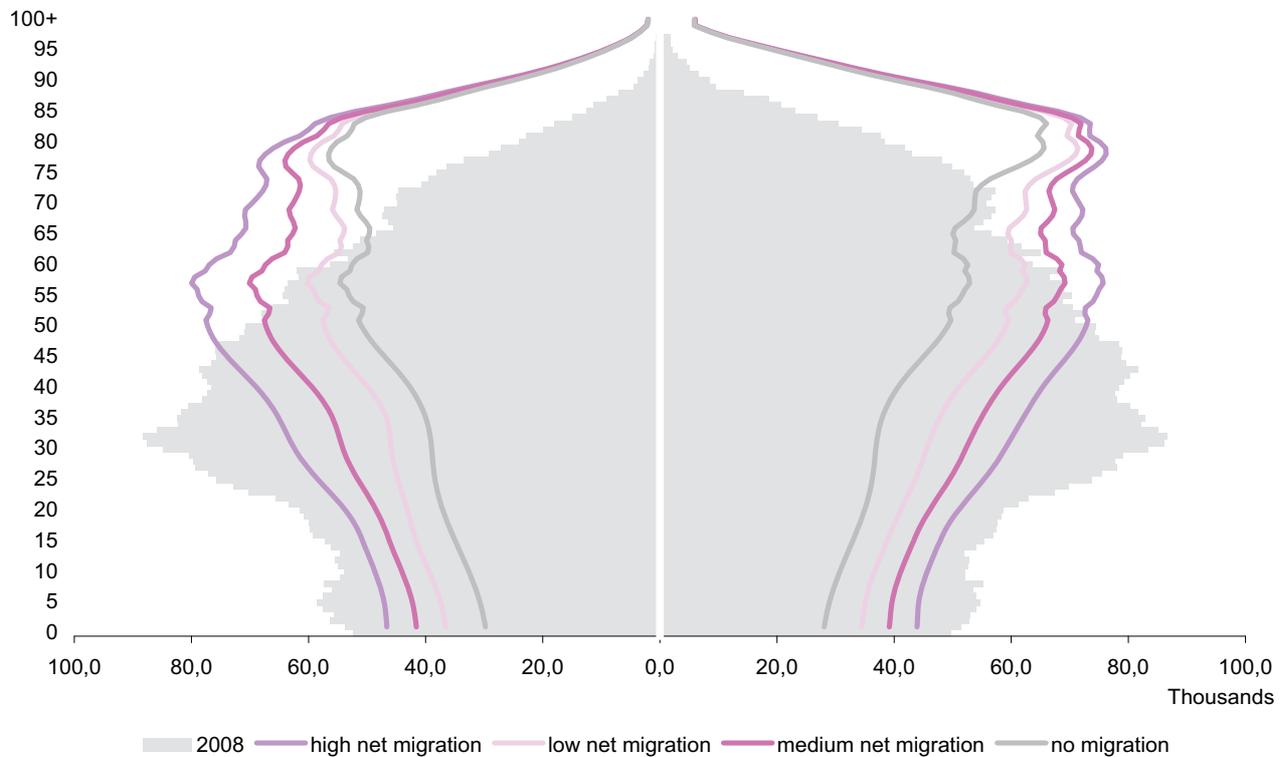


Source: Statistics Portugal, authors' calculation

By 2060 the impacts of net migration in Portugal will be clearly visible on all ages, even in higher ages.

Figura 13

Pyramids'Portugal, 2008 and 2060 (scenarios)



Source: Statistics Portugal, authors' calculations

Not only the population volume is different, comparing the no migration scenario and the high net migration scenario results, but also the age structure, strongly aged on the no migration scenario. It is also visible the longer longevity of women.

4. Main conclusions

Considering the plausibility of improvements on life expectancy, despite on what pace it will happen, as well as a cautious upturn of the fertility levels, the migratory dynamics will...

- Have impacts on the expected age structure of resident population in the coming years
- Not stop the population ageing process in Portugal, but will slowing down its intensity
- Not stop the ageing of working age population or the related ageing of the labour force resources
- Raises new challenges for the job market and for the guarantee social protection systems
- Demands for national strategies to improve the integration of migrants in Portugal

Whichever net migration scenario will be adopted (high, medium or low), the main demographic trends – population decline and ageing – will remain remarkably stable.

However, some differences will exist. A higher net migration scenario will allow:

- a later start of total population decline
- a slighter decrease of the potential support ratio
- an higher proportion of youngsters.

A higher intake of immigrant populations will thus allow a slighter pace of change (and easier processes of economic and social adaptation) and a higher level of diversification of the native population.

References

- Bijak, Jakub *et al.* (2007), "Population and labour force projections for 27 European countries, 2002–2052: impact of international migration on population ageing", *European Journal of Population*, 23, pp. 1-31.
- Coleman, David (2006), "Immigration and ethnic change in low-fertility countries: a third demographic transition", *Population and Development Review*, 32 (3), pp. 401-446.
- Eurostat (2007), "EUROPOP2007 Convergence Scenario: Summary note". DOC.STAT/F1/PRO(2007)02/GL, Work document presented at the Joint Working Group on Population Projections and Working Group on Ageing populations and sustainability, Luxembourg, 29-30 November 2007.
- Haug, Werner, Paul Compton and Youssef Courbage (eds.) (2002), *The Demographic Characteristics of Immigrant Populations*, Strasbourg, Council of Europe.
- Lutz, W. e S. Scherbov (2006), "Future demographic change in Europe: the contribution of migration", in D. G. Papademetriou (ed.), *Europe and Its Immigrants in the 21st Century – A New Deal or a Continuing Dialogue of the Deaf?*, Washington/Lisbon, Migration Policy Institute/FLAD, pp. 207-222.
- Peixoto, João (forthcoming), "A demografia da população imigrante em Portugal".
- Peixoto, João, Maria José Carrilho, Rui Branco and Renata Carvalho (2002), "The demographic characteristics of populations with an immigrant background in Portugal", in W. Haug, P. Compton e Y. Courbage (eds.), *The Demographic Characteristics of Immigrant Populations*, Strasbourg, Council of Europe, pp.363-418.
- Rosa, Maria João Valente (2001), "Notas sobre a população: saldos migratórios compensam o envelhecimento?", *Análise Social*, 36 (158-159), pp. 367-372.
- Rosa, Maria João Valente, Hugo de Seabra and Tiago Santos (2004), *Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa. O Papel das Populações de Nacionalidade Estrangeira*, Lisbon, ACIME/Observatório da Imigração.
- Wilson, T., and P. Rees (2005), "Recent Developments in population projection methodology: a review", *Population, Space and Place*, II, 337-360.

Annexes

Annex 1

Annex 1

Table 1

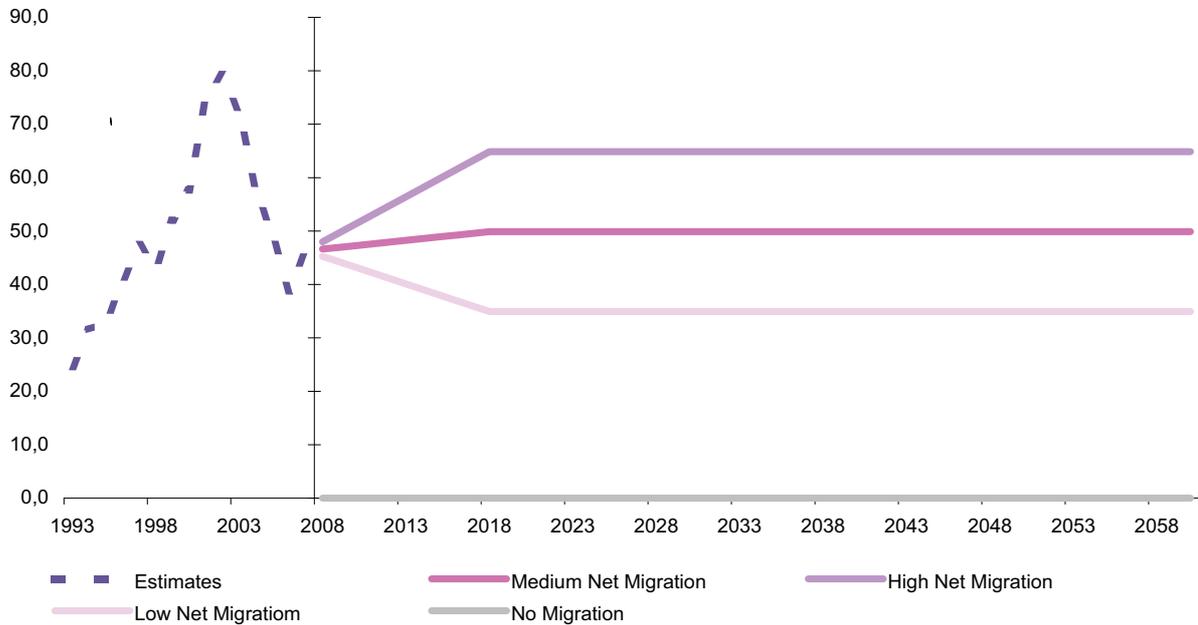
Year	Total Fertility Rate	Life expectancy at birth	
		Males	Females
2008	1,36	75,8	82,4
2009	1,37	76,0	82,6
2010	1,37	76,2	82,7
2011	1,37	76,4	82,9
2012	1,38	76,6	83,0
2013	1,38	76,7	83,1
2014	1,38	76,9	83,3
2015	1,39	77,1	83,4
2016	1,39	77,3	83,5
2017	1,39	77,5	83,7
2018	1,40	77,6	83,8
2019	1,40	77,8	83,9
2020	1,40	78,0	84,1
2021	1,41	78,2	84,2
2022	1,41	78,3	84,3
2023	1,41	78,5	84,5
2024	1,42	78,7	84,6
2025	1,42	78,8	84,7
2026	1,42	79,0	84,9
2027	1,43	79,2	85,0
2028	1,43	79,3	85,1
2029	1,43	79,5	85,2
2030	1,44	79,7	85,4
2031	1,44	79,8	85,5
2032	1,44	80,0	85,6
2033	1,45	80,1	85,7
2034	1,45	80,3	85,9
2035	1,45	80,5	86,0
2036	1,46	80,6	86,1
2037	1,46	80,8	86,2
2038	1,46	80,9	86,3
2039	1,47	81,1	86,5
2040	1,47	81,2	86,6
2041	1,48	81,4	86,7
2042	1,48	81,5	86,8
2043	1,48	81,7	86,9
2044	1,49	81,8	87,0
2045	1,49	82,0	87,2
2046	1,49	82,1	87,3
2047	1,50	82,3	87,4
2048	1,50	82,4	87,5
2049	1,50	82,6	87,6
2050	1,51	82,7	87,7
2051	1,51	82,9	87,8
2052	1,51	83,0	87,9
2053	1,52	83,1	88,0
2054	1,52	83,3	88,2
2055	1,52	83,4	88,3
2056	1,53	83,6	88,4
2057	1,53	83,7	88,5
2058	1,53	83,8	88,6
2059	1,54	84,0	88,7
2060	1,54	84,1	88,8

Source: Eurostat, EUROPOP2008 population projections, convergence scenario, convergence year 2150

Annex 2

Figura 1

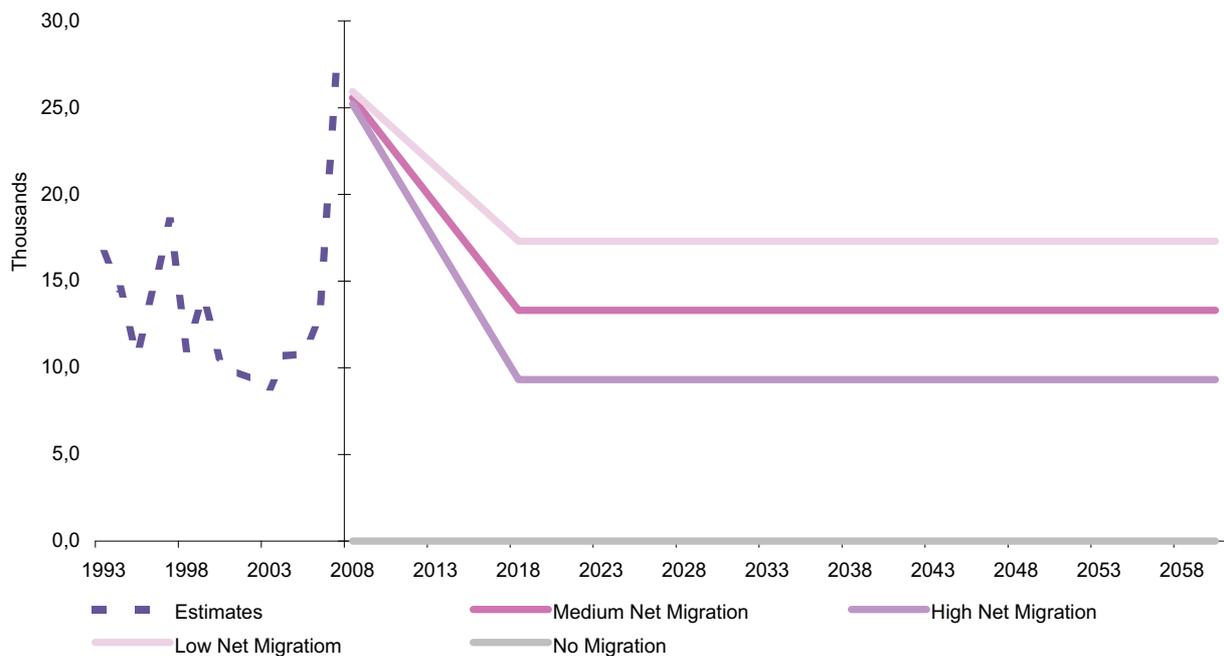
Estimated (1993-2007) and projected (2008-2060) in-flows scenarios, Portugal



Source: Statistics Portugal, authors' calculations

Figura 2

Estimated (1993-2007) and projected (2008-2060) out-flows scenarios, Portugal



Source: Statistics Portugal, authors' calculations

Figura 3

Age and sex structure for immigrants non nationals (percentage of total)

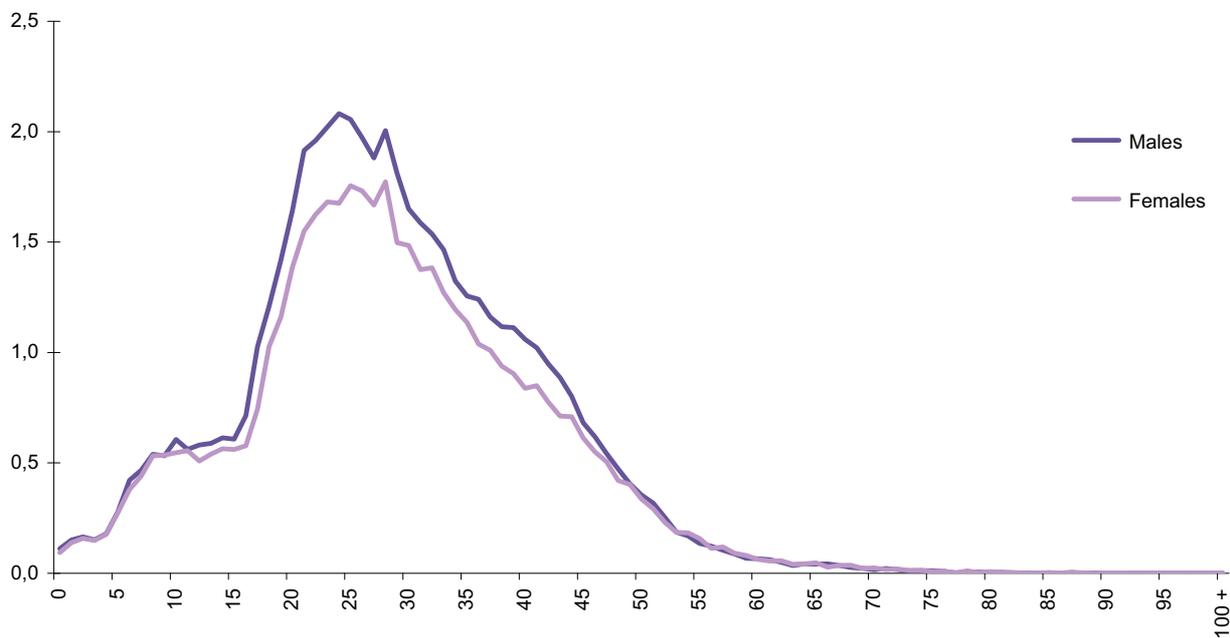


Figura 4

Age and sex structure for immigrants nationals (percentage of total)

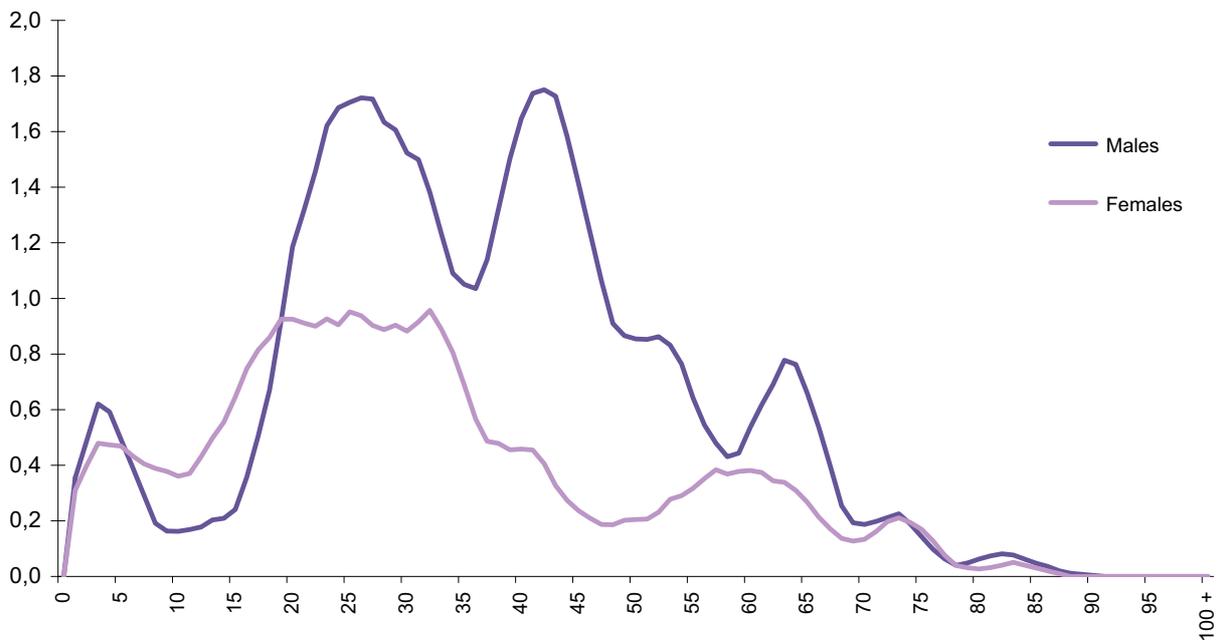
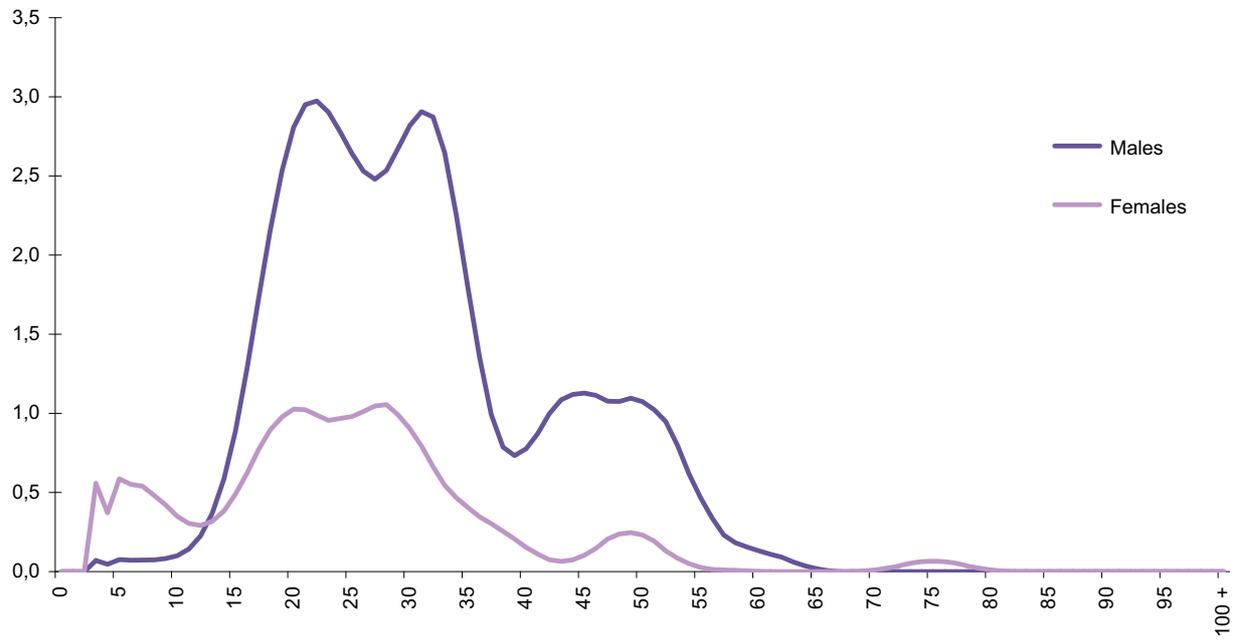


Figura 5

Age and sex structure for emigrants (percentage of total)





O número 43 da Revista de Estudos Demográficos (RED) versa sobre o Ano Europeu do Diálogo Intercultural (AEDI), assinalado em 2008. Apresenta uma metodologia de avaliação das determinantes ambientais da saúde, na Área Metropolitana de Lisboa, evidenciado o facto de o espaço urbano não proporcionar a todos as mesmas oportunidades de promover a saúde e de viver saudavelmente. Desenvolve um estudo sobre os estrangeiros residentes na União Europeia, com uma análise detalhada para cada um dos 27 estados – membros. Caracteriza e define padrões nos casamentos de imigrantes em Portugal, investigando as uniões homogâmicas e as heterogâmicas